



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ESCOLA POLITÉCNICA E A CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA DE CAMPINA GRANDE COMO
PÓLO TECNOLÓGICO (1952-1973)**

JOSÉ VALMI OLIVEIRA TORRES

CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO, 2010



JOSÉ VALMI OLIVEIRA TORRES

**ESCOLA POLITÉCNICA E A CONSTRUÇÃO
IDENTITÁRIA DE CAMPINA GRANDE COMO
PÓLO TECNOLÓGICO (1952-1973)**

PROF^a DR^a ROSILENE DIAS MONTENEGRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, área de concentração em História, Cultura e Sociedade, Campina Grande, 2010.

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO, 2010



JOSÉ VALMI OLIVEIRA TORRES

ESCOLA POLITÉCNICA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE CAMPINA GRANDE COMO PÓLO TECNOLÓGICO (1952-1973)

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Rosilene Dias Montenegro
(Orientadora)

Dr. Cidoval Moraes de Sousa
(Examinador Externo)

Dr^a. Regina Coeli Gomes Nascimento
(Examinador Interno)

Dr. Damião de Lima
(Suplente Externo)

Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
(Suplente Interno)

CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO, 2010



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB



AGRADECIMENTOS

É preciso reconhecer antes de tudo, que este trabalho não pertence só a este autor, ele pertence a várias pessoas.

A realização deste trabalho foi marcada por muitos momentos de estímulo, apoio, sugestões, críticas e paciência. Nesse sentido, minha sincera gratidão a minha orientadora a professora Rosilene Dias Montenegro. Pois a confiança que depositou em mim foi de fundamental importância para que este trabalho fosse finalizado.

Aos meus pais Lindomar Pereira de Oliveira e Luis Nogueira Torres, que durante todos esses anos de graduação e pós-graduação sempre estiveram prontos para me ajudar. Sem eles esse trabalho não teria sido possível.

A minha noiva Fabiola Amorim Albino que, apesar das constantes reclamações devido a minha ausência quer seja física ou espiritual, sempre me deu força nos momentos mais estressantes.

Ao meu irmão Leandro, aos primos José Whelisson, Wheliton, Daniele e Lucenildo da Silva Barros e ao amigo de todas as horas e assuntos Rafael Maracajá.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação enquanto historiador.

Agradeço ainda aos amigos do mestrado pelas discussões e trocas de experiências: Allysson de Farias, Andréia Carla, Andréa Simone, Catarina Buriti, Clécia Maria, Eleonora Felix, Joachin de Azevedo, Luciana Estevam, Michelly Pereira, Raquel Tomaz, Roberto Silva, Silvera Vieira, Valdirene Pereira. Em especial a Fábio Ronaldo com quem estive mais proximidade durante todo esse percurso.

Aos funcionários do Arquivo Central da UFCG, em especial a Socorro Rolim, Renato, Eliene, que sempre foram muito solícitos nos momentos dessa pesquisa seja emprestando os livros para tirar xerox, seja disponibilizando local para transcrever os documentos que não podiam ser reproduzidos por meio de



xerox, devido às condições frágeis daqueles livros. Sem falar ainda do lanche de todas as tardes em especialmente o bolo que Socorro trazia uma vez por semana.

A Fátima funcionária do Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande, que além do profundo conhecimento da história dessa cidade, me deu toda a condição para pesquisar naquele acervo.

Para a conclusão desse trabalho também foi de fundamental importância a bolsa CAPES que possibilitou, dentre outras coisas, a compra de livros e a divulgação desse trabalho.

Às secretárias de Pró-Reitoria de Pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande nas pessoas Maria de Fátima e principalmente Ednalda, que sempre nos trataram muito bem todas as vezes que eu juntamente com Roberto e Luciana pedia alguma informação.

Aos secretários do Programa de Mestrado de Pós-graduação em História da UFCG, José Arnaldo Dantas e Maressa Nazaré Lima que nos ajudaram a caminhar dentro da burocracia dessa universidade.

A todos o meu muito obrigado.



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo reescrever a história da Escola Politécnica no período de 1952 a 1973. Partimos da premissa de que a criação e consolidação dessa instituição vai se materializar em Campina Grande parte do aspecto do desenvolvimento predominante nessa sociedade. A análise sobre a importância da Escola Politécnica para a cidade e o imaginário de desenvolvimento em Campina Grande ocorre a partir da formação profissional, das dificuldades materiais, a transferência de sede, os laboratórios, os convênios e as cooperações técnico-científicas estabelecida entre esta Escola e as várias instituições nacionais e internacionais, a vinda de professores de outras instituições, bem como a relação estabelecida entre a Escola Politécnica e alguns segmentos sociais de Campina Grande e região. No decorrer desse período, a Politécnica afirmou-se como um espaço de produção de ciência e tecnologia. Para esta análise, serviu de base um material documental onde foi estabelecida uma série de correlações entre estes, destacando as matérias e editoriais publicados pelo *Diário da Borborema* de 1957 a 1973, as memórias produzidas pelos sujeitos que vivenciaram aquele período e a documentação presente no Arquivo Central da UFCG.

Palavras-chave: Escola Politécnica, Imaginário, Ciência e Tecnologia.



ABSTRACT

This paper aims to rewrite the history of the Politecnica School in the period 1952 to 1973. Our premise is that the creation and consolidation of this institution will materialize in Campina Grande part of the development aspect prevalent in this society. The analysis of the importance of the Escola Politecnica to the city and the imaginary development in Campina Grande occurs from training, material hardships, the transfer of headquarters, laboratories, health plans and the technical-scientific cooperation established between this school and the various national and international institutions, the teachers coming from other institutions, as well as the relationship between the Politécnica and some social segments of Campina Grande and region. During this period, the Politecnica has established itself as a production space science and technology. For this analysis, formed the basis of a documentary material that was established several correlations between them, highlighting issues and editorials published by the Diário of Borborema 1957 to 1973, memories produced by the subjects who lived through this period and this documentation in the Central Archive the UFCCG.

Keywords: Politecnica School, Imaginary, Science and Technology.



“Algo é só impossível até que
alguém duvide e acabe provando o
contrário”

Albert Einstein

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 01 – Escola Politécnica: um projeto de desenvolvimento.....	25
1.1- Os discursos de modernidade na Campina Grande dos anos cinquenta.....	25
1.2- Antecedentes da criação da Escola Politécnica.....	37
1.3- Idealizadores da Escola Politécnica.....	41
1.4- Diário da Borborema e a construção de um imaginário de modernidade.....	52
Capítulo 02 – A construção da Escola Politécnica.....	70
2.1- Escola Politécnica e as pedras no caminho.....	70
2.2- Escola Politécnica e as ajudas recebidas.....	83
2.3- Estrutura administrativa da Escola Politécnica.....	89
2.4- Biblioteca: um espaço para o saber.....	95
2.5- O ensino da engenharia e as práticas pedagógicas.....	97
2.6- Rigor no vestibular.....	107
Capítulo 03: Escola Politécnica e suas múltiplas relações com instituições nacionais e internacionais.....	115
3.1- Ampliação dos cursos.....	115
3.2- O centro de processamento de dados.....	128
3.3- Convênios e cooperações estrangeiras.....	137
3.4 – Os laboratórios da Escola Politécnica e o diálogo com a sociedade.....	144
3.5- O projeto político da reforma cêntrica.....	155

Considerações finais.....160

LISTA DE ABREVIATURAS

ATECEL - Associação Técnica Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CCT - Centro de Ciência e Tecnologia
CAGEPA - Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
COPPE - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia.
COMUDE - Comissão Municipal de Desenvolvimento
CPD - Centro de Processamento de Dados
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conferência Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DANIDA - Danish International Development Agency
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
SANESA - Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELINGRA - Companhia Telefônica de Campina Grande
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras
EPCG - Escola Politécnica de Campina Grande
EPUFPb - Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba
EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá
EESC - Escola de Engenharia de São Carlos
FACE - Faculdade de Ciências Econômica
FAFI - Faculdade de Filosofia
FURNE - Fundação Universidade Regional do Nordeste
MEC - Ministério da Educação
USAID - United States Agency for International Development.
USP - Universidade de São Paulo
UFPb - Universidade Federal da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica

FIEP - Federal das Indústrias do Estado da Paraíba

FUNDACT - Fundação para o Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

LPM - Laboratório de Produção Mineral

Lista de imagens

Figura 01: Colégio Estadual Elpídio de Almeida onde funcionou a Escola Politécnica entre os anos de 1954 a 1956.....	73
Figura 02: Secundo lugar onde funcionou a EPP a partir de 1957.....	75
Figura 03: Início da construção dos alicerces do prédio da Escola Politécnica.....	81
Figura 04: Projeto de como ficaria a Escola Politécnica.....	82
Figura 05: Sede definitiva da Escola Politécnica da Paraíba.....	82
Figura 06: Alunos fazendo prova do vestibular na Politécnica em 1962.....	108
Figura 07: Centro de Processamento de Dados.....	129
Figura 08: Instalação do IBM.....	132
Figura 09: Laboratório de Química.....	145
Figura 10: Laboratório de Solos.....	148
Figura 11: Laboratório de Hidráulica.....	151
Figura 12: Laboratório de Mecânica.....	154

Lista de tabela

Tabela 01: Departamentos da Escola Politécnica.....	93
Tabela 02: Ampliação do número de Departamentos.....	94
Tabela 03: Acervo da biblioteca, o número de consultas e o aumento do numero de volumes entres os anos de entre os anos de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1970.....	96
Tabela 04: Distribuição dos professores nas respectivas disciplinas.....	99
Tabela 05: Distribuição dos professores em regime parcial e de tempo integral de 1963.....	103-104
Tabela 06: Relação dos professores da Escola Politécnica que estavam fazendo pós-graduação em universidades nacionais e internacionais.....	106
Tabela 07: Alunos matriculados de outros estados entre os anos de 1956 e 1960.....	111-112
Tabela 08: Evolução das matrículas de 1963 a 1971.....	113
Tabela 09: Relação das disciplinas e professores do Curso de Engenharia Elétrica.....	120-121
Tabela 10: Relação das disciplinas e professores do Curso de Engenharia Mecânica.....	126
Tabela 11: Número de alunos e alunas matriculados nos cursos de engenharia.....	128
Tabela 12: Estrutura organizacional e administrativa da Escola Politécnica em 1973.....	156

INTRODUÇÃO

O despertar para o estudo desta temática surgiu em momentos diferenciados. A preocupação em estudar sobre a Escola Politécnica partiu ainda quando era aluno do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde participei como voluntário e depois bolsista do projeto "Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande-PB (1952-2002)¹". Neste Projeto, dentre outras atividades referentes à pesquisa, estive durante os anos de 2004 e 2006 pesquisando e catalogando, no arquivo do jornal *Diário da Borborema (DB)*, informações referentes à ciência e à tecnologia em Campina Grande.

Nas notícias e editoriais catalogados, percebemos a importância que esse veículo de comunicação dava a Escola Politécnica, com matérias que iam desde inscrição de vestibular, trotes estudantis, colação de grau, criação de novos cursos, a aquisição do primeiro computador, viagens de professores, convênios estabelecidos entre a Escola e outras instituições nacionais e internacionais, a transferência de sede, a implantação da pós-graduação, dentre outros assuntos.

O *DB* também trazia informações sobre outras instituições presentes na cidade de Campina Grande nos anos cinquenta e sessenta, a exemplo da Fundação para o Apoio do Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), a Comissão Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), Empresa de Saneamento de Campina Grande S/A (SANESA), Faculdade de Filosofia (FAFI), Faculdade de Ciência Econômica de Campina Grande (FACE), Faculdade de Medicina, de Serviço Social que originaria a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), dentre outras.

¹ Iniciado em 2004, o projeto: "Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande", denominado Projeto Memória, contou com o apoio do CNPq e da UFCG. Sua proposta é atuar na organização e preservação de acervos documentais escritos, iconográficas e orais. Desenvolvendo, dentre outras atividades, pesquisa sobre a história e memória da Escola Politécnica da Paraíba, origem do antigo Campus II da UFPB, hoje Universidade Federal de Campina Grande.

Além da catalogação dessa enorme quantidade de notícias sobre essas instituições, participei ainda do mapeamento da documentação referente à história da Escola Politécnica que estava depositada no Arquivo Central da UFCG. A documentação era composta por relatório dos diretores, atas da Congregação, ofícios recebidos e expedidos, relação dos alunos aprovados no vestibular, as comissões julgadoras dos processos de vestibular, ponto de frequência dos funcionários, enfim, tudo que diz respeito à estrutura administrativa da instituição.

Participei ainda de várias entrevistas temáticas realizadas pelo Projeto Memória com ex-diretores, ex-professores, ex-funcionários, como também de alunos egressos que se tornariam professores daquela instituição.

Graças a essa pesquisa escrevi a minha monografia de conclusão de curso defendida em 2006, que tinha como título: "A construção do imaginário de modernidade em Campina Grande nas matérias publicadas pelo Diário da Borborema".

Além de nosso trabalho, foram escritas mais três monografias sobre a Escola Politécnica, "Escola Politécnica: interrogando suas memórias", de Lucenildo da Silva Barros; "Falas ditas, falas (re)escritas: os discursos de modernização em Campina Grande nos editoriais sobre a Escola Politécnica" de Fábio Ronaldo da Silva; "Arquivos, Memórias e Fotografias: fontes importantes na história da Escola Politécnica da Paraíba", de Jadilma Nunes.

Sobre a Escola Politécnica, existiam dois livros: o do escritor e jornalista Stênio de Lucena Lopes, "Escola Politécnica de Campina Grande. Uma experiência de desenvolvimento tecnológico no Nordeste"; e o do economista Edvaldo de Souza do Ó: "Escola Politécnica: primeira escola superior de Campina Grande". Esses trabalhos se caracterizam pelo cunho informativo de exaltação, não sendo objetivo dos mesmos a crítica a instituição.

Não obstante seu caráter factual, os livros foram importantes porque além de nos informar, mesmo que de forma superficial, de momentos da vida dessa Escola, nos indicam outras fontes que contêm documentos referentes à Escola Politécnica.

Nesse sentido, começamos a perceber que, apesar dos trabalhos existentes, o estudo sobre a história da ciência e tecnologia em Campina Grande e na Paraíba ainda são muitos incipientes. Então nos perguntamos: por que não realizar uma pesquisa de forma mais sistêmica e aprofundada que contribua para um maior conhecimento dessa temática?

Escolhido nosso objeto de pesquisa, ainda teria que ser feito algumas delimitações. Ao se estudar sobre uma instituição de ensino, poderiam ser trilhados vários caminhos, a exemplo, de se enfatizar a questão educacional, com sua trajetória de ensino, o estudo de alguma personalidade dessa instituição, dando ênfase a seu campo profissional, dentre outras possibilidades. Todavia, nossa pesquisa sobre a Escola Politécnica não temos a pretensão de trilhar nenhum desses caminhos.

Ao longo desse trabalho objetivamos reconstruir a história da Escola Politécnica, tendo como questão central estudar a sua história a partir da premissa de que o projeto de sua criação e consolidação contribuiu para tornar realidade aspectos antes “meramente” do universo imaginativo.

Nosso recorte cronológico é de 1952–1973. 1952 foi a data de criação da Escola Politécnica, que escolhemos como data inicial dessa investigação, e 1973 foi o ano em que a Escola Politécnica, através do projeto político da reforma cêntrica, deixaria de existir, tornando-se o Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba.

Sendo a engenharia uma expressão genuinamente da cultura, onde através da atuação dos mais de trezentos e oitenta engenheiros formados nessa Escola, contribuiu para a realização de várias transformações em que a cidade e região estavam passando. Entre estas mudanças podemos enumerar as análises da qualidade da água solicitadas pela companhia de abastecimento da cidade. Era comum também a solicitação de empresas privadas e órgãos públicos para que a Escola viesse através de seus laboratórios fazer as análises de compactação de solos para dar mais segurança às rodovias que estavam sendo construídas nesse estado. A Escola, através de seus laboratórios e do Centro de Processamento de

Dados, estabelecia uma série de relações com a cidade de Campina Grande e região.

Escolhemos o campo da Nova História Cultural² por entender que ele nos permite recuperar parte das subjetividades e representações que foram construídas sobre a Escola Politécnica e a cidade de Campina Grande naquele contexto histórico, denominado por muitos de modernização.

Buscamos uma aproximação com historiadores como Michel de Certeau, Roger Chartier e Carlos Ginzburg, tendo Chartier contribuído de forma mais sistemática para o nosso trabalho com o conceito de representação.

Procuramos com as contribuições teóricas e metodológicas da história cultural decodificar os silêncios, as lacunas, perceber as sensibilidades individuais e coletivas, ficar atento as pistas que nos foram legadas pelo tempo que não mais existe, e temos claro que o resultado desse trabalho é uma representação possível sobre a Escola Politécnica de Campina Grande.

Para a realização desse trabalho foram utilizadas as seguintes fontes: documentação primária encontrada no Arquivo Central da Universidade Federal de Campina Grande, onde estão depositadas partes da documentação institucional, que compreende mais de meio século de história. Nessa documentação encontramos: relatórios anuais da Escola Politécnica publicados pela diretoria; atas da congregação; livros de ofícios expedidos e recebidos; livros de vestibular contendo os nomes dos candidatos aprovados; relatórios contendo os nomes dos professores contratados; ficha dos alunos, professores e funcionários; comissão de concursos, registro das aquisições feitas para os laboratórios; doações recebidas. Essa documentação foi importante porque nos possibilitou fazer um acompanhamento do cotidiano daquela instituição. Muitos dos dados por nós levantados, não tinham sido ainda utilizados, o que justifica a sua originalidade.

² A expressão Nova História Cultural entrou em uso no final dos anos 80 do século passado. O termo "nova" foi utilizado para distingui-la da *nouvelle histoire* francesa, enquanto que a palavra "cultura" distingue-a da história intelectual. Sobre isso ver: BURKE, Peter. O que é história cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Apesar dos documentos existentes no já referido arquivo, persistem as várias lacunas, pois nem toda a documentação oficial se encontra neste arquivo, tendo em vista que parte dela ficou com a Universidade Federal da Paraíba após o desmembramento do Campus, tornada a Universidade Federal de Campina Grande. Ocorre ainda que muitos se perderam e não mais retornaram a esse arquivo.

Observamos ainda, que muitas questões não aparecem, como por exemplo: disputas internas; relações de poder, como a conturbada eleição de 1964, na qual Lynaldo tornou-se diretor da Escola Politécnica; as querelas entre este diretor e o reitor Guilardo Martins. Esses silêncios também podem nos dar pistas, que nos possibilitem reconstruir a nossa representação daquela realidade vivida.

Assim sendo, torna-se necessário nosso diálogo com um historiador das produções culturais, Carlos Ginzburg, que a partir da operacionalização do seu paradigma indiciário, vai buscar na crítica da arte e da própria natureza cognitiva humana, pois para este,

Por milênios o homem foi caçador [...] Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fio de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [...]. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. (GINZBURG, 1989.p. 151).

A idéia principal dessa metodologia é partir de dados aparentemente irrelevantes ou até mesmo dos silêncios, e buscar teias de significados, articulando-os com dimensões mais amplas, ou seja, partindo do micro para o macro.

Esse método foi adequado em vários momentos de nossa pesquisa, principalmente naqueles em que a insuficiência de dados empíricos nos obrigou a uma abordagem mais interpretativa, possibilitando a construção de nossa narrativa.

Outra fonte utilizada neste trabalho foram os jornais, ou mais precisamente o jornal *Diário da Borborema*, o mais antigo jornal diário dessa cidade, bem como

aquele que tem seu acervo “melhor” conservado, guardando uma significativa memória da cidade e da Escola Politécnica. Após a fundação do jornal em outubro de 1957, já começava publicando um grande número de matérias e editoriais sobre a Escola Politécnica e continua durante toda existência.

Não fizemos uma pesquisa da recepção dessas matérias jornalísticas. Tentamos mostrar como estas vão construir a imagem-representação da Escola Politécnica e conseqüentemente da cidade de Campina Grande.

Durante o período dessa pesquisa, tivemos muitas dificuldades para acessar a documentação presente no acervo do *Diário da Borborema*, porque o acesso foi restringido aos pesquisadores e a comunidade no geral. Essas restrições coincidiram com o período após nossa qualificação e não conseguimos pesquisar no *D.B.* devido às proibições da empresa.

Além das fontes oficiais e dos jornais, também recorreremos à história oral, pois entendemos que a mesma se apresenta como um campo de amplas possibilidades para o estudo do tempo presente em Campina Grande, ou seja, o estudo de um passado recente, capaz de ser apreendido, mesmo que parcialmente, pelas memórias daqueles que participaram da história dessa instituição de ensino.

A história oral tem possibilitado uma ampliação de temas que se voltam para a contemporaneidade, a exemplo de história de bairros, das mulheres, das minorias, das instituições, estudos que se utilizam dessa metodologia. No entanto, apesar de não ser objetivo desse trabalho, existem ainda muitas controvérsias com relação ao seu uso, onde várias tendências se delineiam, cada uma portando uma compreensão. Para Paul Thompson o termo “história oral”,

[...] A história oral não pode nunca ser um compartimento da história propriamente dita, é uma técnica que, presumivelmente, pode ser utilizada em qualquer ramo da disciplina. Sua denominação também sugere – na verdade requer – uma área de trabalho diferenciado, quando de fato, para quem quer que tenha coletado evidência oral em campo durante qualquer espaço de tempo, é evidente que compilar fontes orais é uma atividade que aponta para a conexão existente entre todos os aspectos da história e não para as divisões entre eles (THOMPSON, 1992, p. 104-105).

Entre as inúmeras possibilidades de se reportar sobre a história oral, optamos por aquela que a define como uma metodologia. O que nos aproxima de historiadoras como Alberti (2006) e Delgado (2006), pois de acordo com a segunda,

A História Oral é um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos, registrar, através das narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas facetas e dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2006, p. 15).

Ao se recorrer à fonte oral, como qualquer outra fonte tem que ter clareza da impossibilidade de recuperar o passado tal qual aconteceu, pois o que existe são fragmentos de memórias, que nos chegam por migalhas através das lembranças dos nossos depoentes.

[...] ampliaremos o conhecimento sobre acontecimentos e conjturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu, de estabelecer relações entre o geral e o particular através das análises comparativas de diferentes testemunhas, e de tomar as formas como o passado apreendido e interpretado por indivíduos e grupos. (ALBERTI, 2004, p. 27).

Nosso interesse em trilhar por esse caminho se deu no sentido de recuperar as lembranças, os sonhos, as dificuldades, os desafios, as nuances daquelas pessoas que vivenciaram a criação e consolidação da primeira escola superior de Campina Grande.

Ao recorrer a essa metodologia, entendemos que a “memória³” deve ser concebida como algo seletivo e dinâmico onde, através de suas narrativas, nossos depoentes buscavam enfatizar fatos que consideram importantes a serem registrados, ao mesmo tempo em que evitavam determinados temas. Os

³ Sobre o conceito de Memória ver os trabalhos: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2^a ed. São Paulo: Unicamp, 1992.

entrevistados evitavam falar do rompimento das relações do primeiro diretor, que após a saída da Escola para fundar o Instituto de Química na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa, passaria vários anos sem vir a Campina. Além disso, resistiam em falar sobre sua experiência na Escola Politécnica, ou então falavam com muitas ressalvas. Com relação aos antigos alunos que se tornariam professores dessa instituição, deixaram transparecer os lugares sociais da época, a exemplo do respeito com que falavam do primeiro diretor.

Nesse trabalho evitou-se ainda o estabelecimento de qualquer hierarquização entre os depoentes, pois todos foram tratados com a mesma seriedade e respeito, pois corroborando com o entendimento de Delgado:

Há um reconhecimento da importância de cada indivíduo-depoente em si mesmo e sua relação com a sociedade na qual esteve ou estar integrado. Cada pessoa é um componente específico de um mosaico maior que é a coletividade. (DELGADO, 2006, p. 52).

Foram utilizadas as entrevistas de Antônio da Silva Morais, José Stênio de Lucenas Lopes, José Marques de Almeida, Adalberto Machado Moita, Antônio Fustino, Edson da Costa Pereira, Antônio Ildfonso de Albuquerque Melo, e as entrevistas concedidas por Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque a Manuel Domingos e Shoso Motoyama. É importante frisar ainda, que essas entrevistas foram realizadas pela professora Rosilene Dias Montenegro e a equipe do Projeto Memória da qual fazíamos parte, e no momento da produção desta dissertação, partes desses professores já haviam morrido, a exemplo de Antônio da Silva Morais, José Marques de Almeida Júnior, Adalberto M. Moita e mais recentemente José Stênio de Lucenas Lopes.

Ao longo desse trabalho, tivemos acesso a algumas fotografias mostrando diferentes momentos da Escola Politécnica, mas não foram analisadas, embora tenham sido inseridas no texto para que o leitor possa melhor visualizar os vários momentos vividos por essa instituição.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, a **Escola Politécnica: um projeto de desenvolvimento**, apresentamos alguns discursos produzidos pelos letrados da época que escreviam para os jornais, buscando analisar a construção da imagem de Campina Grande como uma cidade que não parava de crescer e modernizar-se. Esta modernização, além de estar relacionada às atividades industriais, passava também pela implantação do ensino superior.

Abordamos ainda neste capítulo, os principais motivos que levaram à criação da Escola Politécnica, bem com seus principais idealizadores, sujeitos deste projeto coletivo: Antônio da Silva Moraes (seu primeiro diretor), José Marques de Almeida Junior, José Lopes de Andrade, Edvaldo de Sousa do Ó. Outros sujeitos mais tarde se integraram neste processo: José Stênio de Lucenas Lopes e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Mostramos ainda como o jornal *Diário da Borborema* passa a ser um espaço de atuação político-ideológica dessas elites na construção desse imaginário de desenvolvimento.

No segundo capítulo, **A construção da Escola Politécnica**, abordaremos os locais por onde passou a instituição, bem como as ajudas recebidas. Além disso, tratamos do envolvimento de outros segmentos sociais, a exemplo dos empresários, industriais, comerciantes, sobre o primeiro regulamento, a composição do quadro docente, o rigor no vestibular, a estrutura interna da Escola, a biblioteca, disciplinas ministradas, tamanho das turmas, relação professor/aluno.

No terceiro, **A Politécnica e suas múltiplas relações com instituições nacionais e internacionais**, apresentamos o processo de ampliação e diversificação de novos cursos, entre esses, o de Engenharia Elétrica e o de Mecânica industrial. Foi enfatizada ainda a implantação da pós-graduação, com o mestrado em Engenharia Elétrica e posteriormente o mestrado em Engenharia Civil, a criação dos vários laboratórios, bem como a implantação dos inúmeros convênios de cooperação técnica com instituições estrangeiras e nacionais.

Discutimos ainda os diálogos estabelecidos entre a Escola Politécnica através do Centro de Processamento de Dados (CPD) e de seus Laboratórios com

os vários segmentos da sociedade campinense, e por que não dizer de outros estados, pois através destes, prestavam-se importantes serviços para órgãos públicos e empresas privadas aqui existentes.

Capítulo I

Escola Politécnica: um projeto de desenvolvimento

1. Os discursos da modernidade na Campina Grande dos anos cinquenta.

É possível perceber nas leituras de trabalhos que abordam determinados momentos da história de Campina Grande que os letrados dessa cidade expressavam a pretensão de nomeá-la como grande, a começar pelo próprio nome. Campina, de acordo com esses discursos, desde o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX já era apresentada e representada como uma cidade civilizada, higienizada, limpa, progressista e moderna⁴.

No entanto, apesar desse tipo de imagem ser muito comum sobre Campina Grande, o imaginário de “cidade moderna”, “lugar onde o progresso não pára de acontecer, cidade destinada à prosperidade e ao futuro”, são discursos que passam a ser mais propagados e intensificados a partir dos anos cinquenta, momento em que a cidade estava vivenciando uma transição em sua estrutura econômica, pois, se essa antes era considerada como a “Liverpool brasileira”, pelo fato de ter assumido nos anos quarenta no ranking mundial a segunda posição como exportadora de algodão, na década seguinte, essa atividade econômica entra em declínio.

⁴ Campina Grande apresenta em sua trajetória, vários momentos em que os discursos de modernidade e progresso estiverem presentes, discursos que marcaram algumas transformações ocorridas na referida urbe, a exemplo a higienização, as reformas urbanas, a chegada de algumas maquinarias do conforto, a lugares de diversão e lazer. Para um melhor esclarecimento sobre o assunto indicamos os trabalhos de AGRA, Giscard F. **A Urbes doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935.** 1. Ed. Campina Grande, Gráfica Marcone, 2006 e SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945.** Campina Grande, EDUFCG, 2006; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965);** UFPE, Recife, 2002 – Doutorado em História.

Sendo assim, a elite, antes beneficiada com as exportações desse produto, passa a investir na construção do imaginário de uma cidade que não parava de crescer devido às atividades industriais que estavam sendo desenvolvidas, bem como a criação e instalação de alguns órgãos auxiliares desse progresso, como a instalação da Escola Politécnica, que passa a materializar esse imaginário.

Todavia, no começo nos anos cinquenta do século passado, podemos perceber mais uma vez na história da cidade que a reafirmação dos discursos progressistas referentes à cidade de Campina Grande figurava como o município mais desenvolvido do Estado da Paraíba, se destacando na importância econômica do cenário regional. Havia nessa região, outros centros mais desenvolvidos do que Campina Grande, entretanto, ao associarmos o desenvolvimento gerado por esta cidade com a situação global do Nordeste brasileiro é possível concluir que Campina crescia muito mais que outras cidades dessa região.

Um dos estudos que abordam esse período é a dissertação: "O processo de industrialização via incentivos fiscais em Campina Grande: expansão e crise" do historiador Damião de Lima. Pois de acordo com Lima (2004, p. 71) "essa realidade global do Nordeste não se refletia em Campina Grande, pelo contrário, ao entrar nos anos cinquenta o município já se destacava como um centro industrial em franca ascensão e continua durante toda década". O crescimento era tão significativo que, em 1959, Campina possuía 93 estabelecimentos industriais. Em termos quantitativos, isto é: o número de habitantes e lojas comerciais de algodão fazia dessa cidade um centro propulsor de crescimento econômico.

Ainda na década de cinquenta, o crescimento industrial de Campina Grande era considerável. Entre 1950 e 1954, o município contribuiu com 1/3 da arrecadação do Estado, sendo assim dividido: 1950: 33%, 1952: 25%, 1953: 26%, 1954: 32%. É importante ainda destacarmos o número de habitantes, cuja população chegava a 173.206 habitantes, enquanto a capital João Pessoa contava com uma população de apenas 119.926 habitantes de acordo com o

Censo realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), em 1957⁵.

Além do evidente crescimento econômico que a cidade presenciava no início dos anos cinquenta daquele século, devido à produção e comercialização do algodão, produto que teve seu auge entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, Campina Grande vai se destacar também com a criação de algumas instituições como a Escola Politécnica da Paraíba, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FUNDACT), a Empresa de Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA), o Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial (FADIN), o Banco de Fomento da Produção (BANFOP), entre outras iniciativas locais.

Todavia, percebemos através da leitura dos jornais publicados em Campina Grande, que é a partir da chegada dessas instituições e indústrias⁶ na cidade, nos anos cinquenta, que Campina Grande ganha um novo lugar de representação, seja nos discursos tanto da mídia impressa quanto os dos letrados, pois, de acordo com Chartier (1988),

(...) às representações do mundo social que à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente descrevem a sociedade tal como pensavam que ela é, ou gostaria que fosse (p.19).

Esses discursos que estavam sendo publicados por letrados que escreviam nos jornais locais, não era uma aspiração de toda sociedade, mas sim, de um grupo de pessoas que procuravam, a todo custo, divulgar a imagem de Campina como uma cidade que estava se industrializando. Tais discursos buscavam ainda atrair investidores de outras partes do país para essa cidade, bem como reforçar a essa imagem para os próprios cidadãos.

⁵ Matéria publicada no *Diário da Borborema* em 10 de janeiro de 1958.

⁶ Várias indústrias foram implantadas e outras modernizadas em Campina Grande entre os anos de (1950-1970), entre algumas estão: Casa Fracalanza; Walling Nordeste S.A; Cande; Simbral; Ipelsa; Sambra; Fibrasa, dentre outras. (LIMA, Damião. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996. p. 71.

Devemos levar em consideração, que esses grupos privilegiados procuravam passar uma idéia homogênea de satisfação e da importância para os campinenses e paraibanos da implantação de novas indústrias. Era uma tentativa de impor os seus discursos em defesa dos seus interesses políticos e econômicos e para isso ressaltavam os seus valores e visão de mundo que perpassavam as suas posições de privilégios perante outros grupos sociais. Formula ainda Chartier (1988):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (p.17).

Nesse sentido, mesmo não tendo um jornal diário na primeira metade dos anos cinquenta do século passado circulando na cidade de Campina Grande, os periódicos então existentes *O Momento*, *Folha Acadêmica*, *A Ordem*, mesmo sendo publicados durante curto período, as elites⁷ letradas já utilizavam as páginas destes para investir na construção de um novo lugar discursivo para a cidade, principalmente aquele atrelado ao progresso, na compreensão dos mesmos, viria através das atividades industriais. Em matéria publicada em *O Momento*; vimos que:

Construção de uma nova indústria no bairro de Bodocongó em Campina Grande "Curtumes Santa Adélia", importante organização que vem enriquecer o patrimônio industrial dessa cidade, contribuindo ainda para o desenvolvimento econômico de Campina Grande⁸.

⁷ Tomaremos como definição de elite a de NEEDELL (1993) que define a mesma como "grupo e instituições cuidadosamente selecionadas, e está identificada a uma definição mais ampla de poder-poder derivado de riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição políticas e, mais comumente, poder derivado da combinação de todos esses fatores". NEEDELL (1993). Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e Cultura do Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 275. No caso de Campina Grande, apesar de reconhecermos a imprecisão desse conceito, entendemos por elites as famílias ricas; pessoas que ocupavam cargos políticos; que trabalhavam em órgãos técnico-científico; bem como aqueles que detinham o poder da palavra e que escreviam para os jornais locais.

⁸ Matéria publicada no jornal *O Momento* em 17 de setembro de 1950, página 03.

Na notícia acima podemos perceber o esforço desse jornal em apresentar Campina Grande não como uma cidade que estava buscando se industrializar, mas, sim “enriquecer o patrimônio industrial”, assim como aborda o jornal, nos passando a idéia que a mesma já era uma cidade com muitas indústrias, vindo essa apenas somar, sendo mais uma entre tantas outras.

Relacionando ainda o texto, apesar de não estar explícito, o objetivo desses discursos é convencer e ganhar a simpatia de seus interlocutores, levando sempre em consideração o outro⁹, esse outro aqui analisado, pode ser tanto seus leitores quanto algum empresário que se encontre na cidade de Campina Grande e que possa vir a desenvolver atividades industriais na cidade e que em um primeiro momento ao ler a matéria, possa ser convencido por esses discursos.

Seguindo a mesma linha da notícia anterior, o jornal *A Ordem*, publicava outra matéria com a seguinte manchete: “Campina Grande: cidade mais importante do interior do Nordeste¹⁰”, com isso percebemos que a manchete já reafirmava que a cidade se destacava das outras no Nordeste devido às atividades industriais desenvolvidas na cidade. Mesmo não sendo totalmente direto, o objetivo desse jornal assim como os que viriam depois, era sugerir ao leitor a visão de Campina como uma cidade de vanguarda.

Dessa maneira, esses segmentos das elites campinenses, percebendo a importância que a industrialização poderia trazer para a cidade, apesar de já se utilizar os jornais locais, passam, a partir da criação do *Diário da Borborema*, a investir diariamente na construção da imagem de uma Campina Grande que estava se modernizando através industrialização e do ensino técnico-científico, principalmente na segunda metade de 1950.

Segundo apresenta Agra do Ó (2006), Campina passava de um pólo comercial, posição que ocupou durante muito tempo, para se transformar em uma cidade que desenvolvia atividades relacionadas à indústria, tendo essa segunda atividade sido vista como símbolo de modernização.

⁹ Para Orlandi (1990), o autor de qualquer discurso tem que levar em consideração o outro. Pois, o discurso nunca é monológico, apesar de aparentemente ter uma fonte ou origem, p. 38.

¹⁰ Matéria publicada no jornal *A Ordem* em 19 de dezembro de 1953; página: 02.

O sucesso da economia industrial era entendido, então, como signo de progresso; difundia-se uma crença etapista e evolucionista da história que dava conta de que a vida das sociedades era um desfile de processos históricos, em que o momento posterior era sempre de maior valor que o anterior. Nesse quadro explicativo a indústria, campo em que os homens transformavam mais radicalmente a natureza, parecia ser uma atividade mais digna e mais relacionada ao progresso que o simples comércio ou as atividades agrícolas ou pastorais (AGRA do Ó, 2006, p.20).

Essa atividade econômica passaria nos anos cinquenta a fazer parte dos grandes debates nacionais, onde determinados segmentos das elites políticas viam e defendiam a industrialização como sendo uma atividade produtiva que ajudaria o país a se modernizar. Entre os principais expoentes que defendiam esse projeto político de industrialização estava, na época, Getúlio Vargas e, posteriormente, Juscelino Kubitschek.

Por outro lado, essas idéias e debates que se realizavam a nível nacional passaram a fazer parte também dos discursos de segmentos da sociedade campinense, como podemos ver na matéria publicada no *Diário da Borborema*, onde explicitamente o desejo e a importância que essa atividade passara a ocupar,

“Desenvolvimento industrial em nossa progressiva cidade”

Aumenta o interesse pela industrialização campinense: será lançado pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba um convite aos economistas do Banco do Nordeste a pronunciar uma conferência sobre a atual fase de expansão do movimento industrial de Campina Grande, visando a demonstração da vida econômica da cidade e inaugurar uma etapa nova com o aproveitamento maior e mais racional dos recursos naturais do Nordeste, continuando a ser preocupação das classes produtoras locais. Estamos seguramente informando que a FIEP, em breve lançará ampla campanha, de âmbito estadual, com o fim de congregar mais os industriais em torno de seus legítimos interesses, devendo diretores daquela entidade visitar várias zonas do Estado promovendo reuniões¹¹.

¹¹ Matéria publicada no *Diário da Borborema* em 20 de outubro de 1957.

A matéria, além de apresentar Campina como uma cidade inserida no processo industrial, subentende-se que a cidade, mais uma vez, vem se destacando no âmbito estadual, passando também a estimular e coordenar o desenvolvimento de outras cidades, pois, a mesma, destacava-se por ser a única do interior do Brasil a sediar a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba¹² (FIEP). Cabe ressaltar que os discursos sobre a importância da industrialização para o desenvolvimento da cidade e região, publicado nesse veículo de comunicação estão em consonância com os principais debates políticos do Brasil, principalmente no que diz respeito à recepção e repercussão das idéias de modernização e modernidade.

Somente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, que o Estado começa a desempenhar uma nova forma de interferência frente à economia, pois o Estado passava a assumir o papel de agente sinalizador dos rumos que a economia deveria tomar, bem como o direcionamento de investimentos, como nos fala o autor.

O desenvolvimentismo da era JK, por sua vez pode ser definido como um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, em ritmo superior aos padrões históricos tradicionais, com o objetivo de diminuir a distância de nível de industrialização e renda em relação aos países considerados desenvolvidos. Para tanto, o Estado deveria desempenhar a função de principal agente indutor do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura e indústria básica. (BRUN, 1999, p. 232).

É justamente nesse momento em que a industrialização passa a ser representada como principal vetor de desenvolvimento econômico. Objetivando recuperar-se do atraso em que se encontrava o país, JK lançou o Plano de Metas¹³, que pretendia acelerar o processo de acumulação, aumentando a

¹² Instituição criada na cidade de Campina Grande em 1949.

¹³ Como podemos ver em BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999, p. 571, o Plano de Metas proposto por Juscelino Kubitschek tinha como objetivo crescer "cinquenta anos em cinco", consistindo no planejamento de trinta metas prioritárias distribuídas em cinco setores da economia brasileira: energia, transporte, indústria de base e alimentação.

produtividade dos investimentos existentes e ampliando novos investimentos em atividades produtoras. Este propunha ainda, elevar o nível da população, através de novas oportunidades de empregos, visando um futuro melhor, (Benevides, 1979).

Com o aceleração do processo de industrialização, o país ganha nova configuração. Como nos mostra Ianni:

Pode-se mesmo dizer que durante o Governo Juscelino Kubitschek a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a “cultura da cidade”, enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produções geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do país. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios (IANNI, 1991, p.177).

Essas discussões sobre o desenvolvimento nacional revelariam um ponto frágil da política de crescimento acelerado, proposto pelo presidente JK no seu Plano de Metas, tratando-se das desigualdades regionais, sendo visível o forte crescimento da região Centro-Sul, em detrimento de outras regiões que permaneciam estagnadas, dentre estas, o Nordeste.

Inúmeros debates foram realizados na região objetivando encontrar soluções que tentassem amenizar o atraso econômico em que se encontrava a região Nordeste, em detrimento do centro Sul em desenvolvimento. Entretanto, foi a partir da realização do I Encontro dos Bispos do Nordeste¹⁴, onde representantes da Igreja Católica, políticos e empresários ligados às atividades industriais se reuniram em Campina Grande em 1956¹⁵ na tentativa de construir

¹⁴Sobre esse Encontro ver: MARTIN, Cipriano. “**Deus não nos faz bispos de almas desencarnadas**”: Campina Grande e a nova filosofia social da igreja católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

¹⁵ Esse encontro ocorrido na cidade de Campina Grande, foi amplamente divulgado pelo Jornal *Diário de Pernambuco*, três matérias em: 20/05/1956, duas em 22/05/1956, duas em 23/05/1956, uma em 24/05/1956.

um projeto de desenvolvimento para essa região. Esse Encontro contou ainda, com a presença de D. Helder Câmara, Celso Furtado e o próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

A reunião resultou na criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹⁶, que tinha como principais metas (LIMA, 2004):

Fixar na região capitais oriundos de outras atividades econômicas que, eventualmente tendia a emigrar para outras regiões, principalmente para a região Sudeste; dar emprego a grande massa populacional flutuante existente na região; e criar nova classe dirigente imbuída do espírito desenvolvimentista. (p.33)

A fixação de capitais formados na região reforça a política que já vinha sendo implantada em Campina Grande naquela década, onde já existiam na cidade indústrias de transformação, representadas pelas fábricas de artefatos de couro, sisal, algodão, minérios, massas e papel (LIMA, 2004).

Outro objetivo do GTDN era criar uma nova classe dirigente na Região Nordeste pautada por idéias desenvolvimentistas. Nesse sentido, Campina Grande, passa a se destacar por ter, diferentemente de muitas cidades da região, desde o início dos anos cinquenta, um grupo de empresários e intelectuais que defendiam a industrialização, e nessa direção, criaram algumas instituições relacionadas diretamente a essa atividade, dotando a cidade de mão de obra qualificada, propiciando, ainda, a vinda de muitas empresas que se instalaram graças a esse atrativo.

Uma matéria publicada no Diário da Borborema, mesmo antes da publicação dos resultados elaborados pelo GTDN, já mostrava que a cidade de Campina Grande se destacava das demais por desenvolver atividades que a colocava como um dos municípios mais importantes e progressistas do país,

Campina Grande entre os dez municípios progressistas

¹⁶ Brasil, Ministério do Interior. GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 1959.

A prefeitura recebeu um diploma

Foi amplamente noticiado na época, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) realizou em agosto um concurso anual de municípios brasileiros, de maior progresso em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas e a revista O Cruzeiro, fato que alcançou a maior repercussão, tendo o município de Campina Grande se classificado entre os dez finalistas do referido concurso, correspondente ao exercício de 1956.

Diploma

Em data de ontem recebeu a prefeitura o diploma com que foi distinguido esse município, firmando conjuntamente pelos Diretores do (IBAM), da Fundação Getúlio Vargas e a revista O Cruzeiro, o qual foi hoje afixado em lugar de honra no gabinete do prefeito Elpídio de Almeida¹⁷.

É possível compreender a tentativa desse jornal em mostrar que esta cidade estava entre os municípios mais progressistas, não só do Nordeste, mas sim de todo o Brasil, e o que é mais importante, esse reconhecimento partia de um instituto nacional, assim como também o fato desse prêmio ter sido divulgado em importantes veículos de comunicação que circulavam em território nacional.

O que se percebe ainda, é que nesse tipo de discurso, onde se atesta o estado de progresso em que estava inserida a cidade, estão contidos outros discursos locais. No qual o discurso externo, reconhece, atesta e até mesmo reafirma tal desenvolvimento.

Referindo-se ainda a esse indicador da cidade Campina Grande, o mesmo possibilitaria a esse jornal veicular um lugar para Campina Grande que se aproximasse daqueles que se aproximassem do modelo de desenvolvimento econômico pelo qual estava passando o Centro-Sul, graças ao seu pioneirismo. Em contrapartida, se afastaria cada vez mais desse Nordeste que passa ao imaginário nacional, como lugar arcaico, relacionado com a estrutura agrária longe estava dos instrumentos modernizadores.

¹⁷ Matéria Publicada no *Diário da Borborema* em 30 de outubro de 1957.

À aproximação de Campina Grande àquelas áreas pobres e atrasadas que a circulam, e isto era a última coisa que os campinenses desejavam. O caminho era pensar que, da mesma maneira como a integração do Brasil estava se dando graças ao desenvolvimento econômico desencadeado por conta da industrialização do Sul, a redenção do Nordeste estaria na presença de simulacros desta vida de progresso: as cidades. Por meio desta tortuosa elaboração construía-se um lugar preciso na geografia imagético-discursiva, em que Campina Grande permanecia ligada à sua região, mas a transcendia porque era líder, ou seja, não partilhava de sua essência, mas se aproximava dos grandes centros do Sul. Não era por motivo que ela era tomada como Metrópole, graças à passagem da economia comercial para a industrial, mas Metrópole do Polígono da Seca, ou seja, elemento superador do destino de pobreza do Nordeste, do qual só participava por uma mera circunstância. (AGRA, 2006, p. 27-28).

Apesar de não concordamos com a generalização do autor, ao afirmar que os campinenses não queriam que essa cidade se aproximasse imagetivamente das áreas pobres do restante do Nordeste, é pertinente refletir se realmente todos os campinenses desejavam isso? Isso não seria apenas um determinado segmento que almejava? Os populares, por exemplo, estavam, de fato, preocupados com essas questões?

A partir de Agra do Ó (2006), podemos perceber na matéria abaixo, publicada no Diário da Borborema, onde um articulista¹⁸ questiona o diretor da Empresa de Fios Finos (COESA)¹⁹, que estava pretendendo instalar essa indústria em Campina Grande, quais os motivos da opção por esta cidade do interior:

A escolha de Campina Grande

Dr. Djalma Nunes nos disse: Campina Grande foi escolhida para sede desse empreendimento pelas vantagens que oferece, não só pela sua posição geográfica ideal, como ainda em virtude do dinamismo de seu povo e alta visão de seus homens de empresa. A parte geográfica justifica-se pela facilidade de matérias primas de boa qualidade, ou seja, o algodão produzido nos sertões deste Estado, do Rio Grande do Norte e Ceará. O dinamismo do novo, por outro lado, permite que os operários, não qualificados, se adaptem com facilidade aos modernos processos da técnica. E,

¹⁸ É importante destacar que, durante o período estudado aqui, as matérias que eram publicadas pelos jornais não eram assinadas. Isso só ocorria em artigos e sueltos.

¹⁹ Consórcio de Empreendimentos Sociedade Anônima.

por fim, a alta visão dos homens de empresas campinense, comprovada com o grande desenvolvimento e impressionante expansão do município, assegurará os mais belos resultados ao empreendimento, que representa sem dúvida um dos ideais dessa terra a industrialização²⁰.

Essa matéria se apresenta na mesma linha de vários outros discursos publicados pelos meios de comunicação local, principalmente pelo Diário da Borborema que procurava mostrar o estado de progresso econômico pelo qual a cidade estava passando, discursos apoiados na condição geográfica privilegiada, o que resultou na grande riqueza adquirida com a comercialização do algodão, transformando-se ainda em roteiro para a instalação de indústrias, como também de instituições, como a Escola Politécnica que estava ligada diretamente ao desenvolvimento técnico-científico, o que lhe possibilitaria um diferencial que nenhuma outra cidade do interior do Nordeste poderia disputar.

Partindo desse pressuposto, procuramos compreender através desses discursos jornalísticos como foi construída essa imagem de cidade que estava se modernizando. Uma modernização que além de estar relacionada a atividades industriais passava ainda pela implantação do ensino superior, pois entendemos que apesar desses discursos que procuravam mostrar Campina Grande como lugar de progresso e desenvolvimento²¹, foi com a criação e consolidação da Escola Politécnica, que esse imaginário, passou a ser viabilizado e materializado nas ações que a referida instituição passou a designar a imagem da cidade. É sobre esse tópico que discorreremos a seguir.

²⁰ Matéria Publicada no *Diário da Borborema* em 07 de novembro de 1959.

²¹ Apesar de não podermos precisar, acreditamos que esse grupo de intelectuais que escreviam no *DB*, que pensavam e projetavam Campina Grande nos anos cinquenta e sessenta do século passado, possivelmente tiveram acesso ou foram influenciados pelas idéias de desenvolvimento expressas no relatório: *The Endless Frontier* de Vannevar Bush, o então diretor do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (Office of Scientific Research and Development), órgão vinculado ao governo norte-americano. Esse documento buscava dentre outros objetivos, obter a consolidação do apoio sistemático do Estado as atividades de ciência e tecnologia, ou seja, garantindo que essas atividades tivesse, em tempo de paz, a mesma importância que recebiam no tempo da guerra. Dessa feita, enfatizava-se o avanço científico como forma de solucionar os problemas sociais, ou seja, era uma visão determinista, que se baseava na idéia de que só com o desenvolvimento da ciência e tecnologia que o progresso social e econômico seria alcançado. Maiores informações ver:

http://www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/2BRS026.pdf;

<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n4/a12v59n4.pdf>

1.2 – Antecedentes da criação da Escola Politécnica

Para estudar a Escola Politécnica da Paraíba, se faz necessário tomarmos sua criação não como um dado e sim como problema. Qual seria a razão de criar uma Escola de Engenharia Civil na primeira metade dos anos cinquenta do século vinte, em uma cidade do interior localizado em um estado pobre como a Paraíba? Haviam pessoas ou grupos que lutavam por uma Escola desse gênero na cidade? Por que não se implantar uma escola que não demandasse maiores estruturas laboratoriais, a exemplo de um curso de Direito ou Filosofia? Havia a intenção de a Escola contribuir para o desenvolvimento econômico da cidade e região?

Para a criação e implantação de uma Escola desse tipo, supostamente não seria uma tarefa fácil conseguir a autorização de funcionamento por parte do Ministério da Educação, pois, para um curso de Engenharia funcionar dentro das exigências legais e de estrutura e obter sucesso, além de demandar um corpo docente bem qualificado, requeria uma estrutura moderna de salas de aulas e laboratórios para que os professores e alunos pudessem desenvolver aulas práticas e pesquisas. Um curso dessa natureza exigia um alto investimento financeiro, com a estruturação de laboratórios de alto nível, importação de equipamentos de países tecnologicamente mais avançados, contratação de pessoal especializado para o apoio no funcionamento dos laboratórios.

O que poderia contribuir ainda, para que o Ministério viesse a dificultar o funcionamento desse estabelecimento de ensino superior, seria o fato de que a Escola Politécnica da Paraíba poderia concorrer com a já consolidada Escola Politécnica de Pernambuco, criada em 1895 e a Politécnica da Bahia, criada em 1897²².

A partir da leitura da bibliografia sobre a Escola Politécnica²³, bem como de alguns depoimentos de sujeitos que estavam envolvidos com a implantação do

²² As datas de fundação das respectivas Escolas foram retiradas de: SANTOS, M.C.L. dos. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: 1894-1984**, p. 420-429.

²³ LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande: Uma experiência de Desenvolvimento Tecnológico no Nordeste**. Campina Grande/PB:s/d. e Ó, Edvaldo de Souza.

ensino superior em Campina Grande na época, percebemos que, em um primeiro momento, principalmente no que antecede a criação, que não havia qualquer preocupação por parte desses fundadores com a possibilidade da não-liberação para o funcionamento dessa Escola pelo MEC.

O que nos leva a afirmar que a existência dos Laboratórios de Solos e Concreto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a dos Departamentos Nacionais de Estrada de Ferro e de Rodagem, como também a dos engenheiros independentes da cidade seria um fator positivo para a aceitabilidade dessa proposta, pois como na época não existia obrigatoriedade de tempo integral do corpo docente, os engenheiros egressos desses laboratórios poderiam lecionar na Escola Politécnica o que facilitaria ainda a possibilidade dos mesmos levarem os alunos a desenvolver atividades nesses laboratórios.

Recorrendo ao depoimento de um dos principais idealizadores e fundador da Escola Politécnica, o engenheiro químico, Antônio da Silva Moraes, que além de professor tornou-se o primeiro diretor dessa instituição, cargo que ocupou por um período de mais de dez anos, defende que uma das razões que contribuiu para a criação da Escola Politécnica em Campina Grande, se devia à existência de um Laboratório de Produção Mineral nessa cidade, bem aparelhado e que também desenvolvia atividades relacionadas ao melhoramento de minérios que foram utilizados na Segunda Guerra Mundial, colocando essa cidade como uma das maiores exportadoras mundiais desse tipo de produto. Assim, para a execução dessa atividade existia um grande número de técnicos,

entre aproximadamente cinquenta a sessenta, vindo das mais credenciadas escolas de engenharia do país, como da Escola de Minas de Ouro Preto, a Escola de Engenharia de Recife, dentre outras, facilitando assim, na manutenção e estruturação das atividades laboratoriais. (MORAIS, 2004, p.03-04).

Todavia, se um dos principais motivos para a criação de uma Escola desse tipo se dava devido à extração e melhoramento de minérios, não seria mais apropriado uma Escola de Engenharia Química ou até mesmo de Minas?

Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande/PB: Editora Campina Grande Ltda, 1991.

O fato é que, em 1950, o eleito governador da Paraíba, José Américo de Almeida, tinha interesse na criação de uma escola de nível superior na cidade de Campina Grande. O Chefe da Casa Civil, José Lopes de Andrade²⁴, sociólogo e professor campinense, veio da capital da Paraíba à Campina Grande, representando o governador com a proposta de criação de uma escola de Química.

Possivelmente, a proposta de José Américo de criar uma Escola de Química, idéia que não tinha o apoio do grupo de engenheiros que faziam parte da equipe do LPM, pode ter sido respaldada pela existência, na cidade, de um bem aparelhado Laboratório de Produção Mineral, servido por pessoal técnico de boa qualidade (LOPES, 1991, p. 04).

O Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, José Lopes de Andrade, participou de uma reunião²⁵ e respondeu positivamente ao pleito solicitado. Nesse encontro, além do representante governamental, estiveram presentes: o professor Milton Paiva, diretor do Colégio Estadual²⁶ de Campina Grande, e os técnicos Antônio da Silva Moraes, José Marques de Almeida Junior, Austro de França Costa, Giuseppe Gióia e o estudante de economia Edvaldo do Ó e ainda os generais José Oliveira Leite e Vinícius Londres da Nóbrega, ambos de João Pessoa. A pauta da reunião foi exatamente a possibilidade de criação, pelo governo do Estado, de uma Escola de nível superior em Campina Grande (LOPES, S/D). O professor Lopes de Andrade, após ter sua proposta recusada,

²⁴Segundo José Octávio, Lopes de Andrade foi um desenvolvimentista convicto, canalizando todas as iniciativas do progresso de Campina Grande no período de 1950-80. Tendo como iniciativas pioneiras: a criação da Escola do Comércio, FACE, FUNDACT, SANESA, CINGRA, TELINGRA, FAGRIN. Todos concebidos como suportes da filosofia desenvolvimentista, que estão representados nos ensinamentos do grupo de Itatiaia e da CEPAL, dos quais resultaram na criação do Banco do Nordeste e a SUDENE, p. 07. Para maior informação ver: ANDRADE, José Lopes de. **Uma militância na imprensa**. Organizado por José Octávio e Ana Maria Gonçalves dos Santos Pereira, ed. GRAFSET, 1984.

²⁵Praticamente dois meses antes da reunião o jornal "Formação" (órgão do Centro Estudantil Campinense), em 02 de agosto de 1952, já informava da reunião dos engenheiros que prestavam serviço em Campina Grande na tentativa de viabilizar a criação do curso de Engenharia Civil.

²⁶Estamos nos referindo ao Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, mais conhecido como Colégio da Prata.

levou ao governador a opinião geral dos presentes na reunião²⁷, que seria a da criação de uma Escola Politécnica na cidade, começando com o curso de Engenharia Civil.

Após a reunião, o pleito foi encaminhado ao Governador do Estado que, através de ato contínuo, enviou a mensagem e Projeto de Lei à Assembléia Legislativa do Estado e, em menos de um mês após a reunião, em Campina Grande era sancionada solenemente a Lei nº 792, de 06 de outubro de 1952, que implantou a Escola Politécnica²⁸ da Paraíba, com sede em Campina Grande (SOUZA do Ó, s/d)²⁹.

Ainda sobre a opção de se criar uma Escola Politécnica e não a de Química recorremos ao depoimento do engenheiro e professor Antônio da Silva Morais, onde o mesmo nos possibilita a percepção de alguns indícios do que motivou a escolha:

Comentando sobre os assuntos relacionados ao progresso de Campina, pensávamos em marcar nossa passagem pela cidade (os técnicos). Até que, surgiu a idéia de criar, em Campina Grande, uma área de estudos relacionadas à tecnologia, que estivesse direcionada ao ensino de Engenharia Civil. A escolha dessa especialidade se dava pelo fato de Campina Grande sediar vários departamentos: Departamento Nacional de Estradas e Rodagem; Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Produção Mineral, Departamento de Vegetal, e o Departamento de Obras Contra as Secas. [...] Pensávamos, será que uma Escola de Engenharia Civil dá certo ou uma de Engenharia de Construções? Sentíamos uma atração muito grande pelas escolas que se voltava para o conhecimento ligado a tecnologia, a exemplo, da Escola de Minas de Engenharia de Ouro Preto; a Escola Politécnica de São Paulo, a Escola Politécnica de Paris. Pensei, vamos fazer o seguinte: vamos propor uma Escola Politécnica, porque com essa denominação estamos também criando uma Universidade Técnica. Porque se optarmos por uma Escola com o nome de Engenharia Civil, isso implica dizer que vamos fazer Engenharia Civil, se eu disser Escola de Engenharia de Minas, eu vou fazer

²⁷ Apesar da opinião geral ter sido a criação da Escola Politécnica, teve um voto contrário – o do general José de Oliveira Leite, que segundo, Stênio Lopes, justificava-se pela intenção desse general de criar uma escola semelhante em João Pessoa.

²⁸ Sobre importância do ensino de engenharia no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Ed: -2°. UFMG, 2002.

²⁹ A mensagem e o projeto de Lei foram elaborados pelo Chefe da Casa Civil do Governador, o professor José Lopes de Andrade.

de Minas, mas dizendo Escola Politécnica eu posso estar fazendo Engenharia Civil, como qualquer outra especialidade. Essa idéia felizmente agradou ao pessoal. Ficando a denominação de Escola Politécnica. Tivemos que lutar para convencer o pessoal porque o assunto era novo e o espírito do povo da época estava mais voltado para negociar [...] (MORAIS, 2004, p. 03).

O argumento sobre a origem e a opção da escolha dessa Escola está em consonância com outros depoimentos concedidos ao Projeto “Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande”, onde outro idealizador e fundador da Escola, o professor e engenheiro José Marques de Almeida Junior, afirma que a origem da Politécnica surge a partir da existência do Laboratório de Produção Mineral (LPM). Linaldo Cavalcanti de Albuquerque³⁰ também partilha com o pensamento de Almeida Júnior e vai mais além, afirmando que não só a Escola Politécnica vai surgir do LPM, mas todo o conhecimento científico e tecnológico da cidade.

Apresentados os principais motivos que levaram os idealizadores e fundadores a optarem pela criação da Escola Politécnica e não pela de Química ou até mesmo uma de Engenharia de Minas, cabe então, conhecer um pouco sobre a história de seus principais idealizadores, quem eram de onde vinham e quais projetos paralelos desempenhavam.

1.3. – Idealizadores da Escola Politécnica

Como foi observado nos debates que antecedem a criação da Escola Politécnica, a figura de Antônio da Silva Morais, primeiro diretor da instituição, se apresenta como um personagem de destaque, como mencionado anteriormente. Sendo necessário, assim, conhecermos um pouco sobre aquele que operacionalizou e ajudou a criar aquela instituição de ensino superior na cidade.

Nascido em 13 de maio de 1916 na cidade de Garanhuns, interior do Estado de Pernambuco, Antônio mudou-se para Recife, onde se formou em

³⁰ No I Encontro de História da Ciência e Tecnologia. **Desafios para o Nordeste**, realizado de 03 a 05 de outubro de 2007, na Universidade Federal de Campina Grande.

Engenharia Química, pela Escola de Engenharia de Pernambuco. Em meados da década de 1940, chega a Campina Grande para trabalhar no Laboratório de Produção Mineral, tornando-se ainda, em menos de dois meses, chefe do referido Laboratório.

É evidente que, alguém que chega a uma cidade e passa a ser chefe de um órgão federal, começa a se destacar e entrar em contato com pessoas importantes, como autoridades políticas, industriais, intelectuais, entre outros e passa a gozar de um certo prestígio na sociedade, o que o possibilita uma inserção nos principais círculos sociais da cidade.

Prova disso é que além de ter sido chefe do Laboratório de Produção Mineral, Moraes atuou como um dos principais sujeitos nos debates que antecederam a criação da Escola Politécnica, vindo a se tornar posteriormente, seu primeiro diretor, função que desempenhou durante os anos de 1952 a 1963. Concomitantemente, ainda com o cargo de diretor Moraes foi convidado pelo prefeito Elpídio de Almeida³¹, em seu segundo mandato na prefeitura municipal de Campina Grande para exercer o cargo de presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica (FUNDACT)³², uma das primeiras fundações do gênero em todo o Brasil.

É ainda nesse momento que Moraes entra em contato com outro técnico que trabalhava no mesmo Laboratório e que participa também ao lado dele, da criação da Escola Politécnica. José Marques de Almeida Junior que nasceu em 06 de outubro de 1917, e ao contrário do primeiro, que vinha de uma família humilde, foi formado em Química Industrial, pela Escola de Engenharia de Recife.

³¹ Foi eleito prefeito de Campina Grande para duas gestões. A primeira foi entre os anos de 1947 a 1951 e a segunda foi de 1955 a 1959.

³² A FUNDACT foi criada na segunda gestão do prefeito Elpídio de Almeida, que tinha, entre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade. Após ter sido decisiva para o sucesso da Escola Politécnica. Edvaldo de Souza do Ó, Lopes de Andrade, na gestão do prefeito Williams Arruda, através da lei municipal nº 23, de 15 de março de 1966, transfere o patrimônio e renda da Fundação para a Universidade Regional do Nordeste. Assim a FUNDACT deixa de existir, ficando em seu lugar a Fundação Regional do Nordeste. Tendo sido transformada em 11 de outubro de 1987, pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity. Deixando de ser a Universidade Regional do Nordeste (FURNe) para transformar-se em Universidade Estadual da Paraíba, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1996. Maior informação ver: LOPES, Stênio de Lucena. **Campina: Luzes e Sombras**. Campina Grande: s/editora, 1989; MELO, Luiz Gonzaga de. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba (1966-2003)**. 2ª ed. Campina Grande editora, 2003.

Descendente de uma família rica do Recife, José Marques veio de Pernambuco para administrar uma fábrica de óleos de propriedade de seu padraço.

Segundo o próprio Zezé Marques, após algumas dificuldades, dentre estas financeiras, ele resolveu deixar de trabalhar nesse empreendimento familiar para ocupar outra atividade:

(...) Resolvi ir para a Produção Mineral, consegui ser nomeado como interino por Getúlio Vargas, como Engenheiro Químico. Depois fui para o Rio me submeter a concurso e passei em terceiro lugar. Aí veio o grupo escolar Estadual da Prata, fiquei pertencente ao corpo docente, e Zé Américo³³ queria que eu fosse diretor, eu disse que não podia. Trabalhava de dia na produção mineral e a noite eu era vice-diretor do Estadual da Prata. Aí veio a campanha da Politécnica e me incorporei a essa campanha, fazendo parte da comissão e ajudei até o começo. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 05).

Além de trabalhar no Laboratório, Zezé Marques já tinha perante as elites políticas da cidade um grande prestígio, prova disso, é que, além de ser convidado por José Américo, para ser diretor do Colégio, cargo que recusou, ainda escolheria os futuros professores.

Quando Zé Américo estava inaugurando o Colégio Estadual da Prata, chamou o político da ocasião, o Severino Cabral³⁴, e disse: você vai escolher todos os professores do colégio. Aí ele procurou o Deputado Federal Plínio Lemos para ajudar na escolha. Plínio disse: você peça a Zezé Marques que lhe ajude nessa escolha. Então fui a Cabral e disse: "Bom, escolho o pessoal melhor, mas o senhor não tem o direito de vetar nenhuma pessoa que eu escolher!". Ele concordou, e assim escolhi todos os professores. Depois Cabral levou a lista para Zé Américo e ele nomeou todos. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.06).

Ao apresentarmos as falas de Zezé Marques pretendemos mostrar que tanto ele quanto Moraes, apesar de serem pessoas que vinham de outros estados de certa forma interferiram nos caminhos da cidade, seja escolhendo professores ou propondo a criação de instituições educacionais. Apesar de não ser possível

³³ Governou o Estado da Paraíba entre os anos de 1951 a 1956.

³⁴ Além de ter sido Deputado Estadual, foi prefeito de Campina Grande de 31/11/1959 a 31/11/1963.

saber como ambos chegaram a ganhar todo esse prestígio, acreditamos que o *status* proporcionado pelos cargos que eles assumiam os colocavam em posição sociopolítica de destaque na sociedade campinense e nos grupos políticos e intelectuais nos quais estavam inseridos. Esse *status* era ainda mais fortemente dimensionado pelo prestígio do saber técnico que ambos detinham, algo que na época era bastante importante, pois era um saber que, de certa forma se sobrepunha aos outros, pois se acreditava que esse saber ajudaria a sociedade a se desenvolver. Certamente, Morais possuía um destaque maior ou seria uma peça de maior importância por ser chefe de um laboratório que era referência para a cidade e mesmo pelo cargo que ocupava, Esse, possivelmente tinha maiores contatos com determinados seguimentos das elites, sejam essas políticas, econômicas e intelectuais. Assim como fica claro na sua fala a seguir:

Tinha uma livraria [Pedrosa] excelente para aquela época, freqüentavam a livraria os professores, engenheiros, médicos, químicos, bacharéis, industriais, intelectuais, estudantes, etc. Quando acabava o expediente, íamos para a livraria de Pedrosa e ficávamos trocando idéias. (...) O pessoal se entusiasmava e começava a falar alto. Pedrosa vibrava com aquilo, ele sentia que havia calor naquelas discussões, boa intenção, vontade de produzir as coisas. (MORAIS, 2004, p.04).

A Livraria Pedrosa era o ambiente onde a elite se reunia para discutir assuntos ligados à política e à economia. Ali também era o espaço onde se encontravam as principais personagens que, de alguma maneira, pensavam e arquitetavam ações para buscar viabilizar o desenvolvimento de Campina Grande. Entre estes, duas pessoas vão se destacar nesse processo: Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade, que além de fazerem parte da implantação do ensino superior, ocupavam cargos tanto a nível municipal, como estadual, fato que aproxima os técnicos acima referidos com os políticos, aqueles que realmente podiam materializar essas aspirações e projetos. Mas, quem eram essas figuras?

Edvaldo de Souza do Ó nasceu em 05 de junho de 1929, natural de Campina Grande, vem de uma família rica, tendo como pai, Isaias Sousa do Ó, figura ativa no processo de desenvolvimento de Campina Grande e da Paraíba, como grande comerciante da produção de algodão, na década de quarenta. Ainda

no final dos anos quarenta, Edvaldo, após ter apoiado Elpídio de Almeida na campanha eleitoral de 1947, foi convocado pelo então prefeito para ser Secretário de Educação desse município. Cargo que o projetava nos meios políticos da cidade.

No entanto, no momento que antecede a criação da Escola Politécnica, fora fundada a União Universitária Campinense, onde Edvaldo se torna presidente. A entidade com o apoio da Associação de Professores Secundaristas e do Centro Estudantil Campinense pleiteava a criação de escolas superiores. Porém, como podemos ver em pronunciamento do então Deputado Federal da Paraíba, Evaldo Gonçalves de Queiroz em Sessão de 24/04/1993, na Câmara Federal, Edvaldo, além de estar envolvido nos debates de criação da Escola Politécnica, tinha seu nome relacionado a várias outras iniciativas que pensou e ajudou a fundar em Campina Grande, entre estas se destacam.

Na década de cinquenta do século passado, Edvaldo de Souza do Ó, pensou e ajudou na criação da primeira sociedade de economia mista do país, destina à exploração dos serviços d'água e esgoto, a SANESA – Saneamento de Campina Grande S.A., da qual se tornou Diretor, ao lado de Lynaldo Cavalcanti, Lopes de Andrade, dentre outros. Posteriormente, Edvaldo do Ó, na administração do prefeito Williams Arruda, além da Fundação Regional do Nordeste, cuidou também da industrialização, criando a CINGRA – Companhia Industrial de Campina Grande; a TELINGRA – Companhia de Telecomunicações de Campina Grande; a CELB – Companhia de Eletricidade da Borborema. Mais tarde ainda, já na década de 1970, cria a Bolsa de Mercadoria da Paraíba, com sede em Campina Grande. (QUEIROZ, 1993, p.74).

Grande parte dessas iniciativas de Edvaldo foram idealizadas ao lado de José Lopes de Andrade que nasceu em 28 de julho de 1914, sendo uma outra figura que vai participar diretamente da criação da Escola Politécnica. Lopes, apesar de pertencer a uma família humilde da cidade de Queimadas, tendo que trabalhar muito cedo, vem para Campina Grande, e através da sua desenvoltura, ainda na década de quarenta, torna-se um dos principais secretários do

interventor Vergniaud Wanderley³⁵, possibilitando que o mesmo tivesse uma valiosa experiência administrativa.

Em seguida, após o período de restauração do regime democrático, e com a vitória do Dr. Elpídio de Almeida, nas eleições de 1947, José Lopes foi exercer novamente o cargo de Secretário. Tendo mais uma vez a oportunidade de participar de outra importante administração municipal. Ainda, ao final desse governo, foi convidado por José Américo de Almeida, eleito governador do estado em 1950, para chefiar a Casa Civil.

Apesar de ainda não ter concluído o curso superior, o que fizera posteriormente na própria universidade que ajudou a criar, ao lado de José Américo de Almeida, Lopes viabilizou a política de implantação de várias escolas de nível superior no Estado, possibilitando à Campina sua primeira Escola de ensino superior.

Entretanto, a atuação de Lopes não se restringe apenas à criação da Escola Politécnica, pois assim como Edvaldo do Ó, ele estava envolvido em vários outros projetos voltados a implementação do desenvolvimento econômico, político e cultural da cidade. Entres estes, o Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, na Plenária da Assembléia Legislativa da Paraíba, em 25 de julho de 1984, em homenagem ao escritos Lopes enumera algumas realizações do sociólogo:

Lopes de Andrade, além de atuar na criação da Escola Politécnica, participava ainda de outros projetos, pois, na administração de Plínio Lemos, cria a Escola Técnica do Comércio, assessorando a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, lecionaria na Escola que ajudou a criar, a Politécnica e Faculdade de Filosofia de Campina Grande. Participa, juntamente com Edvaldo de Souza do Ó, da criação da SANESA, da Faculdade de Ciências Econômicas, mais tarde incorporada à UFPb, onde torna-se diretor, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, da Fundação Regional do Nordeste, a Companhia de Industrialização de Campina, a Telecomunicações de Campina Grande e a Companhia de Telecomunicações da Borborema, dentre outros. (QUEIROZ, 1984, P.13).

³⁵ Foi por duas vezes prefeito de Campina Grande, de 18/12/1935 a 01/03/38 e 20/08/1940 a 01/03/1945.

Todavia, podemos perceber que tanto Lopes como Edvaldo do Ó, idealizaram e arquitetaram a criação de todos os órgãos relacionados ao desenvolvimento de Campina Grande, tendo participado praticamente de todos os governos municipais, principalmente no final dos anos quarenta até meados dos anos sessenta e que, apesar das divergências políticas viriam a figurar na gestão de Elpídio de Almeida³⁶, Plínio Lemos³⁷, Severino Cabral³⁸, e William Arruda³⁹.

Apesar de não estarem entre os fundadores da Escola Politécnica, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e Stênio de Lucenas Lopes, são duas figuras que passam também em meados dos anos cinquenta a fazer parte desse grupo que pensava e articulava o desenvolvimento dessa cidade. O primeiro nasceu em Campina Grande em 08 de dezembro de 1932, vindo de uma família de classe média, que após a morte do pai começa a passar por algumas dificuldades. No entanto, depois de terminado os estudos secundários, e como Campina Grande não tinha escolas superiores, vai até Recife fazer o vestibular na tradicional Escola de Engenharia de Pernambuco, concorrendo a uma vaga do curso de Engenharia Civil, um velho sonho de seu pai.

Mas se poderia questionar como uma família que passava por dificuldades financeiras teria condições de manter um filho em Recife? Sobre isso Cavalcanti nos informa.

Como em toda história, nesta também existe uma heroína: a minha mãe. Ela fez um sacrifício muito grande para eu me formar. Viúva, para manter o filho estudando, teve que se sacrificar, trabalhando muito, prestando serviços na área de culinária. Formado, em 1955, voltei para Campina Grande, pensando na minha mãe. Afinal tinha obrigações de retornar, pois era uma forma de até ajudá-la. (ALBUQUERQUE *apud* MOTOYAMA, 2002, p.321).

³⁶ Foi eleito prefeito de Campina para a gestão de 30/10/1947 a 30/11/1951 e novamente foi prefeito de 30/11/1955 a 30/11/1959.

³⁷ Além de ter sido Deputado Federal em várias gestões, foi prefeito de Campina Grande no período de 30/11/1951 a 30/11/1955.

³⁸ Prefeito de Campina Grande entre os anos de 1959 a 1963.

³⁹ Tornou-se prefeito de Campina Grande no período de 1964 até 1969.

Todavia, após o retorno a Campina Grande, havia tomado posse o Dr. Elpídio de Almeida, que através de amigos, a exemplo de Edvaldo do Ó, como também de uma de suas irmãs que era amiga da família do prefeito, recebe o convite para ser Secretário de Obras Públicas, que na época chamava-se de Diretoria de Viação e Obras Públicas.

Como secretário do então prefeito, se articula com Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó, convenceram Elpídio de Almeida para criar a FUNDACT, com o objetivo de ajudar na consolidação do ensino superior, passando também a fazer parte do Conselho Diretor dessa Fundação. Concomitante ainda com os trabalhos de engenheiro na prefeitura e com a participação na referida fundação Lynaldo iria ampliando cada vez mais seu espaço de atuação, pois em 1957 foi convidado por Antônio Moraes para ministrar a Cadeira de Concreto Armado e Estabilidade das Construções na Escola Politécnica.

Lecionando na Escola Politécnica, Lynaldo em apenas um período de cinco anos já estaria participando de uma eleição como vice-diretor dessa instituição, sendo ainda um candidato de consenso em 1962. Era uma eleição no mínimo curiosa, uma vez que o diretor iria depois de certo tempo, fundar o Instituto de Química em João Pessoa, sendo nesse momento que Lynaldo daria início a uma grande guinada em sua vida.

Como diretor, ao longo de sete anos, além da criação de novos cursos, ia buscar uma cooperação internacional em vários países, nós mandamos professores em nível de doutorado na França [...]. Campina Grande foi considerada como um lugar a ser apoiado em termos de pós-graduação *stricto sensu* em engenharia, fora do eixo Rio e São Paulo. [...] Conseguimos implantar o mestrado de Engenharia em Sistema e de Engenharia Elétrica e depois em Engenharia Civil. (ALBUQUERQUE *apud* MOTOYAMA, 2002, p.325).

Foi através dessa administração bem sucedida, que Lynaldo Cavalcanti deu visibilidade e projeção aos cursos de engenharia que estavam sendo ministrado

na Escola Politécnica, uma vez que a pós-graduação era ainda uma coisa inédita naqueles idos no Nordeste e porque não dizer no Brasil.

Com o termino de sua gestão à frente da Escola Politécnica, Lynaldo Cavalcanti, ocuparia ainda outros cargos importantes na esfera estadual e federal, vindo a se tornar reitor da Universidade Federal da Paraíba⁴⁰, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico⁴¹(CNPq), dentre outros.

Já Stênio de Lucena Lopes, nasceu no município de Picuti interior do estado do Ceará em 1917. Fez o ensino secundário em um seminário de preparação de padres Lazaristas em Minas Gerais. E vendo que não tinha vocação para exercer o sacerdócio, volta novamente para sua cidade de origem. Em 1936 através de familiares vai passar um tempo em Fortaleza, onde passa a trabalhar em um jornal católico do Ceará chamado o "Nordeste", tendo como tarefa copiar no jornal do ano anterior, os registros de aniversários para sair naquela edição. Volta novamente para a sua cidade, indo trabalhar como secretário de uma repartição do Ministério da Agricultura, num lugar chamado Batalha. Depois faz um concurso para Inspetor Regional de Ensino, foi nomeado para o interior do Ceará chamada Quixeramobim. Foi transferido para a cidade do Crato, onde passou também a ensinar em um ginásio dessa cidade.

Entretanto, devido um engenheiro casado com uma das primas de sua esposa, que foi nomeado diretor regional do SENAI, o convida para trabalhar com ele em Fortaleza em 1954. É convidado em 1957 para dirigir o SENAI na Paraíba.

Foi nesse momento que Stênio Lopes entra em contato com as figuras mais ilustres de Campina Grande.

Quem ocupa a posição de Diretor do SENAI, chega em uma posição de certa evidência e tem alguns contatos, com prefeito, com entidades de classe, a gente fazia parte da Federação das Indústrias, então me relacionei muito bem com industriais da

⁴⁰ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi reitor da Universidade da Paraíba entre os anos de 1976-1980.

⁴¹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi também presidente do CNPq entre os anos de 1980-1985.

época, me tornei amigo do prefeito Elpídio de Almeida, Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, José Paulino da Costa Filho, José Gaudêncio de Brito, era uma turma jovem muito interessante, e fiquei bem relacionado com todos eles. [...]. Outra coisa que me ajudou muito foi em 1957 quando Assis Chateaubriand resolve fundar em Campina Grande o jornal *Diário da Borborema*, e por coincidência quem veio montar o jornal foi Felizardo Montalverne, meu diretor lá em Fortaleza, quando ele soube que eu estava aqui em Campina Grande, me chamou para trabalhar nesse jornal ao lado de Eptácio Soares, Lopes de Andrade e Nilo Tavares. Isso me fez relacionar muito bem, até que conheci Lynaldo Cavalcanti que era professor da Escola Politécnica e secretário de obras da prefeitura. Aí quando Lynaldo chegou à direção da Escola, fui contratado em 1964 para dar aulas. (LOPES, 2004, p. 06).

Além de entrar em contato com os integrantes do referido grupo, graças ao cargo que ocupava, esse intelectual se destaca também como um dos principais editorialistas do *Diário da Borborema*, onde através de sua habilidade com as palavras, passava a divulgar nesse meio de comunicação as principais idéias e os projetos que se almejava para Campina Grande e demais região.

Assim, podemos afirmar que os idealizadores da Escola Politécnica não fizeram parte de um grupo de aventureiros. Mas sim, eram pessoas que, já vinham pensando, projetando a cidade há algum tempo e tais ações estavam interligadas. Prova disso é que as mesmas pessoas que participaram da criação da Escola Politécnica, principalmente Lopes de Andrade e Edvaldo de Souza do Ó, viriam a participar da criação de vários outros órgãos municipais voltados ao desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, a criação da Escola Politécnica, representava a concretização dos anseios dos sujeitos acima expostos, que buscavam a todo custo, viabilizar o progresso econômico nesse município. A Escola passaria aos poucos, a fazer parte do imaginário local como a instituição de ensino que iria trazer progresso e desenvolvimento para a cidade. Essa idéia vai teve amplo espaço na mídia impressa local, principalmente no *Diário da Borborema*, nas matérias e também nos artigos de Stênio Lopes e Lopes de Andrade. Este último, segundo Moraes,

escrevia diariamente no Diário e 90% dos artigos dele era em favor de Campina Grande e eu acho que 70 % era a favor da Escola Politécnica. Ele foi um dos entusiastas da Escola Politécnica. (MORAIS, 2004, p.04).

A partir dessa informação, Moraes reforça a compreensão de que todo discurso é intencional, que não há neutralidade nem isenção nos mesmos e serão esses discursos, principalmente os que são trazidos pela imprensa escrita, que ajudarão a fazer com que esse imaginário de uma cidade que está se desenvolvendo, principalmente com a ajuda da Escola Politécnica começam a ganhar força e façam parte do imaginário dos que habitam a cidade e é sobre isso que falaremos no próximo tópico.

1.4- *Diário da Borborema* e a construção do imaginário desenvolvimentista

Desde o momento da criação da Escola Politécnica da Paraíba, sediada em Campina Grande, os jornais⁴² locais já procuravam apresentá-la como uma instituição que estava trazendo progresso e desenvolvimento para a cidade. Isso estava bastante presente nos discursos dos meios de comunicação, sendo estes diários ou não, e, em especial, o *Diário da Borborema*, criado em outubro de 1957, já procurava mostrar a imagem da Escola associada ao progresso.

É possível perceber que esses jornais contribuíam para reafirmar ou davam um maior efeito de verdade à idéia de que a cidade estava realmente se desenvolvendo científica e tecnologicamente graças à presença da Escola Politécnica e da FUNDACT, instituições que sempre ganhavam destaque nas matérias trazidas por esses jornais. Ao mesmo tempo em que é evidenciado esse discurso, um outro acaba sendo negado ou negligenciado, ou seja, a imagem de uma cidade com pobres, com problemas de saneamento e outros que acabam tendo um destaque bem menor ou deixam de aparecer nas páginas desse periódico.

Dessa maneira, é perceptível o papel da imprensa, em especial do *Diário da Borborema*, como um meio onde os discursos são construídos com a intenção de fazer com que as pessoas vejam o que está acontecendo em seu cotidiano. Essas práticas, além de não divulgar alguns fatos que poderiam deturpar essa imagem construída, acabam contribuindo para que a realidade seja marcada de uma forma e não de outra.

Nessa direção, corroboramos com Mouillaud (2002) quando afirma que as duas principais funções de um jornal diário são:

⁴²Os jornais existentes em Campina Grande no momento da criação da Escola Politécnica apresentam esse acontecimento como uma ruptura que a cidade passaria a viver, mostrando que, apesar dessa cidade já ter uma "essência progressista", estava agora se materializando. Pois segundo a matéria publicada em 06 de outubro de 1952 pelo jornal *Formação* sugeriria que: "Campina Grande **vanguardeira do progresso** [grifo nosso] não se impermeabilizou a esse fluxo renovado e a esse surto de valorização intelectual. Movimentou os círculos estudantis, as associações de classe e reivindicaram a criação da Escola Politécnica. Recebendo hoje do governador do Estado, apoio a promessa categórica de transformar Campina Grande no centro da cultura técnica da Paraíba. Hoje vem sancionar a lei que autoriza a criação da Escola Politécnica".

A primeira delas é a de “fazer saber”. A finalidade dominante no discurso do jornal é a de produzir um efeito de real do qual estudaram-se, sucessivamente, os procedimentos de autenticação e as estratégias de descrição. O real do jornal *Diário* aparece, em última instância como um álibi que esconde o pleno desenvolvimento dos saberes disponíveis no jornal. A segunda estratégia está preferencialmente a serviço da verdade e não da realidade. O jornal mantém um pacto implícito com o leitor, cuja finalidade é “fazer crer”; o recurso ao discurso do outro é um meio para tal, seja servindo de ponto de apoio para uma derivação do discurso em direção a seu objeto, seja pelo recurso a um argumento de autoridade, que se funda na credibilidade do enunciador e na credibilidade do leitor. (p.27).

Tendo como base tal afirmação, podemos observar que o jornal, longe de reproduzir os fatos tal qual aconteceram, idéia que prevalece no senso comum, ou seja, a de que os meios de comunicações se posicionam como um espelho transparente da realidade, procuram, através de uma série de estratégias que vão desde a escolha da própria matéria, o título, ou até mesmo na forma de diagramação, divulgar uma “verdade” para o público, usando de estratégias discursivas cujo objetivo é fazer com que esse público acredite naquilo que está sendo veiculado.

Ao analisar não só os jornais impressos, mas também outras formas de comunicação escrita como revistas, panfletos, televisão e rádio, Thompson (1998) afirma que, com o desenvolvimento das sociedades ditas modernas, os meios de comunicação passam a causar um impacto na forma de como as pessoas compreendem o mundo, pois segundo o mesmo: “a mídia em geral se apresenta como grande difusora de bens simbólicos” (p.33). Assim, com essa ampliação de formas simbólicas, podemos perceber o jornal como um veículo que está indissociável da vida das pessoas e que acaba refletindo ou exercendo um papel de transformação, seja política, econômica e/ou social.

Stênio Lopes, um dos intelectuais que frequentavam a Livraria Pedrosa e que escrevia para o *Diário da Borborema*, nos relata alguns assuntos que eram debatidos pela elite campinense e que acabavam sendo noticiados, geralmente de forma opinativa, no *Diário*.

Alguns temas como, “progresso de Campina Grande”, “para onde vai Campina Grande”, “o que se podia fazer para o futuro de Campina Grande”, eram bastante debatidos entre alguns intelectuais da elite campinense. Vou citar alguns: Lynaldo Cavalcanti, Luis Almeida, irmão de Átila, Antônio da Silva Morais, José Lopes de Andrade, que se chamava sociólogo, Edvaldo de Souza do Ó, de todos era o mais barulhento, José Paulino da Costa Filho, que veio para Campina como chefe da Agência de Estatística do IBGE⁴³, tornou-se professor e depois foi diretor da FACE⁴⁴, e alguns industriais muito dinâmicos, entre os quais um chamado Clovis Mato Sá, de Cajazeiras, eu não podia esquecer de Josemir Camilo, Zezé Marques, a gente se reunia para discutir, o centro das discussões era normalmente no edifício da FIEP⁴⁵ que funcionava lá na Associação Comercial (...). Essas discussões geralmente eram transformadas em artigos escritos por mim [Stênio Lopes] e Lopes de Andrade. (LOPES, 2004, p. 07-08).

Dessa maneira, ao falarmos desse jornal não podemos deixar de mencionar quem eram as pessoas que nele escreviam, ou com quais instituições elas se relacionavam, pois quem escreve, escreve a partir de um lugar seja social, institucional, econômico ou político (CERTEAU, 1982). Não se pode ignorar o fato de que as pessoas que escreviam no jornal que investigamos eram sujeitos que estavam diretamente envolvidos com a Escola Politécnica, a exemplo de Stênio de Lucena Lopes e José Lopes de Andrade, articulistas que vão utilizar desse veículo informativo para construir uma série de imagens sobre Campina Grande, ou seja, imagens de acolhimento, mas, também, de recusa, pois há uma Campina Grande que tanto o *Diário* quanto a Politécnica queriam sepultar. Mas não nos deteremos sobre esse aspecto nesse momento.

Em matérias referentes aos primeiros anos de funcionamento até a formação da primeira turma de engenheiros, no período de 1952 a 1958, as elites dessa cidade já se esforçavam na construção de um discurso que procurava enaltecer a atuação dessa Escola, com frases como: “Escola Politécnica - vanguardeira do progresso”, “Escola Politécnica: exemplo de pioneirismo”, dentre

⁴³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴⁴ Faculdade de Ciência Econômica.

⁴⁵ Federação das Indústrias do Estado da Paraíba sediada em Campina Grande.

outras que davam ênfase a esse discurso que estava sendo construído naquele momento.

Entre os que faziam a Politécnica campinense existia uma necessidade, desde os primórdios de sua criação, em ser e estar entre as melhores Escolas de Engenharia do Nordeste. No que se refere a essa região, o grande parâmetro que se estabelecia eram as instituições de ensino já consolidadas, a exemplo das Escolas de Engenharia de Recife e Fortaleza, como foi mostrado anteriormente.

No entanto, ao entrarmos em contato com outras fontes, entre estas a oral, podemos ter contato com outro tipo de representação da realidade que, na maioria das vezes, não era mostrada nas páginas desse ou de outros periódicos. Ao analisar, por exemplo, o depoimento do professor e ex-diretor da Escola, Lynaldo Cavalcanti⁴⁶, quando fala sobre o curso de Engenharia Civil que estava em funcionamento na Politécnica campinense naquela época, apesar de reconhecer o ideal daqueles que queriam torná-la uma Escola de referência, na fala de Cavalcanti é possível perceber as dificuldades pelas quais a Politécnica passava para se consolidar e transformar-se em uma instituição dos sonhos, como muitos desejavam.

(...) Havia mesmo muito pioneirismo nesse curso, contudo não se podia tapar o sol com uma peneira. O envolvimento dos profissionais com o ensino superior realizava-se de forma precária em virtude dos salários ofertados, sem falar que esses professores, mesmo quando ensinavam matérias básicas, não se dedicavam à pesquisa, não havendo nenhuma tradição nesse sentido, pois, em geral, tratava-se de engenheiros que se dedicavam mais as suas atividades profissionais. (ALBUQUERQUE, 2002, pp. 326-327).

Entretanto, em nenhum momento de nossa pesquisa, o *Diário* apresentava esse outro lado, ou seja, aspectos que denotavam as dificuldades bem como supostas fragilidades do ensino que estava sendo ministrado, ou até mesmo a própria falta de estrutura da Escola Politécnica. Quando essas questões aparecem, apresentam-se de forma muito implícita. Seria, portanto, muito comum, para uma instituição que estava dando seus primeiros passos, principalmente uma

⁴⁶ Entrevista concedida ao CNPq por Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque em 17 de Fevereiro de 2004.

que optasse pelo curso de Engenharia Civil, passar pelos já referidos problemas, pois segundo Morais,

(...) não podemos negar a situação incômoda de instalar a primeira escola superior de Campina Grande em um colégio que estava começando a funcionar o ensino médio. Mas não podíamos rejeitar porque era o único lugar que o governo do Estado nos cedeu. Como também naquele momento a gente não dispunha de nenhum laboratório. A essa altura, aparece uma visita de ordem política lá em Campina Grande que foi o general Juarez Távora. Ele era candidato a Presidência da República e nos procurou. Aí mostramos todo aquele negócio e as salas ainda não concluídas, apesar de muito bem instaladas, com armários, quadro negro, carteiras e fomos passando e chegamos a uma sala grande muito vasta, que era a biblioteca, era o ponto nevrálgico da situação, pois, apesar de a gente já ter encomendado uma remessa de livros sobre Engenharia e ainda não tínhamos recebido. Eu fiquei com medo do general, que era um homem intransigente e muito vivido e quando chegou na biblioteca eu disse: "espere aí, deixe-me ver aqui. Está fechado", estava com várias chaves e comecei a simular que não encontrava a chave da biblioteca, que era para não mostrar porque não tinha nada, quando estamos quase desistindo um acompanhante disse: "espere aí, deixe-me ver se tenho mais sorte". Ele pegou as chaves e a primeira abriu a porta, quando abriu, estava aquele salão enorme tudo limpo espelhando e as estantes vazias. Eu disse: "general o senhor compreende, nós estamos ainda instalando as dependências da Escola, e apesar das dificuldades enfrentadas estamos suprindo essas carências, pois nós já fizemos uma encomenda muito grande de livros sobre o assunto ligado à engenharia, mas lamentavelmente a essa altura ainda não chegou e tenho aqui só dois volumes. Pois é general, o senhor queira nos desculpar, mas é isso mesmo", o senhor sabe muito bem que não se monta uma Escola de Engenharia da noite para o dia. Ele viu aquele negócio todo, quando terminou de ver disse: "Me diga uma coisa, os senhores começaram o ensino superior aqui em Campina Grande com uma Escola de Engenharia?" Eu disse: "foi sim senhor, essa que estamos acabamos de ver". E perguntei o porquê da pergunta do general. Aí ele disse: "Porque eu acho muito curioso, em geral, essas cidades pequenas começam com uma Escola de Filosofia, e eu acho muito curioso os senhores estarem começando aqui com uma Escola de Engenharia, isso me chama muito a atenção". Aproveitei e disse: "O senhor veja General, o espírito do povo aqui como é objetivo, como é de lutador e de criação (MORAIS, 2004, p.09)".

Diante do exposto, podemos afirmar que o *Diário da Borborema*, procurava não expor ao público essas fragilidades da Escola Politécnica, ou seja, não se pretendia mostrar os problemas de ordem financeira e estrutural, como podemos inferir da fala de Antônio Morais. Ainda na fala do depoente, podemos perceber o quanto ele reproduz o discurso daquela época e que, de certa forma, ainda está no imaginário dos que vivem na cidade na atualidade, isto é, o discurso de uma cidade onde as pessoas são “valentes” no tocante à realização de seus empreendimentos, independentemente da área que elas atuem. Não é possível datar quando exatamente tal imaginário de povo “lutador” passou a ser produzido, contudo, como afirma Souza (2002),

Apesar deste tipo de imagem ou representação ser uma constante no imaginário que se constitui em torno da cidade desde longa data, é a partir das décadas iniciais do século XX que há um incremento dos discursos no sentido de mostrá-la como um local que não retrocede em seu incansável progresso e desenvolvimento, somando-se a isto um apurado senso de civilidade e dedicação ao trabalho de sua gente. (p. 40)

Nesse sentido, mesmo que Morais (2002) reconhecesse as dificuldades iniciais para a implantação do curso de Engenharia Civil da já referida Escola, principalmente aquelas inerentes à estrutura física, o mesmo recorre ao discurso dessa “essência” progressista do povo de Campina, pois, na compreensão do mesmo, o “espírito do povo aqui é objetivo, é de lutador e de criação” (p.9), discurso esse que também será muito reproduzido nas páginas desse jornal.

Todavia, não temos a pretensão aqui de discutir se a Politécnica era ou estava entre as melhores instituições do Nordeste ou do Brasil, como queriam os membros dela, mas perceber que lugar o *Diário* passa a atribuir à instituição, reconhecida pelo ensino diferencial na cidade, tanto aquele que estava sendo ministrado como os profissionais que a mesma estava formando.

Dessa forma, podemos afirmar que apesar de todos poderem construir representações sobre uma dada realidade, a mídia pode dar às representações uma dimensão muito maior, seja com a escolha de certas informações ao divulgar e outras não. Por exemplo, algumas matérias escritas sobre a Escola Politécnica,

onde existe uma diferenciação sobre os relatos daqueles que estavam vivendo o cotidiano da instituição. Nesse caso, mais uma vez corroboramos com Mouillaud (2002), quando este afirma que,

(...) o por em visibilidade não constitui apenas um ser ou um fazer; não é simplesmente infinitivo, contém modalidades do poder e do dever. Indica um possível, um duplo sentido da capacidade e da autorização. A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (p.38).

Assim sendo, compreende-se que os discursos publicados no jornal, não são discursos neutros, uma vez que estão cheios de intencionalidades, sendo um espaço onde, as elites letradas vão tentar impor a sua compreensão de mundo. Ainda nessa direção, concordamos com Chartier (1998) e Ginzburg (1991), ao enfatizarem que os diferentes grupos sociais têm interesse em representar o mundo de forma diversa. Não queremos dizer com isso que as matérias publicadas por esse meio de comunicação sobre a Politécnica não tinham nenhuma aproximação com o que estava acontecendo, mas sim que essas representações que estão sendo construídas sobre o ensino técnico-científico não são discursos neutros, pois, as pessoas que escrevem sobre a referida Escola, procuram mostrar apenas as imagens positivas, negando ou não divulgando o seu contraponto.

Contudo, torna-se compreensível o fato desse jornal não levar ao conhecimento da sociedade essas supostas fragilidades da Escola Politécnica, pois esta precisava ser uma instituição com credibilidade, uma vez que seus alunos, ao sair da Escola, necessitavam de um campo de trabalho, seja este na iniciativa privada ou pública.

Partindo desse pressuposto, compreendemos que o *Diário* era um dos principais divulgadores do ideal de excelência que norteava os integrantes da Escola Politécnica, dando a conhecer aspectos de sua formação naquele momento. Nesse caso, tomamo-lo como "um olho aberto sobre o mundo, que é intercambiável com o olho do leitor ao qual dá o poder de ver" (MOILLAUD, 2002,

p. 26), ou seja, o jornal fazia com que as pessoas tomassem conhecimento do que estava sendo feito dentro e fora dos muros dessa instituição.

Todavia, como sabemos, atividades relacionadas ao campo de engenharia tais como: construir pontes, barragens, estradas de ferro, rodovias, estruturas prediais, demandava que esses profissionais tivessem uma formação sólida, uma vez que nenhuma empresa ou órgão público iria contratar um engenheiro se não estivesse como certa e confiável a sua formação. Dessa maneira, ao terminar o período de estudo, o engenheiro recém formado deve estar apto a construir obras de engenharia, e caso esse cometa um erro de cálculo isso poderia causar uma verdadeira tragédia.

Nesse caso, para uma Escola de Engenharia ou de qualquer outra formação profissional, em seus primeiros anos de funcionamento, é incomum que já se tenha alcançado uma credibilidade junto ao público. Enquanto uma Escola já consolidada, que já tenha colocado no mercado um determinado número de técnicos é mais fácil observar as competências dos seus profissionais.

No entanto, os alunos formados na Politécnica de Campina Grande, aparentemente não passavam por esse problema, pois, como veremos nas matérias a seguir, o quadro discente das primeiras turmas da Escola estava empregado, algumas vezes, antes mesmo de concluir o curso, cabendo aqui outro espaço para questionamentos. O fato da Escola não passar por esses problemas, se deve ao fato da pouca oferta de mão-de-obra técnica? Ou pelo fato do jornal já vir construindo um lugar de competência para a Escola?

Assim, podemos afirmar que esse jornal, bem como as pessoas que faziam parte dele, não perdiam tempo e passaram a investir na construção de um discurso que colocava o ensino da Escola Politécnica em uma situação de destaque diante da cidade e região. Prova disso são os alunos da primeira turma que, logo após a formatura, já foram convidados para exercer a profissão em uma importante obra de engenharia, que ultrapassava as fronteiras do Estado.

Vejamos:

O "Orós" e a engenharia nacional

A presença de Campina Grande na construção da grande represa é um desafio e orgulho da engenharia nacional, está assinalada pela chefia e das obras entregue ao engenheiro Anastácio Honório Maia, auxiliado pelos engenheiros Figueiredo Timoteo e Cartaxo, diplomados pela nossa Escola Politécnica. Os jovens campinenses estão dando tudo de sua mocidade e capacidade de trabalho especializado em benefício do desenvolvimento do Nordeste, cumprindo-se uma profecia daqueles que sonharam em transformar Campina Grande em celeiro da ciência e da técnica a serviço do progresso regional. O "Orós" destina-se a regular as enchentes do rio Jaguaribe, tornando-se navegável em grande parte de seu curso, e à produção de energia elétrica, em colaboração com o sistema de Paulo Afonso⁴⁷ (...).

Nesse editorial, Lopes de Andrade, enfatiza que os engenheiros campinenses formados na primeira turma da Politécnica, em 1958, já foram solicitados pelo governador do Ceará para reconstrução da barragem de Orós. O editorial poderia ter informado apenas sobre a construção da barragem de Orós, mas o articulista recorre a adjetivos que denotam grandeza, para destacar a qualidade da formação dos engenheiros da POLI, pois não era uma simples barragem que os engenheiros campinenses viriam a construir, mas, sim, uma das maiores do mundo.

Além de mostrar a competência dos politécnicos campinenses, e mesmo que não esteja colocado de forma explícita, o jornal, ao enfatizar no próprio título "O Orós e a engenharia nacional", estava mostrando que esses profissionais, ao serem solicitados para tão importante obra, que desafiava não só os engenheiros do Nordeste, mas também os de todo o território nacional, reforçava a construção da imagem de uma Escola de Engenharia competente. A Politécnica era a instituição em que as pessoas que lá estudavam estavam aptas a resolver qualquer problema na área de Engenharia Civil.

A dimensão que esse jornal confere a tal acontecimento colocava os engenheiros da Escola Politécnica em um patamar nacional, afirmava e ressaltava que a formação que estava sendo oferecida pelos professores da Politécnica aos alunos de engenharia civil dessa instituição estava no mesmo nível da praticada nos grandes centros de ensino superior.

⁴⁷ Editorial de Lopes de Andrade publicado pelo *Diário da Borborema* em 10/07/1959.

Outro aspecto a se ressaltar é de que o convite do governador do Ceará pode ser entendido como o “atestado de credibilidade” dado à Politécnica da Paraíba, pois os politécnicos campinenses foram preferidos aos engenheiros pertencentes à própria Escola de Engenharia de Fortaleza, bem como a de Recife. Ou seja, a Escola Politécnica da Paraíba se sobrepunha a instituições já consolidadas na região Nordeste.

Ainda sobre a formação dessa primeira turma, o *Diário da Borborema*, cinco meses após a publicação do editorial anterior, publica novamente outro, escrito por Lopes de Andrade, reafirmando a importância desses formandos para a cidade e região.

A diplomação da primeira turma de engenheiros civis pela Escola Politécnica da nossa cidade é um acontecimento de relevo que deve ser ressaltado convenientemente. Campina Grande pode hoje orgulhar-se de contar com uma Escola Superior que nenhuma outra cidade, no interior do país em toda a região Norte e Nordeste, conseguiu instituir e manter. Tal fato mostra o espírito de iniciativa dos campinenses e revela um sentido de iniciação de nossos técnicos e líderes sociais para problemas objetivos. Quando uma cidade interiorana cria uma Escola Superior, prefere via de regra, Direito, Farmácia, até mesmo Filosofia que são estabelecimentos pouco exigentes em matéria de equipamento, podendo ainda dispor de pessoal mais facilmente encontrável para a manutenção dos seus cursos. A existência de uma Escola Politécnica numa cidade de interior é sinal de que essa cidade já conta com certo respeitável número de técnicos, o que por si só indica progresso. Ora, Campina Grande vem mantendo sua Escola de Engenharia em condições bastante favoráveis. Uma equipe de engenheiros competentes e idealistas vem sustentando os difíceis encargos que implica a preparação de engenheiros civis. E não é só isso. Há um espírito de renovação do ensino de engenharia na Escola Politécnica de Campina Grande. Ela pretende formar profissionais para o tipo de trabalho existente na região, onde departamentos de construções do Governo vêm importando técnico de outras áreas, encontrando por sinal dificuldades no preenchimento dos seus quadro de engenheiros. Poucas capitais dos Estados do Norte e Nordeste possuem Escola de Engenharia. A de Fortaleza, por exemplo, que é a segunda mais importante cidade da região Nordeste, como Natal, Teresina, e São Luiz não possuem Escola de Engenharia, têm aproximadamente o mesmo período de existência da de Campina Grande. E a da Capital foi criada pelo governo da União! A Politécnica de Campina Grande constitui-se assim a mais viva demonstração da capacidade de realização dos campinenses. Ela

deve ser considerada a menina dos olhos de nosso aparelho de ensino superior, resultado do esforço do idealismo de um grupo de profissionais dos mais ativos e capacitados de todo o Nordeste⁴⁸.

O texto, além de mostrar a importância que a cidade passaria a ganhar com a preparação de técnicos da mais fina especialidade, é também perceptível que esse articulista vai dar ênfase à particularidade da Politécnica ser a única instituição do interior do Norte e Nordeste a conseguir manter uma Escola de Engenharia. Ainda enfatiza, mesmo que implicitamente, que Campina Grande estava mais desenvolvida do que muitas capitais nordestinas, pois nem todas as capitais da região tinham uma escola semelhante.

Percebemos ainda que além de demonstrar a importância da Escola como de seus profissionais para o desenvolvimento dessa cidade e região, o articulista reforça o imaginário da época que, segundo esses discursos, era um “destino” de Campina e dos campinenses transformar-se em uma cidade próspera, pois aquele tempo era o momento de redenção dessa cidade⁴⁹. E a Politécnica, de acordo com esse discurso, estava propiciando isso para Campina.

Se a primeira turma de engenheiros formados na Politécnica foi solicitada para uma tão importante obra, com a segunda turma, segundo o *Diário da Borborema*, não seria diferente, pois não poderia ser mais gratificante para uma Escola ter todos os seus alunos recém formados contratados, como podemos ver na seguinte matéria:

Diretor da RFN solicita engenheiros à Escola Politécnica

Num entendimento pessoal com o dr. Antônio da Silva Moraes, diretor da Escola Politécnica da Paraíba, o engenheiro Lauriston Pessoa, diretor da Rede Ferroviária do Nordeste invocando a velha camaradagem dos tempos de estudantes na Escola de Engenharia de Recife, solicitou que lhe fosse arranjado pelo menos três dos novos engenheiros diplomados pela EPUP⁵⁰, afim de serem admitidos nos serviços daquela ferrovia. Prometeu o sr.

⁴⁸ Editorial de Lopes de Andrade publicado pelo *Diário da Borborema* em 16/12/1958.

⁴⁹ Alarcon Agra do Ó – **O Leito de Procusto**: Nacional-Desenvolvimentismo e Educação. Campina Grande, 1959; João Pessoa, 1996 – Dissertação de Mestrado em Educação, p. 41.

⁵⁰ Escola Politécnica da Universidade da Paraíba.

Lauriston Pessoa, pagar inicialmente, no período do estágio dos novos técnicos, ordenados de vinte mil cruzeiros mensais. O professor Antônio Moraes não pôde atender ao seu apelo do seu colega, alegando que já estarem colocados todos engenheiros da segunda turma da Politécnica. O fato não deixa de ser alvissareiro, demonstrando por si mesmo a valorização dos estudos técnicos atualmente entre nós⁵¹.

De imediato essa notícia não teria nenhuma relevância, mas após uma leitura e análise mais profunda percebemos que o jornal passa ao leitor a idéia de que os alunos formados na Escola Politécnica têm uma formação profissional de tão significativa qualidade que despertavam o interesse imediato de outras instituições em contratá-los, ou ainda, que a formação dos engenheiros civis da Escola Politécnica garante ao engenheiro egresso dessa instituição uma colocação imediata no mercado de trabalho.

Pouco tempo depois, o jornal publica outra notícia mostrando o sucesso que gozava a Escola Politécnica, afirmando que o fato de ter todos os seus alunos empregados não era por acaso e sim por um engajamento, comprometimento com a excelência de formação que partia dos professores e diretores dessa instituição.

Seguem hoje sobre a presidência do professor Vinícius Londres da Nóbrega

Uma embaixada de universitários do 3º ano de engenharia civil da Escola Politécnica desta cidade seguirá hoje com destino a Natal, no Rio Grande do Norte, presidida pelo professor Vinícius Londres da Nóbrega, catedrático de Hidráulica Teórica e Aplicada. Finalidade: A finalidade da excursão é dar prosseguimento as aulas práticas adotadas recentemente pela diretoria da Escola Politécnica visando a mais complexa formação profissional dos futuros engenheiros diplomados em Campina Grande. "Aula certa no lugar exato". Os universitários campinenses viajarão às 13 horas de hoje, devendo receber aulas da Cadeira de Hidráulica diretamente nas obras do porto de Natal, de acordo com o "slogan" já em vigor entre os professores da Escola Politécnica da "aula certa no lugar exato"⁵².

⁵¹ Matéria publicada no *Diário da Borborema* em 08/07/1959.

⁵² Matéria publicada no *Diário da Borborema* em 02/06/1960.

Essa notícia, fala de algo que colocava a Escola mais uma vez em uma posição de destaque, isto é, levar os alunos para aulas práticas para ambientes que geralmente eles só teriam a oportunidade de estar ou conhecer se trabalhassem nele. Podemos perceber ainda que, ao afirmar a importância das aulas práticas que os alunos do terceiro ano já estavam experimentando se procurava mostrar que existia uma antecipação na prática real da engenharia civil pelo qual a Escola primava.

Uma das possíveis razões pela qual a Escola Politécnica passava a partir de então a dar mais ênfase, levando os alunos a fazer visitas técnicas, se deve ao fato da grande maioria de professores dessa instituição desenvolver outros trabalhos em órgãos sediados em Campina Grande e como não se tinha tempo para se dedicar à pesquisa, levavam os seus alunos a antecipar esse contato com essas atividades mais concretas. Assim, unia-se o ideal da construção de uma instituição de excelência, com a compreensão do papel da prática na formação do engenheiro, e com a particularidade da atuação e experiência profissional de seu quadro de professores e engenheiros civis.

Seguindo essa linha de discurso, apresentamos um editorial escrito por Stênio Lopes referente à quarta turma de formados da Escola Politécnica. Isso nos possibilita perceber um pouco o que esse articulista vai esperar desses formandos.

(...) NESTA CRONIQUETA, quero saudar os jovens engenheirandos: Moita, Dahia. Terei pena de não estar presente a sua festa, pois naquele mesmo dia nas suas mesmas horas de cerimônias festivas de recepção dos diplomas, estarei querendo Deus acompanhando outros amigos: os da Faculdade de Filosofia.

PODEM ELES estar certos de que, presentes ou ausentes, todos os amigos da Escola Politécnica lhes desejarão, no dia 8 de dezembro, os melhores votos de felicidade e êxito na vida. É mais uma turma que deixa a Escola e é como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem.

LEMBREM-SE Dahia, Paiva e Moita de que a Escola Politécnica precisa mais deles agora do que eles precisam da Escola. Se

mostrarem no exercício de sua profissão de engenheiros e competência profissional que devem ter haurido dos cursos, a decência e a dignidade que, acima dos conhecimentos científicos e técnicos, valem e brilham mais nos homens e mais necessários são à sociedade, se derem por seu comportamento profissional e moral a prova do que foi e é a Escola Politécnica uma verdadeira matriz de perfeitos cidadãos, úteis à sua Pátria. O conceito e prestígio de uma entidade educacional não estão em seu prédio, em suas instalações, nem mesmo em seus professores: residem nos alunos que forma.

TODOS somos testemunhas do esforço empreendido pela direção da Escola para dotá-la de bons mestres, inclusive quando mandou buscar nos mais adiantados centros técnicos do Sul do país aqueles professores pagos pela COSUPI⁵³ e que deixaram, realmente na, Escola um caminho. Não importa isto em que dizer que os outros professores, os recrutados em nosso meio próprio meio, não fossem bons. Ao contrário, a grande maioria era de primeira qualidade, tendo ademais um fator primordial a valorizar-lhes a capacidade: o amor que sempre dedicaram à sua Escola.

OUTRAS gerações de estudantes passaram pela Escola Politécnica. Mas em verdades, não podem desejar senão que eles, se não puderem ser melhor, sejam ao menos do padrão do que até hoje encerraram ali a sua fase de preparação próxima e diretamente para a vida⁵⁴.

Podemos perceber que o editorial nos informa sobre a formação de alunos dos cursos de Filosofia, da Faculdade de Filosofia (FAFI) e de Engenharia Civil, da Politécnica, não se dando ao trabalho de fazer nenhum comentário sobre a formatura dos primeiros, pois mesmo tendo uma formação humanista, ela não se deslumbra muito com os filósofos que estavam acabando de se formar. Porém, ao se referir aos formados da quarta turma de engenheiros da Escola Politécnica, esses foram lembrados pelo próprio nome, como Alberto Dahia, Alceu Vilola Paiva e Adalberto Machado Moita.

Para Stênio Lopes, ao enfatizar a formação de mais uma turma é "como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem".

⁵³ Comissão Interna do Ministério da Educação.

⁵⁴ LOPES, Stênio. "Rosas dos Ventos". Diário da Borborema, Campina Grande: 02 de dezembro de 1961.

Ao mostrar o esforço e a perseverança de cada um desses formados nesse caminho profissional que muitas vezes se apresentava de forma árdua, ao enfatizar que serão recompensados, Stênio tenta passar a idéia por trás desse discurso que, apesar de ser bom em nível de satisfação pessoal, o sucesso alcançado através da Escola Politécnica também seria bom para toda a sociedade. A Escola não se limitaria a formar apenas bons profissionais engenheiros, mas sim pessoas de honra e caráter, devendo esses alunos se orgulhar não apenas por serem engenheiros, mas, também, por serem engenheiros formados na Escola Politécnica, ou seja, a Escola, no decorrer de sua atuação na cidade, deveria cuidar da formação intelectual e moral dos alunos, assim como Stênio discute.

Sendo assim, os engenheiros Dahia, Moita e Machado, passaram a servir de modelo e exemplo a serem seguidos pelos estudantes de modo geral, dentre os quais poderiam estar aqueles que, em um futuro próximo, seriam alunos dessa conceituada instituição de ensino. Entretanto, não poderia deixar de ser feito outro questionamento, do porquê de Stênio Lopes, mesmo indo participar da festa dos formados em Filosofia, não dedicou nenhuma linha aos concluintes desse curso? Será que estes não eram importantes para a sociedade campinense?

Apesar de não estar explícito o fato de Stênio Lopes ao se referir à formação dessas duas turmas, a de engenheiros e a de filósofos, acreditamos que a preferência dada aos primeiros, não se deve ao fato dos segundos não terem importância, mas sim, porque naquele momento, os engenheiros representavam essa vontade transformadora que permeava alguns setores da sociedade brasileira que almejavam mudanças no sentido de modernização.

Sendo assim, ao formar esses engenheiros, estava se formando uma espécie de "mensageiros do progresso", seja este material ou espiritual, pois esses homens, através dos seus conhecimentos técnicos, se bem utilizados, poderiam "remover" os obstáculos ao desenvolvimento de uma região, e, mais especificamente, no Nordeste onde esse anseio passa a ser mais presente.

Todavia, era como se Stênio estivesse dizendo à sociedade campinense que recebesse de braços aberto esses formados, pois sendo modelos de

cidadãos, poderiam, através desse conhecimento, transformar a natureza em favor do bem estar para a população; uma vez que, ao construir uma rodovia, encurtariam distâncias, construindo uma hidrelétrica possibilitam o conforto da energia elétrica ou ao construir uma adutora, disponibilizaram o precioso líquido para a casa das pessoas.

Ainda seguindo nessa linha de discurso, o jornal mais uma vez, ao publicar uma matéria, se esforça para mostrar a Politécnica como aquela instituição que estava materializando o progresso.

Curso de Problemas do Nordeste na Escola Politécnica da Paraíba

Interesse da imprensa de outros Estados pelo assunto – antecipou a nossa Escola a outros estabelecimentos congêneres. A repercussão alcançada em toda a região nordestina em torno dos propósitos da Direção da Escola Politécnica da Paraíba, da criação do “Curso Problema do Nordeste”, naquele estabelecimento de ensino superior indica esse estado febricitante do progresso e desenvolvimento que vem tomando conta de todas as forças vivas de Campina Grande [grifo nosso]. A imprensa de outros Estados já vem se preocupando com a iniciativa de nossa Escola Politécnica, registrando-se, inclusive em longos artigos que Campina Grande tem sido a pioneira da solução de vários problemas nordestinos [grifo nosso], entre os quais se destaca, agora a idéia da criação de um curso considerado que está sendo por técnicos de alta valia e grande importância, especialmente para os engenheiros que terão de futuramente empregar seus conhecimentos no Nordeste. Por outro lado, a nossa Escola Politécnica antecipou-se a diversos outros estabelecimentos do Gênero, sediado em capitais de outros Estados, dando assim um exemplo de capacidade dos homens estudiosos de Campina Grande, nas lutas que travam pela melhoria dos nossos padrões técnicos, pelo aprimoramento dos nossos estudos e pela pronta equação de problemas que versão apenas beneficiar a nossa terra, pois terá influência em todas as camadas nordestinas relacionadas com o estudo da engenharia. Verifica-se, portanto, que necessariamente se torna para efetivar a industrialização de Campina Grande, criou-se por outro lado, os conhecimentos da técnica e da ciência, em boa oportunidade enquanto na criação do curso de “problemas do Nordeste” e da Fundação criada pela municipalidade campinense⁵⁵.

⁵⁵ Matéria Publicada no *Diário da Borborema* em 11 de janeiro de 1958.

Nesta notícia, o jornal já indicava que objetivo a Escola Politécnica se propunha a alcançar: encontrar soluções que pudessem romper com o atraso econômico, tecnológico e social em que estava inserida a região Nordeste na década de cinquenta. Ela representaria para esse segmento letrado da sociedade campinense, um símbolo desses tempos de busca, de se criar bases materiais que viessem dar viabilidade ao tão almejado progresso. A Poli seria então, a instituição que iria auxiliar a cidade em seu processo de industrialização e desenvolvimento técnico-científico.

Ainda de acordo com a notícia, o progresso estava atrelado à Poli e vice-versa; daí o motivo da existência de cursos como o que foi mencionado. É interessante observar que, além de mostrar o desenvolvimento que a Escola estava proporcionando não só ao Estado, mas, também, ao Nordeste, pode ser inferido pela matéria que tais fatos só estavam sendo possíveis pelos que faziam a Politécnica, isto é, diretor, professores, alunos, estudiosos e politizados, estando estes um passo à frente no enalço do progresso, eles eram, por si só, de vanguarda. Ou seja, mesmo sendo um acontecimento em uma cidade do interior, eles estavam mais atentos ao progresso que outras cidades e capitais.

As notícias e artigos trazidos aqui buscam ser representativos, pois nos dão uma dimensão de como o jornal, através da publicação de informações sobre a Escola Politécnica ou a ela referente, contribuiu na construção imaginária dos campinenses, em especial, do quanto a cidade estava saindo do atraso, deixando o arcaísmo de lado e migrando para o progresso e a modernização. Esse discurso trazido pelo jornal servia apenas como um reforço para aquilo que já era divulgado, principalmente pelos que faziam a Escola.

Ainda segundo esse discurso jornalístico, a Politécnica só foi instalada em Campina Grande graças ao espírito de luta e força dos intelectuais campinenses, afirmação que procura mostrar que os campinenses são dotados de grande força para alcançar seus ideais para ajudar a cidade, estado e região a se desenvolver. Havendo também a idéia de que a Escola não só formava engenheiros, mas cidadãos, pessoas retas, dignas e "perfeitas" como podemos ver em um dos editoriais mostrados anteriormente.

A Escola ajudaria a disciplinar esses alunos para que os mesmos fossem exemplos a ser seguidos, tanto como profissionais como cidadãos. E isso, obviamente, implantava ou despertava nos leitores desse jornal o idealismo de que eles eram capazes de tudo, até mesmo de resolver os problemas do próprio Nordeste.

Capítulo II

A Construção da Escola Politécnica

2.1- Escola Politécnica e as pedras no caminho

Mesmo sendo criada através da edição de uma lei, uma instituição de ensino superior não poderia ter como certa a sua efetivação. Assim, cabia aos seus fundadores trabalhar junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública em busca de autorização para o seu funcionamento.

Nesse sentido, principalmente aqueles que ficaram à frente dessa empreitada, como Antônio da Silva Morais e José Marques de Almeida Junior, elaboram um programa para a recém fundada Escola Politécnica da Paraíba assim como também a exposição de motivos que se justificaria a atuação dessa Escola.

Embora se trate de uma Escola de Engenharia que deverá se dedicar, sobretudo ao ensino de Engenharia Civil, especial atenção será dedicada aos problemas relacionados à construção de estradas de ferro e de rodagens, açudagem e captação de energia, grandes estruturas e urbanismo, vistos como estas são de maior importância para a região Nordeste. Por outro lado, será preocupação direta da Escola o despertar dos alunos para todo objetivismo possível na perspectiva formação técnica, de modo que deixando a Escola, possam tranquilamente enfrentar os primeiros contatos com a profissão. Os cursos de aperfeiçoamentos e alta especialização virão em épocas oportunas, de modo algum fica relegado a um segundo plano a vocação para esse mister⁵⁶.

Observamos que, de acordo com a proposta, o principal objetivo da Escola era a formação de técnicos que pudessem contribuir para criar condições de estabilidade econômica na região Nordeste. Esta proposta está diretamente

⁵⁶Livro-relatório referente aos anos de 1952 e 1953, contendo a justificativa da criação da Escola Politécnica bem como a relação dos professores aprovados pelo Diretor de Ensino Superior para lecionarem na Escola Politécnica (p.06).

relacionada com os anseios e discursos de setores das elites da região, que, a partir década de cinqüenta, passaram a cobrar medidas do Governo Federal no sentido de diminuir as disparidades regionais, como foi visto no capítulo anterior, e o funcionamento de uma Escola com essas características poderia contribuir para sanar tais disparidades.

No entanto, de acordo com Moraes, o projeto da Escola Politécnica passaria a enfrentar as primeiras dificuldades práticas quando este ainda estava em tramitação nas instâncias superiores de ensino, devido às críticas e restrições impostas por outras escolas de Engenharia como a do Ceará e a de Pernambuco, que se posicionavam de forma cética quanto à viabilidade da Escola. Mas a conclusão do processo só foi favorável devido à atuação das chamadas “classes conservadoras”, que através da imprensa e dos debates parlamentares, deram suporte político a essa iniciativa (LIMEIRA & FORMIGA, 2006).

Passados os primeiros obstáculos legais, a Escola Politécnica teve seu funcionamento autorizado⁵⁷ pelo então presidente da República Getúlio Vargas. Este fato que não repercutiu só em Campina Grande, mas também na cidade de João Pessoa, pois a medida, segundo esse discurso, poderia contribuir para a consolidação do ensino superior na Paraíba, como podemos ver em matéria publicada em periódico pessoense:

Campina Grande está de parabéns. Funcionamento da Escola Politécnica – pelo Conselho de Ensino Superior de Educação acaba de ser autorizado o funcionamento da Escola Politécnica, sediada em Campina Grande e criada há pouco tempo, por decreto do governo do Estado. É este o oitavo estabelecimento de ensino superior existente na Paraíba e com a qual novas perspectivas se abrem ao ideal de se instalar, em breve uma universidade na Paraíba⁵⁸.

⁵⁷ Informação que se encontra no Relatório do Primeiro Semestre da Escola Politécnica da Paraíba. Apesar de ter sido criada pela Lei Estadual nº 792, na administração do Governador José Américo de Almeida, e autorizado a funcionar por decreto nº 33.286, de julho de 1953, do Exmo. Sr. Presidente da república, tendo em vista o parecer nº 140, de 11 de maio do mesmo ano, em processo nº 18072/52, da Comissão de Ensino Superior, o referido estabelecimento se encontra deste modo legalmente instituído.

⁵⁸ Matéria publicada no jornal *Folha Acadêmica* em maio de 1953, p.09.

Todavia, é interessante perceber que mesmo tendo recebido autorização por parte do Ministério da Educação (MEC) para dar início ao funcionamento da Escola, não existia ainda nenhum local que pudesse comportar sua estrutura física. Assim sendo, seus fundadores, mais uma vez, teriam que encontrar uma solução para tal problema.

Como ainda não existia um espaço próprio, uma das soluções encontradas foi iniciar as atividades e se instalar, mesmo que provisoriamente, no prédio do colégio José Américo de Almeida, recém inaugurado pelo governador do Estado, mais conhecido como o Colégio Estadual da Prata. O espaço possibilitaria comportar as aulas do curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica, como veremos no relatório do Inspetor Federal Manuelino Gomes da Silva, dirigido ao Diretor do Ensino Superior, no MEC, se reportando as atividades do primeiro ano:

Funcionamento em prédio do Estado – Colégio Estadual de Campina Grande – a Escola Politécnica da Paraíba dispõe de acomodações bastante amplas para atender, em fase inicial, às suas necessidades, devendo logo mais ser iniciado o movimento de construção do seu edifício próprio para que, com o fatal progresso desse novel estabelecimento de ensino, possa no futuro corresponder as mais rigorosas exigências pedagógicas imposta pela sua própria condição e finalidade como estabelecimento de ensino superior⁵⁹.

Apesar do inspetor federal dar seu aval informando que o espaço cedido à Escola daria para funcionar relativamente bem na fase inicial, o fato da Politécnica ser a primeira instituição de ensino superior nessa cidade e estar no mesmo local de uma escola de nível médio, de certa forma, incomodaria alguns de seus fundadores, a exemplo de Antônio Morais que relatou,

O Governo do Estado nos cedeu a Escola Estadual da Prata para a gente instalar a Escola. O Colégio era novo, ainda não estava nem de todo inaugurado, estava funcionando a parte de baixo e a parte de cima do primeiro andar ainda estava vazia. O Colégio foi bom para a instalação, naquele momento. Mas essa acomodação da

⁵⁹ Livro de 1955, referente ao funcionamento do primeiro semestre de 1954 da Escola Politécnica da Paraíba.

Escola nos causava um certo incomodo, porque o pessoal dizia: "saiu os alunos do curso secundário e agora vão sair os outros", não diziam nem que eram alunos de Engenharia da Escola Politécnica, aí nós conseguimos uma nova edificação no centro da cidade. (MORAIS, 2004, p. 10).

Através desse discurso é possível perceber que existia, desde os primórdios dessa instituição, o objetivo de seguir um ideal de excelência, que para ser alcançado, muitas vezes, vários obstáculos como o espaço físico tiveram que ser ultrapassados. Como construir uma Escola de referência, se ela funcionava em um mesmo colégio juntamente com alunos secundários? Como desenvolver atividades laboratoriais, apesar da escola não possuir tal recurso nos seus primórdios, que precisariam ser criados com uma certa urgência? A Escola seria apenas mais um estabelecimento de ensino funcionando na cidade? A Escola teria continuidade?

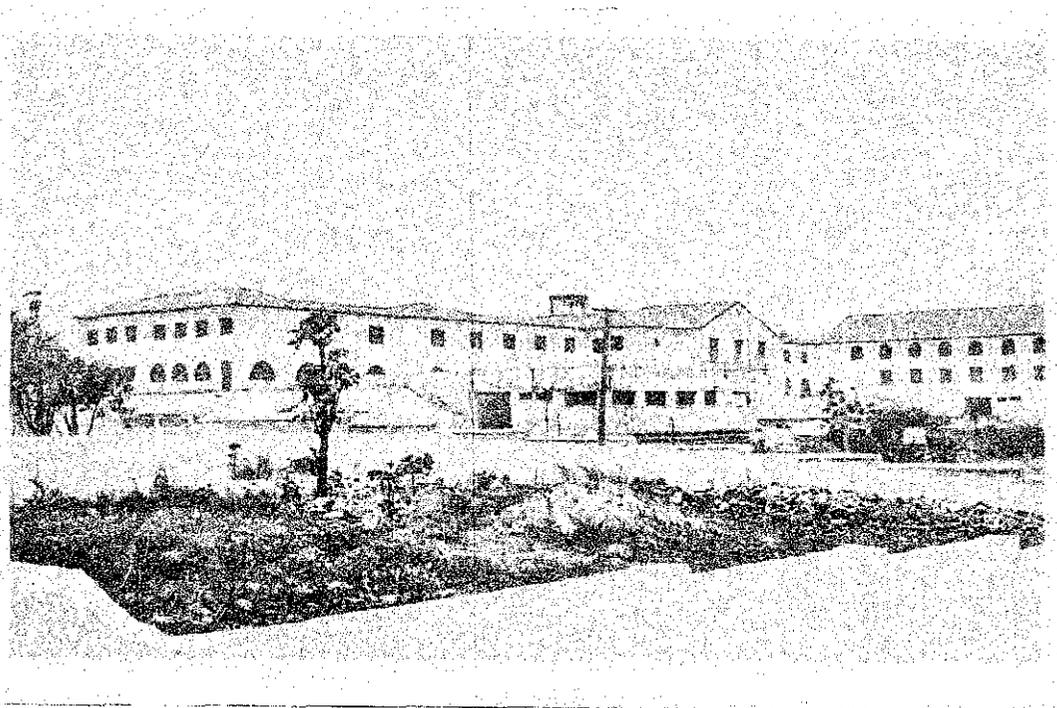


Fig.01 Colégio Estadual Elpídio de Almeida onde funcionou a Escola Politécnica durante os anos de 1954 a 1956

Depois de ser verificado que o colégio não tinha espaço suficiente para o funcionamento da Politécnica, uma vez que suas turmas iriam aumentar, teriam que ser criados laboratórios que comportassem as aulas práticas necessárias. Enfim, a Escola precisava de um novo espaço. Nesse sentido, novamente seus idealizadores, principalmente Antônio Morais e Zezé Marques tinham um trâmite nas esferas governamentais, sejam dos governos municipal e estadual, e através do Secretário de Educação do Estado solicitaram um novo local para instalar a Poli.

Durmeval Trigueiro que, na época, era o Secretário de Educação do Estado, cedeu o Grupo Escolar Solón de Lucena, na rua Maciel Pinheiro, em Campina Grande, para se transportar a Escola Politécnica do Colégio Estadual da Prata para esse grupo. Ele disse que primeiro teria que construir um grupo na mesma capacidade do Grupo Solón de Lucena para poder ceder esse grupo escolar a Escola Politécnica, e de fato, ele construiu próximo à avenida do canal de Campina Grande, um grupo escolar com o nome de Solón de Lucena e entregou o prédio antigo do grupo Solón de Lucena, na Avenida Floriano Peixoto, a Escola Politécnica. Assim, foi feita a mudança da Escola Politécnica, de sua localização provisória, em uma das alas do Colégio Estadual da Prata, para o grupo Solón de Lucena. Surgiu também a idéia de Antônio da Silva Morais de construir a Escola, na rua Floriano Peixoto. A idéia era subir a Escola com um prédio de seis andares, eu fazia parte da Congregação e do Conselho Técnico, então me insurji contra essa idéia de construir no centro da cidade uma Escola de seis andares. Deveríamos construir uma Escola na horizontal, e não na vertical, só que para isso teríamos que ter um terreno para se construir a Escola. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.14).



Fig.02. Segundo lugar onde funcionou a EPP a partir de 1957.

A partir do discurso de Zezé Marques, pode ser observado que mesmo sendo transferida para a nova sede, a necessidade por espaços maiores ainda persistia, pois, apesar da Escola não ter mais que conviver com alunos de níveis não acadêmicos, o Solón de Lucena ainda era muito pequeno para tais pretensões. Começava-se a encontrar uma nova saída? E uma dessas propostas, apesar de derrotada, seria levantar aquele prédio para seis andares. Mesmo não sendo possível saber os reais motivos que levaram Moraes a propor construir um prédio de seis andares, será que o mesmo não queria demonstrar para a sociedade campinense a imponência da Escola? Ou seria simplesmente para atender às reais necessidades da instituição?

Todavia, a idéia aceita pelos membros da Congregação, foi a de Zezé Marques, de construir uma Escola horizontalmente. Mas como conseguir um novo espaço? Com que capital a construção seria realizada? Quais seriam os primeiros

passos a se seguir? São essas e outras incertezas que perpassavam os primeiros anos da Escola, de acordo com o depoimento de Zezé Marques,

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica⁶⁰ possuía terrenos, onde hoje é a Universidade Federal de Campina Grande, em Bodocongó. O presidente dessa Fundação propôs trocar o Grupo Escolar por esse terreno, mas esse terreno era ocupado pelo agrupamento de Engenharia, que tinha granja, pocilgas, aviários. Eu fui ao general e pedi para ele ceder o terreno. Então ele me disse: 'Se vocês arrumarem uma área eu entrego esse terreno'. Ocorreu essa troca do grupo Escolar Solon de Lucena com esse terreno da FUNDACT, o prefeito Elpídio de Almeida cedeu um outro terreno ao agrupamento. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 15).

A construção da sede definitiva da Escola Politécnica responderia aos anseios daqueles que queriam proporcionar aos professores e estudantes um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino de Engenharia, como a construção de salas de aulas, laboratórios. O espaço ocupado por essa Escola no centro da cidade era restrito e incondicional para tais necessidades, não possibilitando a efetivação dessas possibilidades.

Ao lado dessas discussões sobre a construção da nova sede, a Escola Politécnica, teria enfim, obtido seu reconhecimento⁶¹ junto ao Conselho Nacional de Educação, momento em que estava se formando a primeira turma de concluintes do curso de Engenharia Civil, conforme apresentado no capítulo

⁶⁰ Cabe informar que o presidente da FUNDACT era o Diretor da Escola Politécnica.

⁶¹ O reconhecimento da Escola Politécnica se deu pela assinatura do decreto presidencial nº 44.768. Fato noticiado em vários meios de comunicação, a exemplo do jornal *A União*, onde foram publicadas matérias informando sobre o reconhecimento, nos dias 23 de outubro de 1958, 01 de novembro de 1958, 04 de novembro de 1958 e 05 de novembro de 1958. O jornal dos "Diários Associados" *O Norte*, publica também uma matéria em 23 de outubro de 1958 informando de tal fato. O jornal campinense o *Diário da Borborema* também publicou dois editoriais opinando sobre o já referido assunto, o primeiro, dia 26 de outubro 1958, e o segundo em 04 de novembro de 1958. No geral, todos esses jornais se reportavam ao fato que Campina Grande deveria se orgulhar por ter sua Escola de Engenharia reconhecida, sejam estes os jornais de João Pessoa ou de Campina.

anterior, bem como a assinatura do governador Pedro Gondim, autorizando a construção da sede definitiva da Escola Politécnica⁶².

Contudo, a construção desse novo prédio precisava ser bem pensada e projetada, pois seria a sede definitiva. Nesse sentido, foi feito um concurso para se escolher o melhor projeto, ou seja, aquele que melhor representasse os anseios daqueles que faziam parte da Escola de Engenharia de Campina Grande. Segundo Zezé Marques:

Numa das reuniões do Conselho Técnico e da Congregação o Diretor Antônio da Silva Moraes fez um concurso e oferecia uma importância ao arquiteto para apresentar o projeto da Escola futura (...). O projeto foi ambicioso e as turmas da Politécnica eram pequenas: de seis, de dois, de quatro, e de doze alunos. Ele projetou a Escola em que as salas de aulas fossem móveis, as paredes móveis, botavam-se parede para frente ou para trás, de acordo com o número de turmas, a parede se movia... O projeto dele era baseado nisso. Mas no decorrer da construção abandonou-se o projeto e construiu as salas padrões que dessem para número razoável de alunos. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.16).

Nesse sentido, apesar desse projeto vencer o concurso, não foi esse que foi executado, pois apesar de não ser publicado pelo *Diário da Borborema*, que era o principal divulgador das ações realizadas na Escola Politécnica, o motivo da não aceitação do projeto original se deve ao fato, segundo Zezé Marques, de haver uma insatisfação muito grande por parte de alguns professores dessa instituição devido ao projeto ser desenvolvido por pessoas que não estavam vinculadas a ela. Assim sendo, foi decidida a não abertura de concorrência para a construção, pois, como justificar a competência de uma Escola de Engenharia se a mesma não estava apta a construir seu próprio prédio? Zezé Marques ficaria encarregado de tal missão:

(...) Aceitei o desafio, e logo foi criado o Escritório Técnico Auxiliar do qual eu era o chefe. O doutor Max Liebig era encarregado da construção. O doutor Lynaldo Cavalcanti era encarregado dos cálculos estruturais, naquela época, em que não havia dinheiro,

⁶²O jornal *A União* publica matéria mostrando o momento que o governador autoriza a permuta do terreno destinado à construção da sede definitiva.

tudo era difícil. Comecei a instalar o Escritório Técnico de Construção e não tinha dinheiro. Eu montei o escritório com doações dessas firmas construtoras, com meus amigos. Pedia máquina de escrever usada, máquina de calcular usada, e montei um ambiente que pudéssemos trabalhar e prestar o serviço na construção da Escola. O Escritório funcionou maravilhosamente bem dentro das normas do Escritório Técnico de Construção⁶³, nós dávamos doze alunos do quarto ano e dois alunos do quinto para estagiarem permanentemente. Independente de qualquer outro aluno que quisesse estagiar, o escritório estaria aberto, era um campo de treinamento para o pessoal de engenharia. (...), nos dávamos muito bem, porque além de construir a Escola Politécnica, o Escritório Técnico de Construção, construiu mais dois grupos escolares para o Estado e reformou cerca de seis grupos escolares. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.17).

Apesar das inúmeras dificuldades que se apresentavam no decorrer dessa construção, segundo os relatos de Morais e Zezé Marques, através desse esforço, professores e alunos participando diretamente nessa empreitada, ajudaram na construção das primeiras instalações da Escola. O ideal de se fazer uma Escola decente estava sendo realizado. Esse ideal seria reforçado pelas matérias publicadas no *Diário da Borborema*, como podemos ver a que segue abaixo que retrata da transferência da Escola para a nova sede.

⁶³ Sobre o Escritório Técnico de Construção, o engenheiro e professor Zezé Marques ainda nos relata que, quando o diretor Antônio da Silva Morais ia para o Rio de Janeiro procurar os deputados paraibanos para que estes agilizassem mais envios de verbas para dar prosseguimento à construção do prédio em Bodocongó, "os professores desta Escola, apesar do baixo ordenado, davam a feira da esposa dele que ficou em Campina Grande, porque Morais não tinha como se manter lá e manter a sua esposa aqui. Nesse sentido, o doutor Antônio Morais conseguiu uma verba para as esquadilhas, a Escola estava sendo construída, mas faltava portas e janelas para a Escola funcionar. Essas verbas e doações que ele arrecadava mandava para o Escritório Técnico de Construção e nós aplicávamos e prestávamos conta a diretoria. Ele repassou esse dinheiro para comprar as esquadilhas e viajou para o Rio de Janeiro. Eu fiquei de posse desse dinheiro e não comprei nenhuma esquadilha. Em vez disso, comprei uma oficina completa de carpintaria e a instalei. Quando Morais chegou ficou indignado, me desculpei e disse que com a carpintaria construiria todas as esquadilhas e ainda servia para aula prática. Fui ao SENAI consegui dois alunos voluntários para trabalhar na carpintaria sem nenhuma remuneração. Fui ao então Secretário de Agricultura do Estado Dr. Antônio Cabral, irmão do ex-prefeito Severino Cabral, e pedi para me autorizar a retirar madeira de uma mata em Rio Tinto de propriedade do Estado, ele me autorizou. Depois fui ao Coronel Queiroz e pedi para que, quando ele tivesse testando os veículos por ele consertados, carregassem a madeira de Rio Tinto para Campina Grande, coisa que foi feita. Assim, foi construído os primeiros prédios, sendo transferida a Escola Politécnica para a Bodocongó. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.17-18).

Escola Politécnica: dia 12 sua transferência para nova sede.

No aprazível bairro de Bodocongó – **Churrasco** comemorativo aos professores e alunos e autoridades de ensino. Será comemorado no próximo dia 12 de outubro na transferência da Escola Politécnica em caráter definitivo do antigo prédio onde funcionava o Grupo Escolar Solón de Lucena, para sua sede, no bairro de Bodocongó. Apesar de só parcialmente construído, o novo edifício da Politécnica já se presta à instituição de todos os serviços daquela Escola Superior campinense da Universidade Federal da Paraíba. **Churrasco** – Consoante informações que colhemos junto ao Diretor da Escola Politécnica, engenheiro Antônio da Silva Morais, pelo evento será oferecido aos professores e alunos um churrasco ao qual deverão comparecer também autoridades de ensino. O novo edifício da Escola Politécnica obedeceu às mais modernas técnicas arquitetônicas, teve os seus trabalhos de construção executado pelo Escritório Técnico constituído por professores e alunos da própria Escola, representando contribuição inestimável ao melhoramento dos padrões de engenharia da região, além da experiência didática nova e digna de louvores. Ao lado do novo edifício da Politécnica. A Universidade da Paraíba adquiriu terrenos para a construção do edifício sede da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, também integrada a UP. No bairro de Bodocongó, deste modo, estará sendo construído muito em breve e integrada por duas unidades escolares, além de construções para residências e recreios de professores e alunos, uma pequena cidade universitária, a primeira que se edifica na Paraíba. **Pioneirismo** – Para a condução dos professores e alunos da Escola Politécnica, a Universidade da Paraíba acaba de providenciar a aquisição de um moderno ônibus, devendo ser adquirido nova unidade logo que a Faculdade de Ciências Econômica para ali também se transferir. Assim Campina Grande é mais uma vez pioneira, no interior do Nordeste, tendo sido a primeira cidade do interior desta região a possuir Escolas Superiores dentre as quais uma Escola de Engenharia que é orgulho do ensino superior paraibano, e sendo agora a primeira a dar início de fato, a construção de uma cidade universitária fora das capitais de Estado⁶⁴.

Ao analisar a notícia que retrata a transferência da Escola Politécnica para o bairro de Bodocongó, percebemos algumas adjacências que muitas vezes o *Diário da Borborema* mostrava como o bairro onde se localizava a parte mais desenvolvida em termos de ciência e tecnologia da cidade de Campina Grande,

⁶⁴ Matéria publicada pelo *Diário da Borborema* em 07 de dezembro de 1962

pois, além da Politécnic, ainda seriam instaladas em Bodocongó, a Faculdade de Ciências Econômicas⁶⁵ e, posteriormente, a Escola Técnica Redentorista⁶⁶.

Apesar de não especificar quais outras instituições, o *Diário* procurava apresentar a Politécnic, como uma Escola que se sobrepunha, em termos de estruturas, às outras faculdades do interior do Nordeste. Quando se diz que o novo edifício da Escola Politécnic obedeceria às “mais modernas técnicas arquitetônicas” e teve seus trabalhos de conclusão executados pelo Escritório Técnico, que era constituído por professores e alunos da própria instituição. Isso, mais uma vez, reforça a idéia de uma Politécnic que estava em sintonia com o que havia de mais sofisticado para a época e que não existia instituição semelhante na região Nordeste, sem falar que o jornal ainda enfatizava que foram os próprios professores e alunos dessa instituição que levantaram o edifício. É importante ressaltar que, possivelmente não foram os alunos tampouco os professores que construíram o prédio, pois os mesmos não eram pedreiros. O que acreditamos é que tanto os discentes quanto os docentes da Politécnic participaram da construção dos prédios da Escola.

O jornal ainda procurava apresentar a Escola Politécnic como um projeto não só de Campina Grande, mas também da Paraíba, que era colocada à frente dos demais estados nordestinos no tocante à ciência e tecnologia. E que Campina era a única cidade do interior nordestino a possuir escolas superiores, dentre estas, a Politécnic. Sendo ainda a única urbe interiorana que estava construindo uma cidade Universitária.

Assim, podemos observar ainda que nos discursos desse jornal, em momento algum houve referência aos problemas certamente ocorridos durante a construção desse prédio. Tal discurso vai de encontro aos depoimentos de ex-diretores e ex-professores. Possivelmente uma das razões para esse jornal não divulgar os problemas internos dessa Escola se deva ao fato, como já foi abordado no capítulo anterior, de mostrar apenas o lado positivo da Escola, aquilo

⁶⁵ Criada pela Lei Municipal nº 512, de 1º de julho de 1955, pelo prefeito Plínio Lemos.

⁶⁶ A Escola Técnica Redentorista – ETER, fundada em 1975, pelo padre Edelsino de Araújo Pitiá, tendo como um dos objetivos a formação profissional de jovens de classes menos favorecidas, qualificando-os como profissionais de nível técnico para o mercado de trabalho.

que a tornasse atraente para pessoas que estavam de fora, sem falar que a instituição era um espaço de trabalho para aqueles que estavam publicando as próprias matérias, a exemplo de Stênio Lopes que começava a dar aulas em 1964, e Lopes de Andrade que, apesar de não dar aula na Politécnica, estava comprometido com a sua criação e fazia parte do grupo que estava a frente desse projeto.

Nas figuras abaixo, podemos ver a construção dos alicerces do prédio que viria a ser a Escola Politécnica, bem como a maquete do projeto original.

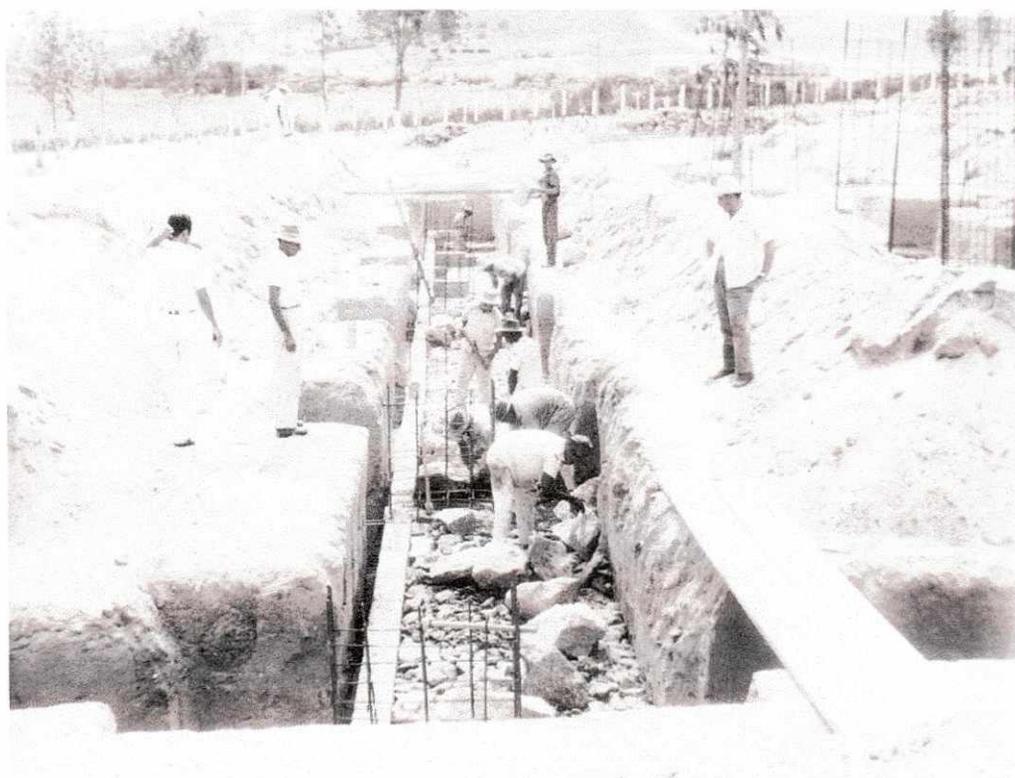


Fig.03. Início da construção dos alicerces do prédio da Escola Politécnica

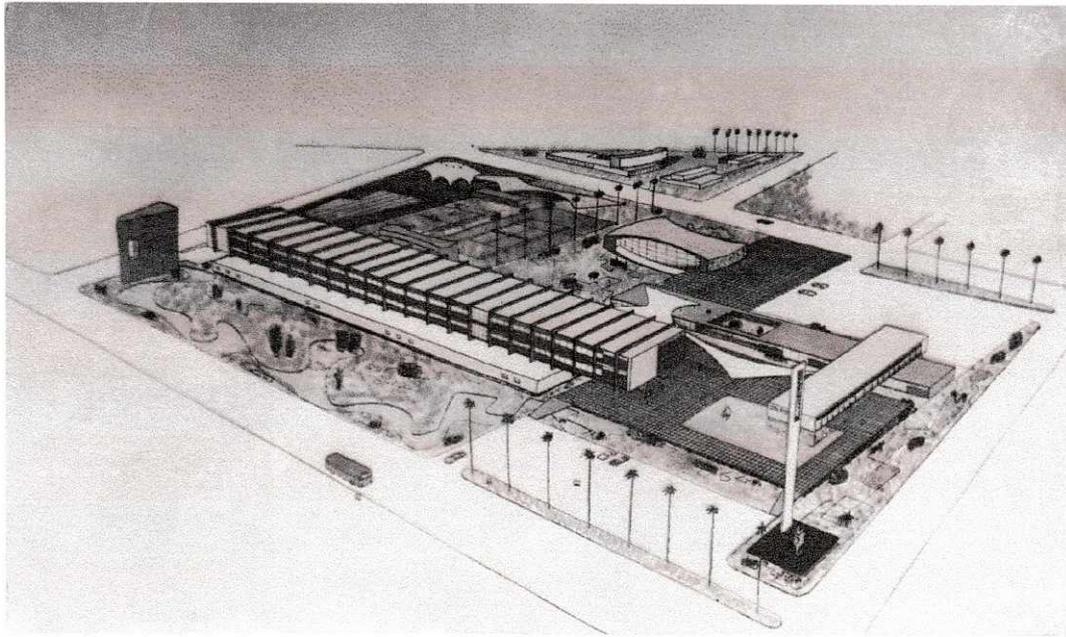


Fig.04. Projeto de como ficaria a Escola Politécnica

Apesar de apresentada a maquete que representava o projeto original da sede dessa instituição de ensino, no decorrer da construção, ela passou por inúmeras modificações, ficando completamente diferente do projeto inicial, como poderemos ver na foto que segue.



Fig.05. Sede definitiva da Escola Politécnica da Paraíba

Essas modificações se deram também devido às próprias dificuldades que vinham sendo encontradas desde o primeiro instante quando a Escola começou a funcionar no Colégio Estadual da Prata, até a construção da sede definitiva. Mas para que esses obstáculos fossem superados muitas ajudas foram recebidas, como poderemos perceber a seguir.

2.2- Escola Politécnica e as ajudas recebidas

No período pesquisado, cerca de vinte e um anos, a Escola Politécnica não ficou dependente apenas de verbas do Estado e, mais tarde, do Governo Federal. Ela sempre contou com a colaboração de vários segmentos sociais, sejam estes da sociedade campinense ou colaboradores no Nordeste, no Brasil ou no mundo. Mas, nos reportamos, inicialmente, aos setores da sociedade local, na tentativa de perceber quais foram os principais motivos que levaram determinados indivíduos e empresas sediadas em Campina Grande a serem solidárias financeiramente com essa Escola. Cabe então, antes de ser apresentado algum colaborador, fazer algumas indagações. Será que se essa instituição não fosse uma Escola de Engenharia, mas simplesmente uma de Farmácia, Filosofia, ou até mesmo Direito, a sociedade local contribuiria com tais iniciativas? O fato de ser uma Escola voltada às questões relacionadas com o desenvolvimento técnico-científico contribuiu para o recebimento de tais ajudas? Será que a Politécnica conseguiria esse apoio se não fossem as relações políticas com representantes, governantes e instituições do Governo (local, estadual e nacional)?

Sobre isso, corroboramos com Moraes, quando afirma que a “rede de esgoto da cidade, a energia local, os serviços de comunicação principalmente na área eletrônica, como rádio e telefone”, foram algumas das preocupações que orientaram para um projeto de escola técnica em nível superior, projeto que contaria desde o início, com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais que coerentemente assumiram de forma concreta, compromisso de colaboração com a iniciativa. Mobilizaram-se entidades particulares, federais e estaduais que se beneficiariam da realização do projeto, cujos recursos

forneceram à escola uma boa infra-estrutura necessária para seu funcionamento (LIMEIRA & FORMIGA, 2006).

Acreditamos que, por ser uma Escola voltada para questões relacionadas ao desenvolvimento técnico-científico, o que conseqüentemente, estava ligada a transformações materiais da cidade e região, a mesma veio a obter todo um prestígio, pois, sem sombra de dúvidas, nenhuma outra instituição presente nessa cidade contou com tamanho apoio.

Ainda nos reportando aos primeiros anos de funcionamento da Politécnica, período em que as verbas do governo do Estado, segundo o discurso de seu diretor, não chegavam com frequência, passando sempre das datas estipuladas e, quando chegavam, não eram suficientes para cobrir as despesas da instituição, uma vez que, além da POLI, o Estado tinha obrigação de manter ainda outras Escolas, a exemplo da de Agronomia em Areia, bem como as faculdades de Medicina e Odontologia em João Pessoa, que oneravam os cofres estaduais.

Tendo o governo desse Estado apenas condições de manter precariamente o aparelho administrativo dessas instituições, e no caso da Politécnica, que mais do que qualquer uma dessas escolas demandava uma estrutura mais arrojada, seria necessário a ajuda de terceiros para dar continuidade a suas atividades.

Foi nesse momento que se destaca como um dos principais colaboradores dessa instituição de ensino, o comerciante Pedrosa que, além de sua livraria ter sido o espaço onde se iniciaram os debates antecedentes da criação da Escola, fornecia também material didático para a mesma e numa dessas ocasiões em que chegava a data de receber seu pagamento pelo material vendido, pois vendia à prazo, e não tendo chegado dinheiro ainda para pagar as despesas da Escola Moraes vai até a livraria e explica o porque do não pagamento,

Estou em uma situação muito complicada porque o tempo está se passando, as verbas que recebi até então já foram gastas e as que têm a receber até agora não tive nenhuma notícia. Não sei o que eu faço, mas você tenha paciência que o que eu estou devendo a você, eu pagarei. Ele disse [Pedrosa] "eu não quero saber disso não, quero saber quanto é que o senhor está precisando de papel, de material escolar que a Livraria está a sua disposição". Isso é

um gesto fabuloso para um comerciante. E de fato, no dia seguinte pela manhã eu estava pedindo material lá. (MORAIS, 2004, p.11).

A atitude de Pedrosa, um comerciante que sacrificava parte de suas finanças para colaborar com a Politécnica, se mostra social e amigável, pois ao vender a prazo à Escola ele já mostrava querer estabelecer uma relação de confiança entre ambos, e quando chegava a data estipulada para o pagamento, o dinheiro não chegasse, geralmente qualquer comerciante não venderia mais qualquer mercadoria, até que se fosse paga a dívida anterior. Coisa que não aconteceu com ele. Pedrosa sempre autorizava o Diretor a fazer nova aquisição de materiais. Isso demonstra um comprometimento muito grande com o projeto da Escola Politécnica, projeto que aos poucos, passa a não ser mais apenas de um segmento acadêmico, ampliando-se e ganhando apoio de amplos setores, sejam das elites financeiras, intelectuais, políticas, de estudantes, dentre outros.

Todavia, ainda de acordo com o depoimento de outro fundador, Zezé Marques, a Escola sempre contou com a simpatia e colaboração de comerciantes, industriais e de estudantes que se mobilizaram desde o início para angariar recursos para a Escola:

A Escola Politécnica era muito bem recebida pela comunidade campinense, tanto é que, a associação dos alunos universitários que estudavam em Recife, que tinha o Edvaldo do Ó como “cabeça”, conseguiu no cinema de Campina Grande o aumento de uma pequena parcela do ingresso para ajudar a Escola Politécnica. Todos comerciantes e industriais de Campina Grande eram favoráveis e sempre ajudaram com doações de máquinas de escrever, dinheiro, etc.(ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 11).

Diante do exposto, nos relatos de dois de seus fundadores, a Escola Politécnica recebeu vários tipos de ajuda, que iam desde a doação em dinheiro, em máquinas e até no próprio gesto de um comerciante que sacrificava as finanças de seu estabelecimento no intuito de colaborar com essa iniciativa, atitudes estas que terão grande importância para a consolidação da instituição. Possivelmente, sem essas ajudas, a Politécnica não teria rompido seus primeiros

anos, e conseqüentemente não teria se tornado, nas décadas seguintes, um centro de referências em ciência e tecnologia no Nordeste brasileiro.

Percebemos ainda que no decorrer dessa pesquisa, que essas doações, em um primeiro momento se davam em nível local, onde a Escola recebia ajuda de comerciantes e industriais da cidade e principalmente na década de sessenta, esses auxílios passaram a ser mais robustos e mais freqüentes e assim como fica explícito nos relatórios, sejam estes semestrais ou anuais, isso certamente se deu devido a Escola ter ganhado fama no âmbito regional, nacional e até mesmo internacional.

De acordo com o relatório anual referente ao ano de 1963⁶⁷, entre as principais doações recebidas pela Escola Politécnica, consta um motor a gasolina por Willys Overland do Brasil, um motor elétrico pela SANBRA e diversos outros materiais doados pela SANESA.

Todavia, observamos que essas doações além de terem sido intensificadas, possibilitaram uma melhoria na parte de estrutura física dessa instituição, a exemplo de atitudes de órgãos como o DNOCS, que em 1964, após ter fechado o Laboratório Central de Solos e Concreto, doou um importante acervo para a Politécnica, que também recebeu a doação de um motor pela Arno, um gerador doado pela SANBRA, e mais uma vez, vários equipamentos da SANESA, tendo ainda doações da Eletromar, dentre outros.

No ano seguinte, a Escola aumentaria ainda mais o seu patrimônio material, graças a doações de várias empresas, entre essas algumas de abrangência internacional como fora descrito no relatório anual de 1965:

A Escola recebera doações de um laboratório de eletrônica da MESBLA, doação da SANESA, Siemens, Firma Luborba, Firma Manuel do Patrocínio, Cia Ansen Industrial, Cia Metalúrgica Bárbara, Cia Ferro Brasileiro, Bardelho Borrielo Eletromeca, Inducon, Siemens do Brasil, Rancor, Mesbla, cia de Instrumentos Científicos Nansen, Liceu de Artes e Ofícios, Tecnobrás S.A e SANESA⁶⁸.

⁶⁷Relatório do Diretor, 1963, p.18.

⁶⁸Relatório do Diretor de 1965, p.20.

Essas doações eram importantes para a consolidação da Escola, pois além das aquisições de equipamentos pela sua direção, as outras viriam a somar, e aos poucos, iam sendo montados os laboratórios, assunto que será trabalhado no próximo capítulo.

Todavia, além das ajudas materiais, a Escola ainda contaria com outros tipos de ajuda, principalmente aquelas relacionadas à parte de recursos humanos, que através de vários convênios com governos estrangeiros, a exemplo dos convênios com o Conselho Britânico, Dinamarquês, Canadá, Francês, foram enviados para Campina Grande alguns professores para ministrar disciplinas e cursos de extensão, além de possibilitar que os professores da Escola Politécnica fossem se especializar em universidades dos países conveniados, assunto que será mais bem trabalhado no próximo capítulo.

Além dos convênios internacionais, existiram também os intercâmbios com instituições nacionais, como aqueles que foram firmados com as Escolas de engenharia nacional, como a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), além de órgãos como Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) dentre tantos outros.

Não se poderia deixar de enfatizar as ajudas dos governos municipais, principalmente na segunda gestão de Elpídio de Almeida, que apesar da instância governamental não ter nenhuma obrigação legal em ajudar a manter a Politécnica, contribuiu no sentido de ajudar a sanar algumas dificuldades. De acordo com o depoimento de Lynaldo Cavalcanti, que viria a se tornar o segundo diretor dessa Escola, apesar do esforço e de algumas atitudes inovadoras para manter o ensino de Engenharia de qualidade, apesar do apoio da classe média e empresarial, a mesma pertencia ao governo de um estado sem muitos recursos, o que esbarraria em algumas dificuldades, como a contratação de professores, materiais para o funcionamento de alguns laboratórios, etc. Assim sendo, se fazia necessária à criação da FUNDACT no intuito de diminuir tais contratemplos.

Ainda tendo como base o discurso de Lynaldo Cavalcanti, é no momento de implantação da Escola Politécnica que o mesmo volta de Recife, recém formado em Engenharia Civil no ano de 1955, coincidindo ainda com a posse do prefeito Dr. Elpídio de Almeida⁶⁹. Este, que iria dirigir a cidade pela segunda vez, convida Lynaldo para a Diretoria de Viação e Obras Públicas, graças algumas amizades familiares. Percebendo a dificuldade de funcionamento da Escola, se articula com Edvaldo do Ó e Lopes de Andrade e levam ao conhecimento do prefeito a idéia de criação de uma fundação que desse apoio à ciência e à técnica, fato que o prefeito Elpídio de Almeida prontamente aceitou.

E como uma demonstração de afinidade com a Escola Politécnica, Elpídio de Almeida convidou o diretor dessa Escola, o professor Antônio da Silva Moraes para ser o presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e da Técnica.

Em entrevista concedida ao CNPq, o professor Cavalcanti fala dos principais objetivos que nortearam a idéia de criação da FUNDACT.

A idéia de criação dessa fundação surgiu de uma conversa entre ele (Lynaldo), Lopes de Andrade e Edvaldo de Sousa do Ó, Lopes mais conhecido como o sociólogo era uma pessoa de idéias muito férteis, e além de ter facilidade de escrever, já elaborava como proposta e objetivos bem definidos, ele já tinha sido assessor do ex-governador José Américo, diria até que ele foi um dos principais assessores. Depois que José Américo saiu do governo, ele foi convidado para trabalhar na prefeitura como assessor de Elpídio de Almeida, então Lopes Edvaldo e eu tínhamos um contato muito freqüente, e surgiu então essa idéia de criar essa instituição e fortalecer a Escola Politécnica, que estava começando com muita dificuldade, pois a mesma, ainda pertencia ao governo do Estado, então era uma forma da prefeitura dar uma contribuição, em vez de criar a Faculdade de Ciências Econômicas, criar uma fundação que apoiasse a consolidação da Escola Politécnica e outras que viriam depois. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 20).

No depoimento de Lynaldo Cavalcanti, ao afirmar que um dos motivos da criação dessa Fundação foi buscar contribuir para sanar as dificuldades que a Escola Politécnica estava passando, vai de encontro aos argumentos elaborados

⁶⁹ Médico e político, Elpídio Josué de Almeida governou o município de Campina Grande entre 30/10/1947 a 30/11/1951 e de 30/11/1955 a 30/11/1959.

por Lima (1996), onde para o último, o principal motivo foi à trajetória desse desenvolvimento industrial vivenciado por Campina nesse período. Cabe ressaltar que, enquanto a fala de Lynaldo reporta-se apenas para o apoio que a mesma estava dando a Escola Politécnica, o segundo nos informa que a Fundação primava pelo desenvolvimento industrial atrelado à educação.

Todavia, com criação da FUNDACT, o poder público municipal instituía uma forma legal de ajudar a Escola Politécnica através da concessão de bolsas de estudos e material didático, além de ter ajudado na aquisição do terreno onde foi construída a sede definitiva da Escola Politécnica, no bairro de Bodocongó.

Assim, podemos observar que a Escola Politécnica, passa ao longo de sua história a receber ajuda que vão desde a iniciativa privada local, regional, nacional e internacionalmente, bem como de órgãos públicos inseridos nas três esferas governamentais, ou seja, é um projeto local que passa a ganhar adesões de inúmeros segmentos, o que talvez não ocorreria se ela fosse uma Escola de Farmácia, de Filosofia ou até mesmo de Direito.

2.3- Estrutura administrativa da Escola Politécnica

O primeiro regulamento era composto de XXX capítulos e de 117 artigos, que de modo minucioso, buscava normalizar toda a organização da Escola Politécnica. Assim sendo, de modo cuidadoso se reportava à organização do curso, criando o curso de Engenharia Civil, e futuros cursos de especialização, bem como sua estrutura curricular, as disciplinas que seriam ministradas durante os cinco anos de duração do referido curso, passando ainda pela organização dos departamentos, da admissão, os programas das disciplinas, das provas, colação de grau, jornada de trabalho, licenças, prêmios escolares, serviços administrativos, a formação da biblioteca, questões da regulamentação do corpo docente e todos os assuntos relacionados à administração⁷⁰.

⁷⁰ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelos inspetores. Regulamento Interno da Escola Politécnica se encontra entre as páginas 122 – 149.

Por esse regulamento, as instâncias da administração interna da Escola Politécnica estavam divididas entre o seu diretor, cargo que seria ocupado com a indicação do Governador do Estado, tendo um mandato de três anos, podendo ser reconduzido novamente, e com a federalização, esse cargo passaria a ser indicado pelo Presidente da República, tendo uma lista extensa de atribuições, como,

Entender-se com os poderes superiores sobre todos os assuntos que interessam à Escola; representar a Escola em atos públicos e nas relações com outros membros da administração pública, instituições científicas e corporações particulares; dirigir os serviços administrativos; assinar os diplomas conferidos pela Escola; apresentar a congregação, no fim de cada ano letivo, relatórios de trabalhos da Escola; executar as resoluções do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação; enviar aos poderes competentes, proposta do orçamento anual da Escola; convocar reuniões do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação, bem como presidi-las; fiscalizar o emprego das verbas; fiscalizar a fiel execução do regime didático, observando o horário e programas; manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Escola; aplicar penalidades; exercer as demais atribuições que lhe competirem nesse regimento e da legislação federal em vigor; zelar pela fiel realização de todos os termos desse regimento; convocar reuniões da Congregação, para escolha da lista tríplice para nomeação de diretor⁷¹.

Com essa listagem de atribuições, observamos a importância dada aos ocupantes de cargos, de modo que a Escola seria orientada e teria a marca de quem a administrasse. Já o cargo de vice-diretor, era escolhido entre os próprios professores catedráticos.

O primeiro diretor da Escola Politécnica foi Antônio da Silva Morais⁷², que além de professor fundador, administrou a Escola até 1963, compreendendo um período de quase 11 anos à frente dessa instituição, deixando sua marca de homem sério e comprometido em proporcionar um ensino de Engenharia Civil de

⁷¹ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelos inspetores. 1958, p. 134-135.

⁷² De acordo com informações do Livro de Atas referente ao ano de 1954, p. 24, A primeira lista tríplice da Escola para a Escolha do diretor, enviada para o Governador, pois o cargo de diretor estava sendo ocupado interinamente por Morais, foram os nomes de: Antônio da Silva Morais, Giuseppe Gioia e Antônio da Silva Morais.

qualidade, prova disso, é que sempre quando se encerrava seu período de administração, era reconduzido ao cargo ao fim de cada gestão, tendo durante esse período consolidado o curso de Engenharia Civil.

Apesar dos amplos poderes que o Diretor da Escola detinha, não era permitida uma administração centralizada, pois, estava subordinado aos órgãos deliberativos, que se tornam importantes para descentralizar a administração desse estabelecimento de ensino. O primeiro seria o Conselho Técnico Administrativo, que era formado por cinco professores catedráticos, que dentre os principais atributos, estavam incumbidos de,

Organizar o regimento da Escola; rever, ouvida a congregação, o regimento da Escola, submetendo-o à aprovação do Conselho Nacional de Educação; elaborar conjuntamente com o diretor, a proposta orçamentária anual da Escola; submeter aos órgãos competentes de qualquer proposta de alteração da organização administrativa ou didática da Escola; aprovar a indicação do pessoal administrativo; propor a contratação de professores; rever organização de horários; fixar o número de estudante em cada turma; organizar comissões examinadoras de provas; tomar conhecimento de representações de natureza administrativa, didática e disciplinar; auxiliar o diretor na fiscalização do ensino teórico e prático, assistindo as aulas e aos trabalhos escolares, dentre outras⁷³.

Todavia, os primeiros participantes do Conselho Técnico Administrativo tiveram como os nomes: Antônio Moraes, que além de diretor, era o presidente desse Conselho, além de Glauco de Benévolo, Giuseppe Gioia, Onofre Pereira Chaves e Austro de França Costa⁷⁴.

Esse Conselho se reunia frequentemente para discutir assuntos como: concursos de habilitação, as despesas financeiras da Escola, o preenchimento de cadeiras vagas, aproveitamentos dos alunos nas aulas bem como da assiduidade dos mesmos, os métodos de ensino que deveriam ser adotados pelos professores, assuntos referentes às aulas práticas, a criação de novas disciplinas,

⁷³ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelos inspetores. Regulamento Interno da Escola Politécnica. p. 135-136.

⁷⁴ Livros de Atas referentes ao ano de 1954, p. 23.

em fim, praticamente toda a vida da Escola era discutida de forma minuciosa nesses encontros.

Depois desse Conselho, vinha a Congregação, órgão que era constituída por professores catedráticos, pelos professores contratados no exercício de disciplinas e por representante dos docentes livres eleitos pelos seus pares. Tendo como função, segundo o regulamento,

Eleger dois membros do corpo docente, catedráticos em exercício, para integrarem a comissão julgadora de concursos para provimento de cátedra; deliberar sobre a organização de concurso e tomar conhecimento dos pareceres emitido pelas respectivas comissões julgadoras; concorrer pela eficiência do ensino, sugerido aos poderes superiores, por intermédio do diretor, as providências que julgarem necessárias; deliberar sobre a destituição de professores catedráticos ou docentes livres, nos casos previstos no regulamento, dentre outros assuntos⁷⁵.

Essa era a estrutura administrativa da Escola Politécnica, que apesar de existir ainda outras instâncias, como veremos mais adiante, eram esses os setores que detinham de fato o poder de nortear e influenciar sobre as principais ações relacionadas ao cotidiano da Escola Politécnica. Após essa divisão administrativa, seguiam-se as demais esferas, que apesar de serem influenciadas, também participavam da administração.

Ainda de acordo com o primeiro regulamento da Escola, e seguindo a estrutura administrativa, depois dos órgãos deliberativos acima apresentados, se seguiam os departamentos onde estavam divididas as disciplinas ministradas no curso de Engenharia Civil, ficando agrupadas nos seguintes departamentos,

Departamento	Ciências Matemáticas
-----	Física, Química e Geologia
-----	Construções
-----	Ciências Aplicadas

⁷⁵ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelos inspetores. Regulamento Interno da Escola Politécnica, p. 136-137.

-----	Vias e Transportes
-------	--------------------

Tabela 01 - Departamentos da Escola Politécnica

Cada um desses Departamentos eram composto por docentes que ministravam as respectivas disciplinas e tinham como chefe um professor catedrático, que era escolhido entre os próprios componentes através de uma eleição interna, sendo posteriormente nomeado pelo Diretor da Escola, para exercer um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período. Entre as principais atribuições dos Chefes dos Departamentos estavam:

Convocar e presidir as sessões; distribuir as atividades do Departamento respectivo, integrar o Conselho Técnico Administrativo; orientar e fiscalizar o pessoal docente das cadeiras a ele subordinadas, no sentido de cada vez mais conseguir maior eficiência nos métodos de ensino; de acordo com os docentes organizar os projetos de cargas horárias, das disciplinas subordinadas a esse Departamento; apresentar ao Conselho Técnico Administrativo, no fim de cada ano, relatórios circunstanciados das atividades dos departamentos; elaborar planos de ensino anuais, para cadeiras subordinadas ao Departamento; planejar com os professores, os programas de ensino anual, providenciar em tempo oportuno, a aquisição de material e equipamento para melhor eficiência do ensino, organizar junto aos professores, a Biblioteca especializada das cadeiras afetadas ao Departamento, dentre outras⁷⁶.

Ainda de acordo com esse regulamento, o Conselho Técnico Administrativo era formado pelos Chefes dos Departamentos, tendo a na presidência o Diretor da Escola.

Todavia, o regimento interno da Escola no decorrer dos anos passou por constantes alterações, a exemplo de 1963, onde os Chefes de Departamento que até então eram nomeados pelo Diretor da Escola e obedecendo a uma votação

⁷⁶ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelo inspetor, p.125-126.

interna passaram a ser nomeados pelo Magnífico Reitor⁷⁷, bem como a criação de novos departamentos, pois se antes, no primeiro regulamento eram cinco e então mais quatro foram acrescentados, organizando-se da seguinte maneira:

Departamento	Matemática
-----	Física e Química
-----	Mecânica Aplicada
-----	Representação Gráfica
-----	Edificações e Estruturas
-----	Transportes
-----	Hidráulica e Saneamento
-----	Eletricidade
-----	Ciências Sociais
	Publicação de Apostila

Tabela 02 - Ampliação do número de Departamentos

Aliado a essa estrutura existia ainda o Escritório Técnico de Cálculo e Construção, que durante muito tempo esteve sob a supervisão do professor Zezé Marques, como já informamos anteriormente. Ele foi criado para dar auxílio na construção da sede definitiva da Escola Politécnica no bairro de Bodocongó, ao passo que, no decorrer dos anos, se segue dando continuidade a esse trabalho, a exemplo de, em 1963, ainda estar concluindo o bloco de ensino, o segundo pavimento térreo, o reservatório d'água⁷⁸.

Apesar do objetivo desse Escritório não concorrer com a iniciativa privada, o mesmo conseguiu atrair alguns serviços, a exemplo da elaboração de cálculo da estrutura do Hotel da prefeitura de Serra Branca, calculou também a estrutura da Faculdade de Serviço Social, a estrutura de uma escola que iria ser construída no

⁷⁷ Todas as chefias dos respectivos Departamentos foram homologadas pela Reitoria em 19 de novembro de 1963, conforme portaria ns. 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 350 e 351. Relatório do Diretor referente ao ano de 1964.

⁷⁸ Relatório do Diretor referente ao ano de 1963, p. 17.

bairro da Conceição, pertencente à diocese de Campina Grande. Todos esses serviços eram cobrados e essa renda era revertida no pagamento dos alunos em estágio no Escritório.

2.4- Biblioteca: um espaço para o saber

Desde a regulamentação inicial, estava presente na estrutura da Escola Politécnica a criação de uma biblioteca que teria como função auxiliar na aprendizagem e consultas de seus professores e alunos. O primeiro regulamento, no capítulo XXIX, discorre, no artigo 108, onde afirma:

A biblioteca da Escola tem por fim facilitar a instrução científica dos membros do corpo docente e discente. Onde ficará a cabo da administração da Escola procura sempre enriquecê-la e adaptá-la aos melhores moldes de organização. Podendo a receber ainda quaisquer donativos destinados à sua ampliação⁷⁹.

Ao longo do tempo, em alguns momentos mais e outros menos, a biblioteca sempre recebeu atenção por parte de sua diretoria. Nos relatórios anuais, se fazia referência a constantes aquisições de livros e periódicos. Além das constantes doações de livros que a Escola recebia, e inúmeras revistas de engenharia, o que contribuiria para o aumento de seu acervo.

No relatório referente ao segundo semestre de 1956⁸⁰, é visto pela primeira vez que a diretoria faz a aquisição de 91 livros, distribuídos entre as diversas disciplinas, pois são encontrados 15 livros relacionados à parte de Física, 10 de Química, 23 de Matemática, e o restante dos livros de assuntos diversos. É necessário informar que grande parte desse acervo não era apenas em língua portuguesa, pois constavam também publicações em francês, inglês e espanhol.

Foi observado ainda no decorrer dessa pesquisa, o constante crescimento quantitativo do acervo bem como o aumento do número de consultas à Biblioteca a partir do momento que passa a ser contabilizada:

⁷⁹ Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estado da Paraíba – pelo inspetor, p. 148, 1958.

⁸⁰ Relatório referente ao Segundo Semestre de 1955, p. 04-07.

Ano	Consultas	Volumes
1960 ⁸¹	-----	2.938
1961 ⁸²	-----	3.321
1962 ⁸³	-----	3.521
1963 ⁸⁴	294	3.938
1964 ⁸⁵	2454	5.066
1970 ⁸⁶	4161	7.861

Tabela 03 - Acervo da biblioteca

Através desses dados, podemos observar que existia uma política de aquisição de livros para a Biblioteca, principalmente a partir da atuação do segundo diretor, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que em curto período praticamente dobra o número de exemplares. Uma das possíveis justificativas para o crescimento acelerado nesse acervo se deve ao fato não do primeiro diretor não ter uma política mais agressiva, mas sim pelo segundo ter contado e buscado mais apoio em órgãos governamentais, conseguindo maiores verbas.

Ainda com relação ao crescimento do número de consultas a partir do momento que passa a ser registrado nos relatórios dessa Escola, pode ser explicado tanto pela criação de novos cursos por parte da segunda diretoria, a exemplo do curso de Engenharia Elétrica, em 1963, o que acarretou um aumento no número de alunos, possibilitando uma maior procura por esse serviço.

Ainda analisando os números dessa tabela, podemos observar que a Biblioteca teve em 1970 um ano marcante na sua existência. Nos últimos

⁸¹ EPUP / Relatório Anual de 1960, p. 12-14.

⁸² EPUP / Relatório Anual de 1961, p. 16-17.

⁸³ EPUP/ Relatório Anual de 1962, p. 08-09.

⁸⁴ Relatório do Diretor referente ao ano de 1963. Segundo informações contidas nesse relatório dos 410 livros adquiridos nesse ano, 135, foram de doações. A Biblioteca ainda iria receber doações das seguintes publicações: Aero Magazine; Nucleonics; Electronics World; Power; Flooring; International Management; Notícias Técnicas; Noticiário Willys; Revista Técnica Sulzer; Construction Methods; Ingenieria International Construcción. p.19.

⁸⁵ Relatório do Diretor referente ao ano de 1964. Nesse ano a Biblioteca da Escola teve seu patrimônio enriquecido em 1.396 volumes. Cumpre ressaltar as doações de grande número de volumes, foi feito pela Escola de Engenharia da Universidade de Recife, do Instituto Militar de Engenharia e Instituto Tecnológico da Aeronáutica, p. 13.

⁸⁶ Relatório do Diretor referente ao ano de 1970. Cabe se enfatizado ainda que a Biblioteca ainda recebia como doação 578 livros, p.41.

exercícios, seu acervo de livros vinha aumentando lentamente, quase que através de pequenas doações de governos estrangeiros, aquisição através de recursos limitados, mas sempre constante no orçamento da Escola.

A justificativa para esse aumento considerável em 1970 se deve aos convênios estabelecidos com a SUDENE e DNOCS, referentes à aquisição de livros nos campos de Hidráulica, Hidrologia e Irrigação, além da assinatura de diversas revistas técnicas no campo da Engenharia Elétrica, com recursos da ELETROBRÁS, FUNTEC-BNDE.

2.4- O ensino de engenharia e as práticas pedagógicas

O corpo docente da Escola Politécnica foi formado inicialmente a partir dos engenheiros oriundos do Departamento de Estradas de Rodagens, Departamento de Estrada de Ferro, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Mas quem eram esses engenheiros que passaram a lecionar nessa nova Escola? Em quais instituições eram formados? Tomando como referência a fala do primeiro Diretor, os professores da Politécnica eram egressos das seguintes instituições:

Apesar de alguns engenheiros terem sido formados na Escola de Engenharia de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, outros na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e alguns ainda da Escola de Engenharia do Ceará, quase todos eram formados na Escola de Engenharia de Pernambuco (MORAIS, 2004. p.08).

Ainda de acordo com informação presente no primeiro anuário da Escola Politécnica, o corpo docente aprovado pelo parecer nº 140, de 05 de maio de 1953, da Comissão Superior de Ensino, bem com as especificações das respectivas cadeiras, constam:

Professor	Disciplina
Antônio da Silva Moraes	Química Tecnológica e Analítica
Austro de França Costa	Cálculo Infinitesimal - Cálculo Vetorial
Glauco Benévolo de Benévolo	Geometria Descritiva – Elementos de Geometria Projetiva – Perspectivas – Aplicações Técnicas
Giuseppe Gioia	Geometria Analítica – Elementos de Monografia
Onofre Pereira Chaves	Desenho à Mão Livre – Geométrico e Projetivo
Kleber Cruz Marques	Mecânica Racional procedida de elementos de cálculos vetorial
Max Hans Karl Liebig	Física (1ª. e 2ª. Cadeiras)
Adelmar Xavier de Andrade	Topografia – Geometria Elementar
Otávio Santiago	Geologia Econômica – Noções de Metalurgia
Amadeu Ramos Freire	Desenho Topográfico e Parapectivas
José Dias Fernandes	Resistências dos Materiais – Grafroestática
Pedro Bento Collier	Mecânica Aplicada às Máquinas – Máquinas Hidráulicas
Vinicius Londres da Nóbrega	Hidráulica Teórica e Aplicada
Luiz Carrilho	Desenho Técnico Aplicado às Máquinas
Sperdião Gabínio de Carvalho	Estabilidade das construções – Concreto Armado
José Franciscano do Amaral	Materiais de Construção – Tecnologia e Processos Gerais de Construção
Carlos Roberval Guimarães	Estabilidade – Congresso – Arquitetura

	– Desenho Técnico
João José Rodrigues	Portos, Rios e C. Mais
Serafim Rodrigues Martinez	Estradas de Ferro e Rodagens
José Marquês de Almeida Junior	Organização das Indústrias
José Roddriz da Rocha Leão	Desenho Técnico – Pontes – Viadutos – Estradas – Saneamento

Tabela 04 - Distribuição dos professores nas respectivas disciplinas

Apesar da nomeação dos vinte e um professores distribuídos nas respectivas disciplinas, a relação do corpo docente ativo nesse primeiro ano consta os nomes de: “Antônio da Silva Morais, Austro da França Costa, Glauco Benévolo de Benévolo, Giuseppe Gioia e Onofre Pereira Chaves⁸⁷”. No decorrer dos anos, os demais professores foram paulatinamente assumindo suas respectivas disciplinas, até se chegar ao quinto ano, onde todos estavam integrados ao cotidiano da Escola.

Todavia, o ensino nos primeiros anos foi marcado por esse grupo de professores⁸⁸ que além de ministrar aulas na Escola Politécnica, estavam envolvidos com outras atividades, permanecendo na Escola apenas o tempo de ministrarem as aulas, pois naquele momento, nenhuma instituição de ensino era obrigada a adotar o regime de tempo integral, ao contrário era uma singularidade a dedicação exclusiva.

Esse grupo de docentes procurava ministrar uma educação que englobasse todos os aspectos da pessoa, quando a formação do profissional estava vinculada à formação do seu caráter, assim como já fora mostrado em editorial publicado pelo *Diário da Borborema* no capítulo anterior, se referindo à formatura da terceira

⁸⁷ A relação do corpo docente em atividade na Escola Politécnica no ano letivo de 1954 encontra-se presente no Livro-Relatório Primeiro Semestre de 1955, contendo informações de 1953 e 1954, p. 06.

⁸⁸ De acordo com informações contidas no Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade Paraíba, em Campina Grande – Estados da Paraíba – pelos inspetores – 1958, p. 176-209. Os professores da Politécnica tinham uma formação bastante diversificada: Química Industrial; Engenharia Civil; Licenciatura em Desenho, Matemática e Física; Engenharia Química; Bacharelado em Matemática; Engenharia de Minas, Engenharia Industrial Mecânica; Engenharia Elétrica; Engenharia Agrônoma; Bacharelado em Ciências Econômicas. Tendo a maioria dos professores formados em Engenharia Civil.

turma de engenheiros civis, onde se enfatiza que além de serem bons engenheiros teriam que ser bons homens. Procurava-se também dar uma formação prática, onde estes profissionais estivessem depois de cinco anos de estudos, aptos a construir uma ponte, uma rodovia, uma barragem, dentre outras construções. Com isso, não percebemos nessa pesquisa nenhuma preocupação, seja nos relatórios da Escola ou nos depoimentos de ex-diretores e ex-professores, em desenvolver um ensino que fosse baseado em uma formação humanística, em possibilitar a este aluno um domínio de vasta ciência.

Para alcançar a finalidade de dar um caráter prático ao ensino que estava sendo ministrado nessa instituição, passava a ser uma exigência da diretoria que os professores, de acordo com suas respectivas disciplinas, levassem seus alunos para aulas de campo, onde se estabelecia uma relação entre conhecimento teórico e as atividades práticas. Passou a ser frequente a visita de professores e alunos politécnicos a vários locais, a exemplo do professor Josemir Vasconcelos de Castro que ensinava a disciplina de Química Tecnológica e Analítica, e que levou no ano letivo de 1963⁸⁹, os estudantes da primeira série de Engenharia Civil até João Pessoa, para uma visita à fábrica de Cimento Portland Zebu e também a Hidrelétrica de Paulo Afonso.

No ano seguinte, mais uma vez podemos perceber que essa prática pedagógica, que em um primeiro momento se dava mais de forma esporádica, passava a ser utilizada com mais frequência pelos professores da instituição. Só nesse ano, os alunos da quarta e quinta série, visitaram⁹⁰ entre os dias 15 e 21 de setembro – Cadeiras Estradas de Ferro e de Rodagem – sob a orientação do professor José Luiz de Almeida, acompanhado dos professores Álvaro Queiroz Monteiro e Virgílio Penalva – seguindo as obras do DNOCS no Ceará, a construção do Porto de Mucuripe, construção da Fábrica de Asfalto da Petrobrás, obras do açude do DNOCS de Banabuiú, Orós e São Gonçalo, Mãe Dagua e Curemas, tendo ainda em todo o percurso da viagem, a turma excursionista as obras rodoviárias do DNER.

⁸⁹ Relatório do Diretor referente ao ano de 1963, p. 21.

⁹⁰ Relatório do Diretor referente ao ano de 1963, p.21.

Desse modo, perseguindo ainda essa formação profissional, a Diretoria da Escola Politécnica passava a estimular os cursos de extensão, a exemplo do Curso de Pavimentação, que foi ministrado pelo professor Lourival Trajano, Engenheiro Chefe do Departamento de Estradas de Rodagem – DER - de Pernambuco, e professor de Engenharia da Universidade de Recife e Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco.

Outro exemplo dessa ênfase em proporcionar um ensino prático e útil foi a oferta do curso de “Barragem de Terra”, ministrado pelo engenheiro Virgílio Penalva Esteves, egresso do Laboratório Nacional de Engenharia de Lisboa. O referido curso teve tanta repercussão que passou posteriormente a ser integrado no currículo pleno do curso de Engenharia Civil. Além de ter sido publicado um livro que foi escrito por Virgílio Penalva sobre o tema Barragens de Terra, sendo o primeiro trabalho científico da Escola Politécnica.

No entanto, apesar dessas iniciativas procurarem proporcionar ao engenheiro egresso da Escola Politécnica uma boa formação, algo não se poderia negar, o fato dos professores dessa instituição não se dedicarem em regime de tempo integral, o que comprometeria o desenvolvimento do ensino. Pois seria praticamente impossível desenvolver pesquisas com alunos, uma vez que não havia disponibilidades de horários desses docentes, acabado a aula, os mesmos teriam que voltar para desenvolver outros afazeres.

Entretanto, essa situação começaria a mudar, com a criação da Comissão Superior do Plano de Institutos (COSUPI), criada no governo Juscelino Kubitschek, através de um professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Luis Ernesto de Oliveira Júnior, tendo como um dos objetivos principais ajudar as escolas de engenharia recém criadas, tanto do Norte como do Nordeste, entre estas se encontravam a Politécnica, onde era proposto,

O presidente da COSUPI chega a Politécnica e diz que tem algum dinheiro, para despesas de equipamentos para laboratórios, para matérias básicas, para compra de livros e para pagar professores contratados em tempo integral, pode ser os professores que já estão aqui e que tenham a fim de assumir o tempo integral e se dedicar exclusivamente a Escola e, conseqüentemente aprofundar os estudos e orientar alunos (...). Sugiro ainda que

vocês procurem professores no Instituto Tecnológico da Aeronáutica. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 24).

Foi por meio das ajudas financeiras da COSUPI, que foi possível trazer do ITA três professores da área de física, Átila Almeida, Vladimir Guimarães e José Rezende Pereira Neto todos eles dispostos a trabalharem em regime de tempo integral na Escola, o que possibilitaria um grande salto qualitativo no ensino da Escola.

Passado a primeira administração, onde fora muito forte a influência do grupo que fundou a Politécnica, Lynaldo Cavalcanti, passava a partir de sua gestão à frente dessa Escola, a intensificar a política tanto de aumentar o número de professores em regime de tempo integral como trazer professores de outras instituições para ministrar disciplinas. Nesse sentido, a Escola teria os professores que já vinham desempenhando suas atividades docentes, bem como novos professores sendo incorporados ao quadro dessa instituição, como: Joost van Damme do ITA⁹¹, Evandro Emílio Mariano da Rocha, José Ivan Carnaúba Accioly, Mário Toyotaro Hattori, Nakai Hiroshi, Regis Guimarães, todos egressos desse instituto⁹².

Apesar das ajudas que a Escola Politécnica estava recebendo da COSUPI para a contratação de professores de centros mais avançados de ensino, a exemplo do ITA, da COPPE, não era uma tarefa fácil convencer um profissional a sair de um centro avançado e vir para uma cidade do interior do Nordeste, onde se tinha ainda uma Escola começando, onde a perspectiva de crescimento poderia não ser tão atraente, sobre isso podemos ver o depoimento de Lynaldo:

Como diretor, fui buscar mais gente no ITA. Também recrutei algumas pessoas de Pernambuco que estavam fazendo mestrado na COPPE, no Rio de Janeiro, mas sem vínculo empregatício. Nesse tempo a COPPE estava apenas começando, porém, com certeza, já evidenciava a sua grande potencialidade. Entretanto não era nada fácil atrair docentes para a nossa Escola Politécnica, mesmo em se tratando de recém-graduados. Não se tinha o tempo integral e os salários da Universidade não

⁹¹ Relatório do Diretor para o ano de 1966, p. 225.

⁹² Relatório anual referente ao exercício de 1967, p. 184.

compensavam. Eu tinha que armar uma fórmula para aumentar a remuneração. Por exemplo, o professor ficava encarregado de ensinar duas disciplinas: assim ele recebia uma gratificação pela segunda disciplina. Eu ia ao ITA todo o fim de ano para convencer os recém formados a trabalhar em Campina Grande. Entre 1965 e 1967, consegui recrutar uns dez. Depois com o apoio do BNDE, eu trouxe mais uns dez, já em 1971. Como o ITA tem uma tradição de excelência, um bom recém graduado seu, na maioria das vezes, nada fica a dever de um mestre titulado pela COPPE. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 327).

A partir desse recrutamento, como podemos ver na tabela⁹³ abaixo, a Politécnica passa gradativamente a ter um aumento significativo do número de professores contratados em regime de tempo integral, tendo grande parte desses professores vindo do ITA.

Ano	Tempo Parcial	Tempo Integral	Total
1963	34	01	35
1964	43	01	44
1965	46	04	50
1966	48	03	51
1967	59	02	61
1968	44	13	57
1969	44	14	58
1970	33	23	56
1971	35	35	70

Tabela 05 - Distribuição dos professores em regime parcial e de tempo integral

Pode ser observado ainda que, apesar do aumento do número de contratações em tempo integral, o número de professores em regime de tempo parcial que era dividido em T-12 e T-24, permanecia praticamente estável, apesar de ter somado algumas baixas. Mas poderia ser questionado o porquê de ter um

⁹³ Relatório do Diretor referente ao ano de 1971. p. 31.

aumento significativo de professores em regime de tempo integral, e não ter diminuído os professores em regime parcial, o que certamente se justificava devido a constantes aberturas de novas vagas, tendo em vista a criação dos novos cursos.

Com a chegada de professores em regime de tempo integral, ocorre uma mudança substancial na qualidade do ensino que até então vinha sendo ministrado, pois a cada término da aula, o docente contratado em regime parcial tinha que voltar para seus afazeres, mesmo que tentasse se suprir essa necessidade levando os alunos para aulas práticas de campo. Com o professor contratado em regime de tempo integral, semelhante situação se dava de forma diferente, pois além de lecionar, teria condições de acompanhar o aluno de forma mais completa, onde podiam se desenvolver atividades relacionadas ao campo de pesquisa, usando os laboratórios para essa finalidade. Sobre essa diferença podemos ver no depoimento de um aluno que depois se tornou professor:

Esses professores em regime de tempo integral deram uma contribuição muito grande no sentido de melhorar o que já estava sendo feito aqui, pois não se limitavam apenas a dar aulas, eles além de dar aulas conversavam com os outros professores dando idéias novas e procuravam manter um relacionamento bastante estreito com os alunos. Esses professores vendo a necessidade de laboratórios recorrem ao ITA, e conseguiram a doação de um pequeno laboratório de física, passando a darem aulas teóricas e também aulas práticas nesse Laboratório, retratando sempre alguma experiência em que mostrava a validade daquilo que eles tinham visto na teoria. (MOITA, 2004, p. 10).

Além dos egressos de instituições nacionais que passaram a lecionar na Escola Politécnica, observamos também a vinda de vários professores estrangeiros, como Earl Logan Junior, da Universidade do Arizona, que veio colaborar como orientador de professores da instituição, além de planejar os Laboratórios de Mecânica dos Fluídos e Transmissão de Calor⁹⁴. Outro estrangeiro da época foi o professor Yves Cezard, da Universidade de Toulouse,

⁹⁴ Relatório anual referente ao exercício de 1967, p. 184.

que colaborou durante dois anos com essa Escola, tendo lecionado no campo da Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Foi graças a essa abertura, através dos convênios que foram estabelecidos entre a Escola e governos estrangeiros, com a presença de professores estrangeiros, o envio de professores para o exterior que vai colocar a Politécnica em contato com aquilo que se passava de mais sofisticado na área da ciência e da técnica em centros mais avançados.

Seguindo ainda essa tendência pela busca de novos conhecimentos, de novos métodos de ensino, percebemos ainda existir uma preocupação por parte da diretoria dessa Escola em estimular os professores e alunos a participarem de congressos⁹⁵, seminários, simpósios, etc, que era uma forma de estabelecer um intercâmbio cultural e científico entre estes e outras entidades congêneres.

Todavia, apesar de haver certa estabilidade do quadro docente da Escola, de acordo com os relatórios anuais, podemos perceber que a partir da gestão da segunda diretoria, os afastamentos de docentes passaram ser mais frequentes, principalmente por dois motivos: o primeiro se dava com saída dos mesmos para a pós-graduação, pois só em 1968⁹⁶ já se tinha um número significativo, tendência que continuaria a exemplo de 1970, aonde se chegava aos seguintes números:

⁹⁵ EPUP – Relatório Anual de 1961. De acordo com informações desse Relatório, a Politécnica em 1961, se fez representada nos seguintes seminários: Simpósio de Matemática em Fortaleza-Ce, onde contou com a participação dos professores Kleber Cruz Marques e Austro da França Costa, inclusive com a participação de alunos da Escola; Seminário de Engenharia Sanitária, realizado no Recife-Pe, pelos professores Newton Fernandes Maia e José Geraldo Araújo; Seminário de Produtividade para Alta Administração, sob os auspícios da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, nesta cidade e Técnicos do Porto IV, pelos professores Antônio Guilherme da Silveira e Silva e, Glauco Benévolo de Benévolo e José Marques de Almeida Júnior, inclusive participaram alunos da 5ª série desta Escola; II Encontro de Professores de Materiais de Construção, realizado em Salvador-Ba, pelos professores Octacílio dos Santos Silveira. p.14.

⁹⁶Relatório do Diretor referentes ao exercício de 1968. De acordo com informações obtidas no mesmo, só nesse ano encontrava-se o afastado o professor Heber Carlos Ferreira, fazendo uma pós-graduação na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; os engenheiros José Gomes de Sousa, Humberto Justiniano Vieira, Edson da Costa Pereira e Manuel Azevedo Dantas cursando mestrado de Engenharia Civil, na Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; além do professor de Engenharia Elétrica, Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, fazendo doutorado na Faculte de Sciences de l'Université de Toulouse; o professor Evandro Emilio Mariano da Rocha Sousa Lima, participou de um estágio no Japão; o Engenheiro Siegbert de Moraes Rego Neto, encontra-se na França cursando uma Secção Especial de Eletrotécnica, na Universidade de Toulouse, devendo regressa em fins de 1969, dentre demais, p.33-34.

Exterior			Brasil				
França	EUA	Total	UFRJ	USP	UFPE	EPUFP	TOTAL
03	03	06	02	02	06	08	18

Tabela 06 - Relação dos professores da Escola Politécnica que estavam fazendo pós-graduação

No que diz respeito ainda aos afastamentos, outro tipo seria aquele em que os docentes eram intimados a deixar as atividades didáticas para prestarem serviços em órgãos públicos⁹⁷, a exemplo do próprio diretor da Escola, Antônio da Silva Moraes e Otávio Santiago. O primeiro para dirigir o Instituto de Química em João Pessoa, e o segundo para prestar serviços à SUDENE no Rio Grande do Norte. Tendo ainda Zezé Marques de se afastar temporariamente para exercer o cargo de Secretário de Viação e Obras no Governo de João Agripino⁹⁸, dentre outros casos.

2.4- Rigor no vestibular

Apesar do Estatuto Interno dessa Escola ter reservado quarenta vagas destinadas anualmente para o Curso de Engenharia Civil, esse número não foi atingido por um determinado período. Mas, o que justificaria o não preenchimento das vagas? Seria o fato dessa especialidade não interessar aos estudantes da cidade e região? Ou seria pelo rigor dos Concursos de Habilitação⁹⁹?

Verificamos através da documentação da Escola Politécnica que desde o primeiro Concurso de Habilitação¹⁰⁰, existia um rigor muito grande nesse exame,

⁹⁷ Relatório do Diretor referentes ao exercício de 1963, p.07.

⁹⁸ João Agripino governou a Paraíba entre os anos de 1966 a 1971.

⁹⁹ Apesar de Antônio Moraes em seu depoimento ao se referir a esse período chama vestibular, nos relatórios encontramos as palavras Concurso de Habilitação.

¹⁰⁰ Os documentos exigidos para se inscrever no concurso de habilitação, o estudante teria que ter concluído o curso secundário completo, o histórico escolar, carteira de identidade, atestado de idoneidade moral, atestado de sanidade física e mental, atestado de vacina, certidão de registro Civil, prova de quitação dos serviços militares, título de eleitor e quatro fotos 3/4. Exigências que perpassa todo o período de existência da Escola Politécnica.

uma vez que o aluno para ser admitido no Curso de Engenharia Civil, e mais tarde em outros cursos teria de passar pelas provas escritas na primeira etapa das seguintes disciplinas: Química, Desenho, Física e Matemática I e II. Concluída essa primeira etapa, o candidato ainda era submetido a uma banca composta de três membros, que aplicavam a prova oral dessas disciplinas acima referidas, após a segunda etapa eram somadas as notas nas provas escritas e orais e se dava à média final.



Fig.06. Alunos fazendo prova de Vestibular na Politécnica em 1962

Assim pode ser observado que a partir do primeiro Concurso de Habilitação¹⁰¹, houve um alto índice de reprovação, tendo dos vinte e seis alunos escritos apenas nove, conseguido êxito, ou seja, o percentual de reprovação quase ultrapassou os setenta por cento, indicando assim que qualquer pessoa que se submetesse à seleção passaria com facilidades, assim como comenta Morais:

¹⁰¹ Relatório do Segundo Semestre de 1955. Apesar de na capa desse relatório semestral estar se referindo a 1955, além de conter informações referentes há este ano, também se reporta ao ano de 1954. Ao se referir ao número de aprovados nesse primeiro Concurso de Habilitação a informação do número de alunos formados não estar de acordo com os números de Morais, pois enquanto esse diz que foram aprovados nove alunos, no relatório consta 11 alunos aprovados.

Isso para nós representava uma vitória, um motivo de orgulho, porque se passasse todos, eu iria me sentir um pouco acanhado em dizer que a Escola Politécnica começou a sua existência, seus trabalhos e fez um vestibular e passaram todos, aí diminuía o valor de cada um daqueles que compareceram e foram aprovados, agora esses aprovados foram até o final do Curso de Engenharia Civil, pois estavam muito bem preparados, foram muito bem selecionados, o que foi motivo de orgulho e satisfação para todos nós. (MORAIS, 2004, p.12).

Primeiramente poderia até parecer estranho um diretor de uma Escola discutir o elevado número de alunos reprovados no primeiro vestibular, pois por causa disso várias vagas ficaram a ser preenchida. Mas por outro lado, ao se buscar perceber a razão dessa alegria de Moraes, é compreensível que esse diretor fizesse a leitura que se todos passassem no vestibular, a instituição já seria estigmatizada como uma Escola sem credibilidade, e caso contrário, se passassem poucos alunos, refletiria de forma positiva junto a comunidade, pois demonstrava que a Politécnica era uma Escola séria.

A Politécnica é especial nesse ponto. Porque às vezes o camarada diz: não, está começando, pode fazer de qualquer jeito. Mas, lá não, pelo contrário, a gente estava começando, tinha que fazer melhor do que os outros. Com esse vestibular cuja aprovação foi de trinta por cento e a reprovação foi de quase setenta por cento, ninguém estranhou. Os alunos ficaram satisfeitos, os que passaram e os que deixaram de passar verificaram que o negócio era sério. Em Campina Grande em termo de negócios, se pensava que quem paga mais tem a melhor, quem paga menos tem que ceder a vez, Na Escola Politécnica era diferente. Na parte do ensino eu tive muita sorte. (MORAIS, 2004, p.02).

Observa-se nesse depoimento, que para Moraes, seria imprescindível demonstrar para a sociedade local a imagem da Escola como uma instituição séria, que fosse bem vista pela comunidade, e para que isso acontecesse seria necessário começar pelo próprio vestibular. Apesar de não se conhecer os reais motivos que levaram o diretor a sentir a necessidade de reafirmar essa imagem da Escola, uma das possíveis justificativas se dava pela necessidade de apoio da

Politécnica diante daqueles segmentos da sociedade local que poderia vir a contribuir, como já foi abordado nesse capítulo, pois se a Politécnica não primasse por tal seriedade, seria difícil alguém acreditar e investir seu dinheiro em uma instituição desacreditada.

Todavia, para se obter esse prestígio, algumas situações teriam que ser superadas, a exemplo da tentativa do pessoal do agrupamento militar querer entrar na Escola de qualquer jeito só para preencher o tempo livre:

Tínhamos em Campina Grande um agrupamento Militar e quando apareceu a Escola Politécnica, todo esse pessoal decidiu entrar na Escola para aproveitar o tempo em que não estavam trabalhando. Então eu procurei persuadi-los de que não era oportuno aquilo, tinham alguns que já oficiais, com patente muito superior, tinha jovens recém saídos da Academia Militar e se é uma Escola nova, vamos botar esse pessoal lá dentro. E vieram, se matricularam e não foram bem sucedidos, tendo apenas um sido aprovado e todos os outros reprovados. Mas botaram na cabeça que iriam passar - isso na primeira época, no primeiro vestibular - fizeram um segundo e confirmou aquela rejeição, tive que passar por cima de tudo isso, sem ferir suscetibilidade de todos esses, e com muita consideração. Eu credito se eu tivesse outro temperamento, talvez não tivesse o sucesso que eu tive. A gente precisa ter muita mobilidade, muita capacidade de aceitação de certas coisas para poder então continuar, porque eu pensava em uma coisa maior, em uma escola que tivesse o nome e tivesse respeito (MORAIS, 2004, p.06-08).

É possível perceber ainda nesse depoimento de Moraes, que ao dizer: "por ser uma Escola nova vamos botar esse pessoal para dentro", que existiam pressões externas no sentido de facilitar a entrada na Escola de pessoas que não estavam preparados para passar no vestibular. Pressões que aparentemente não foram atendidas, principalmente, referente ao processo relacionado com o vestibular, pois em cada concurso de vestibular as notas de cada candidato era registrada nos relatórios, buscando sempre manter o processo afastado de lisuras.

Contudo, esse índice de reprovação não estaria apenas restrito ao primeiro concurso, uma vez que, durante os anos subsequentes, observara-se que não existiu nenhum tipo de facilidade relacionada à entrada de alunos nessa Escola. Em 1959, dos vinte e três alunos inscritos para concorrer a uma vaga no Curso de

Engenharia Civil no primeiro Concurso de Habilitação¹⁰² desse ano, apenas nove foram aprovados. Já no segundo Concurso de Habilitação de 1959, dos 30 candidatos inscritos apenas quatorze obtiveram êxito. Juntando os dois concursos de vestibular, das quarenta vagas disponíveis, apenas 23 foram preenchidas.

Mostrado o rigor com que a administração dessa Escola tratava as questões relacionadas aos exames de vestibular, onde se tinha a preocupação de acordo com depoimentos de Moraes e demais professores, de selecionar apenas os alunos que estivessem realmente aptos a frequentar o Curso de Engenharia Civil. Outra questão importante a ser abordada é o fator da origem geográfica dos alunos que frequentavam os primeiros anos da Escola Politécnica. Seriam alunos exclusivamente da Paraíba ou também dos demais estados do Nordeste? A abrangência da Escola conseguia ultrapassar essa região, se alunos de outras regiões viessem para a Paraíba?

Na tentativa de responder a esses questionamentos, fizemos um demonstrativo na tabela abaixo, nos reportando acerca dos alunos matriculados na Escola em 1956, onde estão inseridos os alunos do primeiro e segundo ano de funcionamento da Escola, na tentativa de mostrar o universo geográfico desses alunos.

Ano	Número de Alunos Matriculados	Estado
1956	26	Diversos
1956	19	Paraíba
1956	02	Pernambuco
1956	03	Ceará
1956	01	São Paulo
1956	01	Minas Gerais
1960	94	Diversos
1960	40	Paraíba

¹⁰² Relatório do 1° e 2° Concurso de Habilitação de 1959. É importante informar que eram realizados dois concursos de Habilitação por ano.

1960	07	Pernambuco
1960	19	Ceará
1960	06	Sergipe
1960	06	Bahia
1960	02	Rio Grande do Norte
1960	01	Maranhão
1960	01	Alagoas
1960	04	Minas Gerais
1960	05	Rio de Janeiro
1960	01	Paraná
1960	01	Espírito Santos
1960	01	Rio Grande do Sul

Tabela 07 - Alunos matriculados de outros estados entre os anos de 1956 e 1960

A origem geográfica dos alunos também é importante para a avaliação da Escola. O projeto inicial visava criar um estabelecimento de ensino que tivesse alcance regional, ou seja, formar um quadro técnico para auxiliar no desenvolvimento dessa região. Como pode ser visto na tabela, a Politécnica não só conseguiu alcançar tal objetivo assim como estendia sua influência para outras regiões. Quanto a sua influência interna, mesmo tendo as Escolas de Engenharia da Bahia, Fortaleza e Pernambuco, alunos desses estados procuravam a instituição, bem como a atração de alunos dos demais estados nordestinos.

Se em 1956 esse número ainda era pequeno, tendo além dos alunos paraibanos, apenas de Pernambuco e Ceará, em 1960, alunos dos de estados Alagoas Maranhão, Bahia e Sergipe passaram freqüentar a Politécnica. Mas o que justificaria um aluno sair Pernambuco ou do Ceará, onde também havia uma Escola de Engenharia, para estudar Campina Grande? Certamente ou porque a Politécnica já tinha fama de boa Escola ou porque não passaram no vestibular das respectivas instituições. Já alunos de estados como Maranhão, Alagoas e Sergipe poderiam ter optado por essa Escola devido a não se terem escolas de

engenharias nesses, e ao chegar a Campina tiveram apoio, melhor custo de vida, pois era mais baixo do que Recife, dentre outros fatores.

Mas o que levaria um aluno a vir de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná ou até mesmo do Rio de Janeiro, procurar fazer um curso de Engenharia em Campina Grande? Seria perfeitamente compreensível que alguém abandonasse o Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul em direção aos centros mais importantes como o Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, onde as facilidades e atrativos eram maiores. O que não se dava em Campina Grande. Uma cidade interiorana sem muitos atrativos, relativamente pequena, se comparada a esses grandes centros. O porquê dessa relação inversa?

Acreditamos que uma das possíveis razões para um aluno vir de tão longe, de estados mais desenvolvidos, culturalmente diferentes, se deva pela fama da qualidade de ensino da Escola Politécnica, que além de ter ultrapassado as fronteiras desse Estado, já tinha chegado a outras regiões do país.

Além da crescente quantidade de alunos que vinham de todas as regiões do país procurar estudar nos cursos da Escola Politécnica, podemos perceber que, anualmente, a Escola vinha aumentando o número de alunos e matrículas, como pode ser visto na tabela abaixo:

Ano	Evolução de Matrículas (em número de alunos)
1963	148
1964	195
1965	205
1966	248
1967	292
1968	392
1969	452
1970	524
1971	680

Tabela 08 - Evolução das matrículas de 1963 a 1971

O aumento do número gradativo de matrículas de alunos é outro indicador importante que atestava que a Escola estava crescendo e se solidificando, uma vez que se o número de alunos matriculados diminuísse, poderia ser um sinal de declínio da instituição. Mas o que justificaria um aumento rápido a partir do ano de 1966 em diante, pois se comparadas ao número de matrícula em 1963, a Escola quase triplica esses números, e continua crescente em toda década, mas o que justificaria esses aumentos numerosos? Seria a Escola que estava deixando de lado o rigor nos exames de vestibular?

Esse rápido crescimento do número de alunos matriculados se deve ao fato da criação de novas especialidades, apesar de se perceber que desde anos anteriores os alunos matriculados no Curso de Engenharia Civil vinham crescendo também. Mas é bom frisar que esse crescimento não se refere à facilidade na entrada de alunos, pois o rigor e a seriedade nesse processo continuavam e se tornavam ainda uma marca dessa Escola. Desta feita, estava criada a base para a Escola Politécnica se transformar em um centro de ensino de referência, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo III

Escola Politécnica e suas múltiplas relações com instituições nacionais e internacionais

3.1 - Ampliação dos Cursos

Durante um período de onze anos, a Escola Politécnica funcionaria apenas com o Curso de Engenharia Civil. Mas a instituição/Escola já havia passado por algumas mudanças, dentre estas podemos destacar a federalização¹⁰³ e a transferência para a sede definitiva, um local amplo que possibilitava a construção de novas dependências. Nesta mesma época, em 1963, o diretor Antônio da Silva Moraes afastou-se da Escola para criar o Instituto de Química em João Pessoa. Assumiu o cargo em seu lugar o vice-diretor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que em apenas quatro meses à frente da Politécnica, propõe ao Conselho Universitário a criação de um novo curso.

Quando assumi a Escola, mesmo como vice-diretor, a primeira coisa que botei na cabeça, até porque sofri na pele o conservadorismo dos engenheiros civis, apesar de ser engenheiro civil, foi diversificar a oferta de curso. Eu digo, bom, se ficar só com esse curso, isso é uma desgraça para esses professores conservadores, desatualizados, pois tinha um monopólio da Engenharia Civil no Nordeste. Então eu criei na marra e na

¹⁰³ A Escola Politécnica esteve sob a tutela do Governo do Estado da Paraíba até 1960, quando foi federalizada, por meio de um projeto de autoria de Abelardo Jurema, então deputado federal, da base aliada do Governado Juscelino Kubitschek, com o apoio da bancada paraibana no Congresso e pressionado por membros da elite campinense, os quais exigiam a federalização também da Faculdade de Ciências Econômica (FACE). Esse era um anseio das comunidades acadêmicas da capital e interior do Estado, como também de outros segmentos da sociedade campinense e paraibana. A condição de instituição federal de ensino superior ajudou a superar algumas dificuldades financeiras decorrentes da condição de instituição de ensino superior municipal ou estadual, em um Estado pobre como era a Paraíba. (MONTENEGRO, 2006, p.45). Concomitante com a Escola Politécnica ainda foram federalizadas onze unidades de ensino, entre estas estão: Faculdade de Filosofia da Paraíba; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola Politécnica; Escola de Enfermagem; Faculdade de Ciências Econômica de João Pessoa; Escola de Engenharia; Escola de Serviço Social; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

coragem o curso de Engenharia Eletrônica. Depois de conseguir aprovação pelo Conselho Universitário, o vestibular foi feito um mês após. Tendo ainda como diretor em exercício criado também em 1966, o curso de Engenharia Mecânica, porque minha obsessão era diversificar, renovar, trazer pessoas novas, que pensasse diferente para o quadro docente. (ALBUQUERQUE, 2004, p.21).

No entanto, o que teria levado Lynaldo Cavalcanti, ainda como vice-diretor em exercício, propor a criação de mais um curso para a instituição? Pois esta atitude iria de encontro a toda uma postura do primeiro diretor, que durante seu período à frente da administração dessa instituição, manteve apenas o curso de Engenharia Civil. Com essa ampliação, algumas perguntas se tornam necessárias. Com a criação de mais um curso a Escola Politécnica manteria um ensino de qualidade? Qual seria a reação do antigo diretor, ao ver o projeto tomar um novo direcionamento em tão pouco tempo, pois mesmo estando afastado continuava pertencente ao quadro docente da Escola? O novo currículo era espelhado em qual Escola de engenharia?

Quanto às ações imprimidas após o afastamento do primeiro diretor, acreditamos que uma das possíveis razões que levaram Lynaldo Cavalcanti a propor a criação do curso de Engenharia Elétrica deve-se ao ambiente de mudanças em que estava inserida a Escola Politécnica, pois, além de possuir um curso já consolidado, seria um momento propício para se dar um novo passo, diversificar, ampliar os horizontes dessa Escola. Esta idéia seria bem respaldada pelo *Diário da Borborema*, uma vez que, seus articulistas passam a defender e apoiar essa proposta.

Novo Curso na Politécnica

Resolveu o Conselho Universitário da Paraíba criar este ano o Curso de Engenharia Eletricista na Escola Politécnica de Campina Grande. Era esta uma velha aspiração dos sonhos daquele estabelecimento e de muitos dos seus professores interessados em técnicos em eletricidade para nossa região.

O Nordeste como se sabe é uma região pobre de técnicos. Temos poucos engenheiros civis. Enquanto as outras especializações da engenharia, o número é tão inexpressivo que não chega a ser computado pelas estatísticas oficiais.

Andou, portanto, muito acertado o conselho universitário quando autorizou o funcionamento desse novo curso, que de início está despertando grande interesse em nossa cidade. A necessidade de engenheiros eletricitas numa região em desenvolvimento como a Nordeste é muito grande, oferecendo-se um vasto campo de ação para os técnicos dessa especialização.

Temos muitos problemas a se resolver que estão na dependência de engenheiro eletricitista, sobretudo agora que começamos a penetrar os umbrais da era industrial, de que vai depender sem nenhuma sombra de dúvida a nossa integração na economia geral do país.

Dar técnicos ao Nordeste, nesta fase decisiva de sua história deverá ser a tarefa máxima das escolas superiores, principalmente daquelas que como a Politécnica estão em situadas em plena faixa seca, onde mais necessário se torna a presença de uma engenharia especializada¹⁰⁴.

Como podemos observar, o jornal lança mão de um discurso que justificaria a real necessidade de se criar um curso que propiciasse mais um auxílio técnico para a região, pois, se os cursos de Engenharia Civil já eram poucos, a oferta de outras engenharias era ainda menor, e a Engenharia Elétrica praticamente inexistia nessa região.

Essa notícia ainda procurava reforçar que o Nordeste estava se desenvolvendo e a criação de um curso desse porte possibilitaria à Politécnica, bem como a Campina Grande, entrar de fato nos tempos da industrialização. A criação do curso de Engenharia Elétrica ajudaria a cidade e a região a se integrarem ao processo econômico em que o país estava inserido.

Podemos perceber ainda que tanto essa notícia como o artigo que veremos abaixo, também funcionavam como argumentos que enfraqueciam aqueles que pensavam e defendiam um crescimento vagaroso da Politécnica, de forma mais planejada, pois segundo esse editorial,

Em todo Norte e Nordeste do país, existe apenas um curso universitário para a formação de engenheiros eletricitas. Este funciona na Universidade de Pernambuco. Desta forma, curso idêntico aqui na Paraíba se torna apenas mais uma necessidade a atender com vista o nosso desenvolvimento.

Eletricidade é fundamental em qualquer promoção de desenvolvimento regional. Mas não se trata apenas de estender

¹⁰⁴ Matéria publicada no *Diário da Borborema* em 12 de março de 1963.

linhas condutoras de energia elétrica, por toda parte, é necessário formar os técnicos e os operários qualificados que possam saber como utilizar melhor esse precioso progresso.

A criação do curso de Engenharia Elétrica na Escola Politécnica de Campina Grande é uma feliz inspiração. Pois os alunos de Engenharia Elétrica já estão garantidos no início dessa especialização, começa a partir do término do segundo ano de engenharia no geral, o terceiro ano de engenharia, estão dispostos a trilhar novos caminhos.

Na realidade a Paraíba e em todo Nordeste a predominância dos cursos de formação de engenheiros civis. Estes encontram sempre seu lugar na cadeira de trabalho e da produção. Agora mesmo, a SUDENE e a PETROBRÁS empregaram um número considerável de novos engenheiros formados no fim de 1962 pelas Escolas de Engenharia de Campina Grande, Fortaleza, Recife e João Pessoa. E anda o DNER, o DNOCS, o SESP, além das inúmeras empresas privadas de construção, que arregimentam os melhores elementos formados nas nossas escolas.

Brevemente, precisamos de um número apreciável de engenheiros elétricos em Pernambuco, Ceará, no Rio Grande do Norte e Fortaleza, com o progresso dos planos de expansão da rede eletrificada do São Francisco: a CHESF, as numerosas empresas mistas, criadas nos Estados nordestinos para a distribuição de energia, certamente grandes fábricas que se instalarão nessa nova fase de desenvolvimento da região necessitarão de especialistas em eletricidade e aqui é que se torna imperioso coloca a cuidado do pessoal técnico indispensável para o futuro promissor¹⁰⁵.

De acordo com os argumentos elencados por Stênio Lopes presentes neste editorial e em outros analisados anteriormente, havia uma preocupação por parte dos integrantes da Escola com a formação de mão de obra técnica especializada. Conforme esta idéia, seria imprescindível a criação deste curso para suprir as necessidades que se formariam com a chegada do progresso e com a expansão da rede elétrica do São Francisco, o que ocasionaria a chegada de novas empresas.

Mesmo falando da criação do curso de Engenharia Elétrica, Stênio Lopes fazia referência aos alunos do curso de Engenharia Civil que foram contratados por grandes empresas. Era uma forma de estimular os candidatos a cursarem essa nova especialidade, pois, segundo esse argumento, estariam no mesmo caminho de sucesso que os engenheiros civis ou até mesmo melhor do que

¹⁰⁵ LOPES, Stênio. "Encruzilhada". Diário da Borborema, 05 de fevereiro de 1963.

esses, pois o curso de Engenharia Elétrica era praticamente inexistente nessa região, tendo um grande mercado de trabalho a ser explorado.

No entanto, mesmo sendo uma especialidade importante para o desenvolvimento da região, como fica explícito tanto nos discursos do jornal como nos relatórios da instituição, ainda não havia nenhuma estrutura para a acomodação dessa nova especialidade. Além disso, teriam que contratar novos professores e viabilizar com certa urgência o funcionamento do curso, como fica explícito no relatório do Diretor:

Dada a imperiosa necessidade de maior número de engenheiros para o país, fato que vem sendo objeto de preocupação dos meios industriais e dos poderes públicos, mantém a Escola o propósito de aumentar o número de vagas, para admissão de novos alunos, precisando, no entanto, de reforçar o seu corpo docente, e de maiores recursos para continuar o seu plano de obras e equipamentos¹⁰⁶.

Observamos ainda que desde o momento de criação da Escola, uma das justificativas para a obtenção de mais verbas, como fica claro no relatório por nós grifado, se dava pela alegação da importância e a função que a Politécnica teria diante do processo de desenvolvimento econômico que estava chegando à região.

Todavia, com a criação desse novo curso, a Escola Politécnica começaria a ampliar seu leque de interlocuções, pois se antes, com o curso de Engenharia Civil, a Politécnica recebera uma forte influência da Escola de Engenharia de Pernambuco, agora a maior e mais nova interlocução era estabelecida com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), como podemos ver na fala do segundo diretor dessa instituição:

Um professor oriundo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, indicado pelo professor Ernesto de Oliveira, José Rezende de Oliveira Neto, engenheiro eletricitista formado nesse mesmo instituto, que veio ensinar física em Campina Grande. Aí quando fui criar o curso de Engenharia Elétrica, quem me deu todo o suporte para criar o currículo foi o mesmo. [...] Nós passamos a ter o ITA como um ponto de referência, apesar do pessoal hoje da engenharia em Campina Grande ter outras referências também,

¹⁰⁶ Relatório Anual do Diretor referente ao ano de 1963, p. 04.

inclusive no exterior, muita colaboração com o Canadá, Inglaterra, Alemanha, França, etc. Na minha época o ponto de apoio foi este instituto, pois levas de professores formados nesse instituto vieram para Campina Grande lecionar na Escola Politécnica. (ALBUQUERQUE, 2004, p.87).

Segundo o depoimento de Lynaldo Cavalcanti, a Escola Politécnica deixava de ter como sua principal interlocutória a Escola de Engenharia de Pernambuco, que foi uma importante precursora no ensino das engenharias no Nordeste brasileiro. A partir de então a Politécnica passou a estreitar o relacionamento com um dos melhores institutos de engenharia do Brasil, tendo o curso de Engenharia Elétrica tomado como modelo o currículo do ITA, com as seguintes disciplinas:

Disciplinas	Professores
Termodinâmica	Carlos Humberto de Barros Machados
Mecânica Aplicada às Máquinas	José Cavalcante de Figueiredo
Máquinas Hidráulicas	José Cavalcante de Figueiredo
Máquinas Térmicas	Carlos Humberto de Barros Machado
Mecânica dos Fluidos	Hamilton Freire de Carvalho e Mack Gilkeson
Eletrotécnica Aplicada	Joost van Damme
Circuitos Elétricos e Eletromagnetismo	Joost van Damme
Materiais Elétricos	Pujucan de Menezes Cavalcanti
Máquinas Elétricas I	Carlos Prestes Maurício de Oliveira
Máquinas Elétricas II	Walter Batista Oertli
Princípios de Controle e Servomecanismo	Hermano de Medeiros Ferreira Tavares
Geração e Transmissão de Energia Elétrica	Felício Limeira de França
Distribuição de Energia Elétrica	Felício Limeira de França
Eletrônica Industrial	Antônio Faustino Cavalcanti Neto

Medidas Elétricas	Pujucan de Meneses Cavalcanti
Princípios de Comunicações	João Lizardo Rodrigues

Tabela 09 - Relação das disciplinas e professores do curso de Engenharia Elétrica

De acordo com a grade curricular dedicada ao curso de Engenharia Elétrica, podemos observar que diferentemente dos primeiros anos do curso de Engenharia Civil, onde um professor ministrava apenas uma disciplina, nessa outra especialidade passou a ser comum o mesmo professor ministrar duas disciplinas ao mesmo tempo. Isso se dava pelo fato desses novos professores, que na sua grande maioria vinham do ITA para ministrar uma disciplina, ao lecionarem mais uma disciplina teriam um acréscimo de 60% no seu salário pago pela COSUPI. Esta foi uma estratégia utilizada por Lynaldo Cavalcanti para atrair os recém graduados desse instituto.

Outra característica do curso de Engenharia Elétrica era o fato da grande parte de seus professores serem egressos do ITA, enquanto os professores do curso de Engenharia Civil eram da Escola de Engenharia de Pernambuco. Os primeiros dedicaram-se em tempo integral à Escola Politécnica, o que possivelmente possibilitou que um curso bem mais recente, com sete anos de existência, tivesse uma pós-graduação: o mestrado em Engenharia Elétrica.

Todavia, o curso de Engenharia Elétrica já começaria tendo uma procura muito alta, pois no seu primeiro vestibular¹⁰⁷ se equiparava ao consolidado curso de Engenharia Civil, uma vez que, dos 103 candidatos inscritos para as duas especialidades, para essa última 59 disputaram as quarenta vagas, 44 inscrições, tendo 16 aprovados para as 20 vagas disponíveis.

No entanto, apesar dos dois cursos que passavam a existir na Escola contarem com uma grande procura por parte dos alunos, o que também indicava a consolidação dessa instituição de ensino, essas mudanças deram-se de forma rápida, onde se mudaria todo o percurso de uma hora para a outra. Depois do

¹⁰⁷ Relatório Anual referente ao ano de 1963, p. 04.

vice-diretor em exercício ter assumido a Escola, certamente iriam ser explicitadas algumas divergências entre os professores e diretor, divergências que por sinal já antecediam esse momento.

Apesar de aparentemente a Escola Politécnica, tanto nos jornais como em alguns depoimentos, ser mostrada como uma instituição sem conflito, onde todos se entendiam, ao adentrarmos nela devemos estar atentos para perceber os diversos conflitos pessoais presentes em seus ambientes, buscando identificar a partir de que elementos se constituíram os espaços necessários para o estabelecimento do ensino de engenharia. Isso pode ser percebido na escolha de Lynaldo Cavalcanti para vice-diretor, pois de acordo com o próprio Lynaldo, Zezé Marques seria o candidato natural para assumir a Escola, possivelmente por ser um dos professores fundadores e também pela facilidade que tramitava nas várias esferas de governos, o que facilitaria a obtenção de apoios para a Escola, bem como a legitimidade que tinha entre os professores.

Entretanto, Antônio da Silva Morais, que já sabia com antecedência que iria se afastar da Escola, resolveu indicar Lynaldo Cavalcanti em detrimento de Zezé Marques. Essa opção de Morais poderia também ter sido motivada por acreditar que ao chegar ao poder, Zezé Marques poderia vir a ser um adversário mais perigoso, pois tinha um grande respaldo junto aos professores e Lynaldo ainda era novato e não tinha tanta legitimidade. E se caso resolvesse voltar ao poder, o segundo seria mais fácil de vencer.

Todavia, após ter assumido de fato a diretoria da Escola, a primeira ação de Lynaldo à frente da Politécnica foi criar o curso de Engenharia Elétrica, assim como a criação de um curso de especialização em Barragens de Terra. Trouxe também para ensinar na Escola, Átila de Almeida, que apesar de ser paraibano, e ter vindo do ITA, tinha se indisposto com alguns professores fundadores e sido demitido sumariamente.

Depois dos quatro meses seria realizada a eleição definitiva para escolher quem seria o diretor da Escola Politécnica e o nome de Lynaldo figurava entre os três nomes da lista que seria votada pela congregação e que posteriormente deveria ser enviada ao Ministério da Educação onde um dos três nomes, não

importando a ordem da votação, seria nomeado pelo Presidente da República, como o diretor.

Na calada da noite Antônio Morais voltou de João Pessoa, porque ainda estava ligado oficialmente a Escola Politécnica, e liderou um movimento para me afastar da lista tríplice. O resultado da votação ficou organizado da seguinte forma: Austro da França Costa em primeiro, seguido dos nomes de Idelfonso e Gióia. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 03).

Deduzimos que Morais se sentiu ofendido com as atitudes do diretor em exercício, pois caso contrário, não teria feito esse movimento de excluir o nome de Lynaldo Cavalcanti da lista tríplice. Apesar de Lynaldo relatar que o motivo da retirada de seu nome devia-se ao fato de ter trazido de volta para lecionar na Escola o professor Átila Almeida, acreditamos que existiram outros fatores que estavam por trás de tal atitude, como a mudança do projeto pedagógico que a Escola passava a presenciar com a implementação de um novo curso e a intensificação da vinda de professores de fora, contratados em regime de tempo integral. O fato é que após esse episódio, Antônio da Silva Morais passaria mais de trinta anos sem vir a Campina Grande e conseqüentemente à Escola Politécnica.

Após essas disputas internas, acabou havendo um movimento de conciliação e Lynaldo entrou na lista no lugar de Gióia. Desta forma, a lista que foi mandada para o MEC, em abril de 1963, passaria a ser formada com os nomes dos seguintes professores: Austro França Costa, Idelfonso de Albuquerque Melo e Lynaldo Cavalcanti.

Apesar de superado os primeiros desentendimentos, no Ministério da Educação a questão não acabaria de forma tão simples, uma vez que, de acordo com Lynaldo Cavalcanti,

Criou-se um jogo muito forte, o reitor Mário Moacir apoiava Austro contra mim, mas havia também o apoio de Plínio Lemos que era ex-prefeito de Campina e ligado a família de Zé Américo e o apoio de Argemiro de Figueiredo senador eleito pelo PTB, e era uma pessoa muito influente no governo Jango. Então ficou esse jogo de empurra, uma vez que, faziam portaria com o nome de Austro,

rasgava, depois faziam com o nome de Lynaldo, rasgava novamente. A questão só acabou quando Argemiro de Figueiredo chegou ao presidente e disse: ou nomeia Lynaldo ou rompo. Fui nomeado em 17 de dezembro de 1963. Tentando pacificar a Escola Politécnica, convidei o Austro da França Costa para ser o vice-diretor, que era uma questão mais interna, e apesar do Austro não aceitar, ficou sensibilizado. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 04).

Estabelecida a paz nas relações pessoais da Escola, o novo diretor romperia rapidamente com a idéia de conduzir a Politécnica de forma moderada, introduzindo desde os primeiros dias à frente dessa instituição, uma gestão que foi marcada pela ousadia, dando um novo direcionamento. Se em 1963 criava o curso de Engenharia Elétrica, o diretor da escola, a partir de 1964, já trabalhava junto à reitoria no sentido de convencer a mesma da importância e a necessidade de se criar o mais rapidamente possível o curso de Engenharia Mecânica.

Mais um passo deseja dar esta Escola, em prol do desenvolvimento tecnológico desta cidade, do Estado e da Região e em última análise, do país. Já consolidado o curso de engenheiros eletricitas que iniciamos aqui em 1963, e que deverá produzir os primeiros graduandos nos próximos anos, voltamos agora nossas atenções para a especialização de engenheiros mecânicos. Pois, dia a dia cresce e se diversifica o nosso parque fabril aumentando com isso a demanda de técnicos especializados. A região Nordeste antes profundamente subdesenvolvida, se modifica a passos largos com a criação de uma infra-estrutura industrial que por sua vez é germinativa no sentido de uma espontânea proliferação de novos investimentos. Já sentimos superada a fase do engenheiro civil eclético que se dedicava exclusivamente a construções urbanas e de estradas de ferro ou se habilitava por improvisações, por vezes bem sucedidas, em técnicas diversas, eventualmente surgidas. Na posição de diretor de uma Escola de Engenharia, que aspira pelo nome e determinações dos que a constituem – docentes e discentes – a uma pluralidade de técnicas, somos sensíveis a tais solicitações do mercado como o somos à perspectiva próxima futura de uma demanda de técnicos ainda mais insaciáveis¹⁰⁸.

Ainda para dar mais consistência aos argumentos, Lynaldo Cavalcanti se reportava ao fato dessa Universidade da qual fazia parte a Politécnica estar

¹⁰⁸ Relatório do Diretor 1963 – 1970. p. 16-17.

integrada, por força de um convênio com a USAID¹⁰⁹, que tinha o plano de industrialização do Estado da Paraíba, consubstanciado no Projeto UNIPLAS do plano RITA-PB que se fixou de início nessa cidade para aqui implantarem as primeiras indústrias. Então, esse fator legitimaria os argumentos de Lynaldo Cavalcanti, principalmente aqueles no tocante a demanda de técnicos como também a importância de se antecipar a esses acontecimentos.

Como forma de reforçar ainda mais sua proposta, Lynaldo Cavalcanti alegaria outros argumentos, como poderemos ver abaixo:

Aproveitar com maior rendimento o atual corpo docente, instalações e pessoal administrativo da Escola, barateando com isso o custo do engenheiro por essa Escola graduado. Utilização da ajuda técnica norte-americana. Nesse particular, nos antecipamos, solicitando ao professor George E. Mann M. D. Diretor Técnico do projeto UNIPLAS, um plano de ajuda para a planejada criação do curso de engenheiros mecânicos nesta Escola, e tivemos dele a melhor receptividade, conforme evidencia o sumário por ele apresentado e a este anexo, dos trabalhos já feitos em cursos e programados, com aqueles objetivos. Seria o seguinte currículo do curso de Engenharia Mecânica que planejamos para essa Escola: 1º ano: o mesmo currículo do curso de Engenharia Civil; 2º ano: Idem; 3º as disciplinas de Eletrônica Geral (Idem Civil), Mecânica dos Fluidos (idem Civil e Eletricista); Mecânica Aplicada às Máquinas (idem Civil e Eletricista); Resistências de Materiais aplicado as Máquinas; Estatística Geral e Aplicada (idem Civil e Eletricista) Termodinâmica (idem Civil e Eletricista); Materiais de Construções Mecânica; 4º ano: Estabilidade de Construção (idem Civil); Elementos de Máquinas; Tecnologia Mecânica; Máquinas Hidráulicas e Máquinas Térmicas (idem Eletricista); Fundações de Máquinas; 5º ano: Organização das Indústrias (idem Civil); Economia e Finanças (idem Civil e Eletricista); Transmissão de Calor; Máquinas Operatrizes e de Transportes; Construções de Máquinas¹¹⁰.

Ao observarmos os argumentos do professor e diretor Lynaldo Cavalcanti, vemos que tentava, a todo custo, convencer o Conselho Universitário da importância e da necessidade que teria a cidade. A criação desse novo curso, não acarretaria grandes despesas para a Universidade, uma vez que, os dois primeiros anos seriam aproveitados por completo o currículo do curso de

¹⁰⁹ United States Agency for International Development.

¹¹⁰ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 17-18.

Engenharia Civil, sem falar que, nos anos restantes, muitas disciplinas coincidiam com os currículos tanto de Engenharia Civil como de Elétrica. Bem como deveria aproveitar ainda esse apoio do projeto RITA-PB e da USAID.

Apesar dessa proposta ter sido levada ao conhecimento da reitoria em 1964, a criação desse curso só se daria em 1966, com as respectivas disciplinas e professores, como podemos ver na tabela¹¹¹:

Disciplinas	Professores
Resistências de Materiais	Adalberto Machado Moita
Termodinâmica	William Cope
Máquinas Térmicas	William Cope
Cinemática e Dinâmica das Máquinas	Guilherme Kranert
Mecânica dos Flúidos	Hamilton Freire de Carvalho e Mack Gilkeson
Eletrotécnica Geral	Antônio Faustino Cavalcanti Neto
Máquinas Hidráulicas	Kerginaldo Costa Monteiro e Earl Logan Junior
Elementos de Máquinas	Halei Fagundes de Vasconcelos
Transferência de Calor	Antônio Maria Amazonas
Materiais de Construções Mecânicas	Odilon Mendonça
Controle de Qualidade e Produção	Regis Ribeiro Guimarães
Máquinas Operatrizes e Processos de Fabricação	José Calazans de Castro

Tabela 10 - Relação das disciplinas e professores do curso de Engenharia Mecânica

Com a criação do curso de Engenharia Elétrica, utilizou-se como modelo o currículo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Porém, para o curso de Engenharia Mecânica, a Escola passava a receber influência norte-americana, pois foi com a orientação dos professores do projeto RITA/PB que o novo curso passou a ser implantado. Além dessa colaboração inicial, esse projeto ainda propiciou aos professores dessa instituição a oportunidade de fazer pós-graduação em universidades americanas, o que aumentaria ainda mais essa influência, a exemplo do professor Adalberto Machado Moita.

Posteriormente a 1965 foi criado o chamado projeto RITA (Rural

¹¹¹ Relatório do Diretor de 1963-1970, p. 191-192.

Industry Technical Assistance), que nos Estados Unidos chamava-se Projeto – Brasil, porque era um convênio ligado a USEID, Luiz Almeida era chefe desse projeto aqui em Campina Grande, ele era meu amigo, daí me chamou para trabalhar no projeto RITA. No começo de 1966 nós fomos para os Estados Unidos pelo projeto fazer um Curso ligado à parte industrial. Além disso, o programa do projeto dava direito de fazer na universidade disciplinas de outros cursos de nosso interesse particular, então como no Brasil não tinha curso de mestrado na época, eu fiz nos Estados Unidos um curso em nível de mestrado, e minha bolsa durou até concluir, no começo de 1967 (MOITA, 2004, p.17).

Com a vinda desses professores dos Estados Unidos para auxiliar na condução do curso de Engenharia Mecânica, bem como os professores da Politécnica que passaram a fazer pós-graduação no exterior, e que ao terminar eram incorporados ao quadro docente dessa instituição, a preocupação por parte de seus dirigentes em expandir a oferta de novos cursos na Escola era recorrente, mas um crescimento que não perdesse de vista a qualidade e a eficiência, marcas de referência da Politécnica.

Assim como aconteceu com o curso de Engenharia Elétrica, o curso de Engenharia Mecânica passava também a ter uma grande procura por parte dos alunos, pois dos 392 alunos matriculados¹¹² na Escola Politécnica em 1968, 193 matricularam-se para o curso de Engenharia Civil, 106 para Engenharia Elétrica e 93 para o curso de Engenharia Mecânica.

O curso de Engenharia Mecânica, assim como os demais, além de ter um aumento do número de alunos matriculados a cada ano, passou a contar com uma significativa presença feminina, como podemos ver nos dados da tabela a seguir:

Cursos	Homem	Mulher	Total
Engenharia Civil	192	10	202
Engenharia Elétrica	117	07	124
Engenharia Mecânica	119	07	126

Tabela 11 - Número de alunos e alunas matriculados nos cursos de engenharia

Os dados indicam que a Escola Politécnica, através da criação de mais um curso, passando ao total de três especialidades, contava ainda com um corpo docente cada vez mais qualificado e um aumento de alunos matriculados nos respectivos cursos, fato que só atestava a sua consolidação. Foi a partir de então que se deram as principais conquistas na vida dessa Escola.

3.2- O Centro de Processamento de Dados

Como já relatado nos capítulos anteriores, a Escola Politécnica, através da atuação de seus diretores, procuravam implementar medidas no sentido de que a instituição viesse a ser reconhecida pelo seu espírito de criatividade, o que sempre possibilitou repercussões positivas para seus cursos, entre os quais Engenharia Civil, Elétrica e mais recentemente Mecânica. Mas a instalação, em 1968, de um computador IBM – 1130, o primeiro da Politécnica, como também o primeiro existente em uma Escola superior do Norte e Nordeste e um dos cinco primeiros do país, representaria uma atitude extremamente inovadora por parte de Lynaldo Cavalcanti, principalmente por não contar com o apoio da própria Universidade a qual pertencia.

A máquina era um computador como os demais que existiam na época, enorme, criado em 1965 para uso de engenheiros e cientistas, possibilitando também a realização de trabalhos acadêmicos, bem como a prestação de serviços para a comunidade. Esse computador era considerado de terceira geração, tinha 32K de memória principal e um sistema formado por uma unidade de disco de 512K de 16 bits, uma impressora de 120 linhas por minuto e um leitor de cartões com velocidade de 600 cartões por minuto. O IBM 1130 tinha a capacidade de uma simples máquina de calcular, mas, para a época, tornava-se algo extremamente inovador¹¹³.

¹¹³ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 112.



Fig. 07- Centro de Processamento de Dados

Entretanto, apesar da aquisição trazer pontos positivos para a Escola, muitos obstáculos tiveram que ser ultrapassados, como a resistência do próprio reitor, Guilaro Martins, em não querer que esse computador fosse instalado na Politécnica. A intenção dele, segundo Lynaldo Cavalcanti, era que fosse instalado na Capital do Estado, onde estava sediada a Universidade Federal da Paraíba, instituição a qual a Politécnica estava incorporada.

Dessa forma, torna-se inevitável a pergunta. Como foi possível a aquisição desse computador se a Escola não contava com ajudas institucionais? De onde vieram os recursos? Tomando como referência tanto os depoimentos de ex-professores quanto às matérias jornalísticas publicadas no *Diário da Borborema*, a solução encontrada para a aquisição do Centro de Processamento de dados (CPD), deu-se a partir da criação, em 1967, da Associação Técnico-Científica

Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL)¹¹⁴. Segundo Stênio Lopes, a ATECEL tinha como principal função “permitir que as coisas que não podiam ser realizadas via instituição fossem executadas, sendo ainda através da ATECEL que se conseguiu comprar o computador”. (LOPES, 2004 p. 14).

Ainda sobre a importância da ATECEL, um dos professores e também dirigente da Escola, Zezé Marques, nos informa que.

[Ela] surgiu na Universidade, na Politécnica, para que os recursos fossem aplicados com maior rapidez, e o mais barato possível. Para isso foi criado esse órgão, que fazia as obras, [e as] executavam [...] e, ainda hoje, faz esse serviço. O que é de ruim, “carne de pescoço”, a Escola mandava para a ATECEL. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 26).

Corroborando com Zezé Marques, Lynaldo Cavalcanti nos informa ainda que a aquisição desse computador só foi possível com as ajudas vindas da ATECEL e da comunidade campinense, que possibilitaram gerar os recursos necessários para a compra do IBM 1130, uma vez que, a Escola não contou com nenhum recurso da Universidade Federal da Paraíba.

Nós fizemos um movimento entre os ex-alunos, nesse tempo já tínhamos umas 8 turmas de ex-alunos. Eram turmas pequenas, mas tinha muita gente que era ligada a Escola [...] e cada um doou [...] [C215] 200 cruzeiros e fizemos uma rifa de um [carro] Volkswagen, uma rifa de um boi¹¹⁵ [...] para gerar recursos para [pagar] as despesas da instalação [do IBM 1130], para fazer um piso de madeira, piso falso para esconder as instalações, reforçar a instalação elétrica [...]. (ALBUQUERQUE, 2004, p.15).

Com a compra do IBM 1130, o *Diário da Borborema* passou a apresentar o desfecho de todo o processo que levou a aquisição desse moderno equipamento

¹¹⁴ Relatório do Diretor referente aos anos de 1963 a 1970, p. 167. De acordo com informações presentes nesse relatório, a ATECEL, era uma entidade sem fins lucrativos, instituída por professores e alunos da Escola Politécnica. O nome é uma homenagem a um dos grandes bem feitos dessa Escola, quando presidente da COSUPI, e um dos mais esclarecidos especialistas brasileiros no ensino da tecnologia.

¹¹⁵ Segundo Stênio Lopes, “Esaú Catão criava gado holandês de primeira qualidade e fornecia leite para a cidade. [Ele] ofereceu um reprodutor holandês novinho, importado diretamente da Holanda, que tornou-se o primeiro objeto do sorteio”.

e enfatizava também que os órgãos públicos e empresas iriam utilizar os serviços do Centro de Processamento de Dados. Essa era uma forma também de estimular que outras empresas passassem a aderir os serviços que a Escola, através do CPD, passaria a prestar à comunidade.

Ajuda decisiva de JA ao computador da Politécnica

Como é do conhecimento público, os professores da Escola Politécnica de Campina Grande sempre procurando melhorar e aperfeiçoar as condições técnicas para a formação mais apurada de seus alunos, criaram há alguns meses atrás, a Associação técnico-científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL), com a finalidade de promover pesquisas nos campos da Hidráulica, Mecânica, Eletrônica e em outros setores da engenharia para a realização de suas finalidades, a ATECEL criou e irá manter um Centro de Processamento de Dados que disporá de um computador eletrônico IBM – 1130, já encomendado e que será instalado ainda este mês em dependência da Escola Politécnica cedida para esta finalidade. O uso do computador IBM 1130, além dos serviços que prestará as empresas públicas e privadas de Campina Grande e do estado da Paraíba, possibilitará melhor formação dos alunos dos cursos de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, possibilitando a referida Escola ficar em dia com os avanços da ciência e tecnologia. As demais Escolas Superiores de Campina Grande terão pleno acesso ao computador para trabalhos didáticos e de pesquisa sem nenhum ônus. RECURSOS NECESSÁRIOS: Através de recursos obtidos de professores, ex-alunos e alunos da Escola e contando com a colaboração de diversas entidades e empresas da cidade já foram pagos à IBM do Brasil 15 mil cruzeiros novos, restando o pagamento de 2 mil cruzeiros que continuam sendo carreados na comunidade e no estado. A forma escolhida para assegurar a instalação do computador foi a do aluguel, devido ao alto custo do equipamento e a possibilidade de renovação do mesmo, quando surgirem novas gerações de computadores. O computador será utilizado pela SANESA, SAELPA, Prefeitura Municipal de Campina Grande, TELINGRA, etc, de modo a garantir a sua manutenção. O equipamento de ar condicionado foi doado pela conceituada firma de Engenharia ASTEP S.A de Pernambuco, autora dos projetos geotécnicos da BR-230 e Anel do Brejo. APOIO DO GOVERNO: O governador João Agripino recebeu em audiência especial no Palácio da Redenção, ontem, pela manhã, uma comissão de professores integrada por Lynaldo Cavalcanti, José Geraldo de Araújo, Luiz José de Almeida, Regis Ribeiro Guimarães e Walter de Lázaro e o presidente do Diretório Acadêmico da Politécnica, estudante Evaldo Antonio Miranda de

Souza, acompanhados dos secretários de estado Juarez Faria e José Marques de Almeida Júnior. Na oportunidade, o Chefe do Executivo paraibano garantiu uma ajuda substancial, através do pagamento de 50% do aluguel, durante um período de carência, de pelo menos seis meses, num total geral de cerca de 20 mil cruzeiros novos. A decisão do governador João Agripino demonstrou a sua confiança na iniciativa dos professores da Politécnica, constituindo-se um grande impulso para concretização do objetivo da ATECEL¹¹⁶.



Fig. 08 - Instalação do IBM 1130

Ao mesmo tempo em que estimulava, mesmo que implicitamente, a vinda de outras empresas a contratar os serviços desse computador, o *Diário* aproveitava também para equiparar a Escola Politécnica aos grandes centros de engenharia do Brasil e do mundo, pois a aquisição do IBM 1130 era mais uma demonstração de excelência no ensino aqui ministrado.

¹¹⁶ Matéria publicada pelo *Diário da Borborema* em 04 de julho de 1968.

Campina na era da automação

A inauguração do primeiro computador a ser utilizado para o processamento de dados em Campina Grande ocorreu ontem (sábado) na Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, por iniciativa da Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz Oliveira Júnior, de que é presidente o engenheiro Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, diretor daquela Escola. A solenidade contou com o comparecimento de autoridades e convidados especiais, constituindo-se um acontecimento de alto relevo na vida cultural paraibana pelo significado intrínseco do conteúdo que revestia, através do qual Campina Grande desde então passou a incorporar diretamente ao seu processo de desenvolvimento a mais avançada das conquistas da ciência e da tecnologia contemporâneas. Com a inauguração do computador IBM-1130 na Escola Politécnica cuja programação de trabalho alcançará várias empresas privadas e públicas, além do treinamento de alunos dos cursos de engenharia daquela unidade de ensino e pesquisa, a nossa cidade revela-se mais uma vez pioneira no Nordeste brasileiro colocando-se em pé de igualdade com Fortaleza, Salvador e Recife e outros grandes núcleos urbanos do Brasil que já utilizam computadores, em suas atividades científico-tecnológicas e econômicas. O crescente intercâmbio de informações; professores e alunos, entre a Escola Politécnica de Campina Grande e o ITA, um dos mais adiantados centros de pesquisas e estudos do Brasil e do mundo assim como entre a escola campinense e universidades da Europa e entidades internacionais interessadas em projetos nos campos científicos e de tecnologia, eis o que principalmente explica a inauguração de ontem, atraindo sobre a nossa cidade as atenções do mundo cultural brasileiro e de outros países. Na opinião praticamente unânime dos que a conhecem em sua atual fase de expansão, formando quadros técnicos de alto nível, não ser dos melhores de que se pode orgulhar o ensino superior do Nordeste, mas de todo o país a Escola Politécnica de Campina Grande enfileira-se, hoje entre as quatro ou cinco escolas de engenharia de maior renome do Brasil, graças à seriedade do trabalho que realiza e aos elevados objetivos que presidem a orientação de seus currículos. A Politécnica desmentiu todo o pessimismo fundado na desconfiança de que, fora dos centros urbanos tradicionais do litoral, representados pelas capitais políticas dos estados, não era possível o ensino superior em alto nível e capaz de amplo reconhecimento pelas elites, culturais do país e do estrangeiro. Na verdade, o antigo tabu achou-se internamente superado e o ensino superior terioriza-se cada vez mais, sem a mínima perda de suas existências, criar condições novas ao desenvolvimento econômico social do país. Uma das quatro únicas cidades do Nordeste a atingir até agora, de todo direito e planejado, a era da automação, Campina Grande orgulha-se de sua escola de engenharia, de seus dirigentes,

professores e alunos que tornaram possível à inauguração do computador IBM-1130, ontem efetiva¹¹⁷.

Como podemos observar nas duas notícias publicadas pelo *Diário da Borborema*, sobre a compra e instalação do IBM 1130, além de enfatizar o fato de Campina Grande entrar na era da automação, ou seja, dar mais um passo importante no desenvolvimento da ciência e da técnica, era preciso ainda tornar ágil o pagamento dessa máquina, sendo necessário começar o mais rápido possível a prestação de serviços para as empresas, pois no ano da instalação a Escola já colaborava com,

Preenchimento dos guias de reconhecimento dos impostos prediais e territoriais urbanos para a prefeitura municipal de Campina Grande; Implantação dos serviços de faturamento do Saneamento da Capital (SANECAP S/A); implantação da mecanização da folha de pagamento do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, levantamento do imposto sobre circulação de mercadorias do exercício fiscal de 1967 para o Estado da Paraíba, tabela de contribuição sindical, para a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; levantamento da mão de obra ociosa do bairro de José Pinheiro para a Faculdade de Serviços Sociais¹¹⁸.

Se no primeiro ano de instalação do Centro de Processamento de Dados já existia uma grande procura por esses serviços, em 1969 outras empresas também passaram a serem atendidas, a exemplo da CELB, que pedia a implantação de faturamento, bem como a SANESA, TELINGRA, SANECAP, implantação da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande, dentre outros¹¹⁹. Assim, apesar das receitas obtidas com a prestação desses serviços serem de fundamental importância para o pagamento das parcelas daquele computador, a Escola não se restringiria apenas a estes serviços, pois o principal objetivo que norteou a sua compra foi a utilização do mesmo para fins didáticos, que auxiliassem os professores e alunos na relação ensino-aprendizagem.

¹¹⁷ Matéria publicada pelo Diário da Borborema em 18 de agosto de 1968.

¹¹⁸ Relatório do Diretor de 1963 a 1970, p. 169.

¹¹⁹ Relatório do Diretor de 1963 a 1970, p. 108.

Ainda nos referindo ao primeiro ano de instalação do IBM 1130, além dos serviços prestados às empresas e órgãos públicos, foram ministrados em 1968¹²⁰ quatro cursos de linguagem FORTRAN para os alunos dessa instituição, ministrados pelos professores Marcelo Ferraz da IBM e Mário T. Hattori, da Escola Politécnica. Aproveitou-se ainda a disciplina de Cálculo Numérico, onde foi introduzida a linguagem FORTRAN, com aproveitamento regular pelos alunos. Foram também pedidos aos alunos três trabalhos obrigatórios, com utilização do computador.

No intuito de avançar seu nível de ensino, a Escola Politécnica passou a utilizar esse computador cada vez mais para fins didáticos, a exemplo de algumas disciplinas como Topografia e Estradas, do curso de Engenharia Civil, que tiveram suas aulas ministradas através do seu uso direto. Ainda, em 1970, seriam ministrados três cursos que primavam pela utilização do IBM 1130, no sentido de dar aos alunos uma formação mais completa.

Princípio de computação sem utilização de nenhuma linguagem específica, ou seja, um primeiro curso em computadores para estudantes de Ciências Tecnológicas (Matemática, Engenharia, Física); análises numérica para computador com FORTRAN IV, dando ênfase em tópicos especiais como sistema de equações e matrizes, equações diferenciais e interpolações; Computadores em Engenharia com FORTRAN IV, onde se objetiva fornecer ao engenheiro as informações básicas a fim de utilizarem o computador como ferramenta de sua profissão¹²¹.

Concomitante à prestação de serviços tanto na parte acadêmico-científica quanto na realização de trabalhos de interesses locais e estaduais, para atender a essa demanda crescente de novos serviços, seria necessário fazer manutenções periódicas e providenciar a aquisição de novos equipamentos para a Escola através de seus laboratórios e do Centro de Processamento de Dados. Para isso, uma das soluções encontradas seria recorrer às ajudas de órgãos governamentais, a exemplo de 1968, quando a CAPES numa dessas ocasiões

¹²⁰ Relatório do Diretor de 1963 a 1970, p. 169.

¹²¹ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 108.

doaria uma classificadora IBM – 83, e uma perfuradora de cartões, a IBM – 29. O CNPq ainda auxiliou a Escola com uma quantia e,

Com os 90.000,00 NCr\$ foram adquiridos uma leitora IBM – 1442 e uma impressora IBM – 1132; 25.000,00 NCr\$ para um aparelho para análise e térmica diferencial; com 32.000,00 NCr\$, complementando os 18.000,00 NCr\$ já recebidos anteriormente – foi feita a importação de uma máquina dingo, prensa universal de ensaios, marca LOSENHASENWERK¹²².

Com essas ajudas e com o dinheiro que era obtido com a prestação de vários serviços a órgãos públicos e empresas privadas, o Centro de Processamento de Dados vinha aumentando seu patrimônio material além de cumprir um dos objetivos almejados por Lynaldo Cavalcanti: que era o de estreitar a relação entre a Escola Politécnica e as empresas, dando funcionalidade ao conhecimento que estava sendo produzido nessa Escola.

Durante esse tempo percebemos ainda, que uma das preocupações dos professores que geriam o Centro de Processamento de Dados, bem como seu diretor, era a de permitir que a linguagem do computador fosse adequada para auxiliar no ensino das disciplinas da graduação e para isso, foram realizados alguns cursos com esse objetivo, a exemplo de:

LINGUAGEM FORTRAN E CÁLCULOS NUMÉRICOS: algarismo e computadores, fluxograma e linguagem FORTRAN, algarismos significativos, raízes de equações, integração numérica, sistemas lineares; ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES: introdução à organização em bloco dos computadores, descrição de micro-operações, operações aritméticas, simulação de operações aritméticas, ligação hardware-software, linguagem de máquina, projeto de um simulador; ESTRUTURA DE DADOS: listas lineares filas e pilhas, alocação seqüencial de memória, alocação em link, listas circulares, tabelas e listas ortogonais árvores, métodos de percorrer árvores [...]. INTRODUÇÃO À ALGEBRA DE BOOLE: introdução aos sistemas matemáticos discretos, álgebra, álgebra de boole, funções de boole, mapas de Karnaugh e teoria de Mc Cluskey [...]; PROCESSAMENTO DE DADOS: organizações de cartões perfurados, manipulação de caracteres em FORTRAN, planejamento e organização de serviços, documentação operação de arquivos [...]¹²³.

¹²² Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 104.

¹²³ Livro de Ofícios Expedidos de 1973 da Escola Politécnica, p.142.

Além dos cursos de computação oferecidos para os alunos dos cursos de engenharia da Escola Politécnica e dos trabalhos prestados para empresas, o Centro de Processamento de Dados ainda desenvolvia projetos que eram solicitados e financiados na maioria das vezes pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), como a “Implementação de Algoritmos de Otimização”, “Sistema de Informações Administrativas”, solicitados pela CAGEPA, seguindo-se a “Desenvolvimento de Modelos para Cálculos Estruturais”, para o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), “Desenvolvimento de um Sistema Unificado de Controle de Clientes e Duplicatas”, esta solicitada e financiada pelas empresas WALLING e CANDE¹²⁴.

3.3 - Convênios e cooperação estrangeira

O período em que Lynaldo Cavalcanti esteve à frente da Escola Politécnica, foi caracterizado por um aumento expressivo do número de convênios e projetos de cooperação técnico-científica, que foram firmados entre essa instituição e várias universidades brasileiras e do exterior.

Com a chegada de professores e técnicos estrangeiros vinculados aos referidos convênios, era sinalizado um esforço por parte dessa diretoria, de suprir a falta de pessoas qualificadas, principalmente nos aspectos relacionados à implantação de uma futura pós-graduação, um dos desejos desse diretor. Pois, de acordo com Lynaldo Cavalcanti, entre os principais motivos que levaram a Escola a buscar esses profissionais,

Havia todo um esforço no sentido de fazer da Politécnica uma Escola de Engenharia que, embora situada no interior da Paraíba, no Nordeste, em condições bastante adversas, pudesse se transformar num centro que realmente realizasse e chegasse até o programa de pós-graduação [...]. E uma das formas que nós encontramos, para melhorar o seu nível e chegar à pesquisa e a pós-graduação foi a formação de recursos humanos, tentando

¹²⁴ Livro de Ofícios Expedidos de 1973 da Escola Politécnica, p.194.

enviar professores para curso no país e no exterior, de forma bastante intensiva, mesmo com as dificuldades da época, tentar também, obter as facilidades de intercâmbio internacional e da cooperação técnica. (ALBUQUERQUE, Apud PEREIRA. 1985, p. 88).

Ainda de acordo com Lynaldo Cavalcanti, enquanto diretor da Politécnica, essas ações implementadas por ele possibilitariam ainda que a Escola fosse a primeira instituição de ensino superior em toda uma região a dar início a esse nível de ensino.

A implantação do programa de Pós-graduação na Escola Politécnica representou a mais importante conquista de sua existência, formando-se o primeiro Centro de Pós-Graduação em Engenharia, de toda a região Norte e Nordeste do Brasil. (ALBUQUERQUE *apud* PEREIRA. 1985. p. 88-89).

Ao referendar-se a mais importante conquista dessa instituição, mesmo não estando explícito em seu depoimento, Lynaldo está se referindo também ao fato de que a Politécnica, com a implantação do programa em nível de mestrado, teria sido credenciada pelo Conselho Nacional de Pesquisa em 28 de setembro de 1970, em um centro de excelência no ensino das engenharias.

No entanto, para que fosse concretizado o anseio desse diretor, muitos contatos tiveram que ser estabelecidos com as mais diversas instituições, sejam essas nacionais ou internacionais, pois, se contasse apenas com as verbas direcionadas a essa Escola, ou com a ajuda da reitoria, na pessoa do reitor Guilardo Martins, Lynaldo dificilmente teria chegado a essa conquista. Entre as ajudas recebidas podemos enumerar:

Contrato firmado com o BNDE para substancial ajuda financeira ao programa, recebemos também apoio da CAPES, ELETROBRÁS, CHESF e COEBE, e colaboração docente do ITA e COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Igualmente, tem sido de fundamental importância para essa iniciativa, o apoio da Universidade de Toulouse - França e da Universidade de Waterloo - Canadá, além da ajuda de governos estrangeiros, através da Cooperação Técnica Francesa, CESO do Brasil,

Após ser criado o mestrado de Engenharia Elétrica que tinha como área de concentração Sistemas de Potências e Telecomunicações¹²⁶, o próximo passo seria esperar a consolidação desse programa para depois pensar em criar um outro, coisa que não aconteceu. Em um curto período, era criado em 1972, o Mestrado em Engenharia Civil, tendo como área de concentração: Geotecnia - Transportes e Recursos Hídricos¹²⁷.

Desta forma, compreendemos que a implantação de dois programas de pós-graduação passava a exigir dessa Escola um corpo docente mais qualificado, como também aumentaria a demanda por novos e melhores laboratórios. Essas exigências só tiveram possibilidade de ser atendidas com a celebração de várias cooperações técnico-científicas, principalmente aquelas que se deram com países estrangeiros. Mas qual seria a contribuição de cada uma delas no tocante ao ensino na Escola Politécnica?

Todavia, a primeira experiência de cooperação internacional na Escola Politécnica se deu com a implantação do projeto RITA, na Paraíba. Além de contar com a colaboração dessa Escola, também fazia parte do projeto o governo do Estado da Paraíba e a SUDENE. Esse projeto possibilitou que em períodos de férias os professores de universidades do Oeste americano viessem trabalhar no Nordeste, no sentido de estudar ações que visavam promover o desenvolvimento industrial dessa região. Possibilitaria ainda que os professores da Politécnica fossem fazer especialização nos Estados Unidos, como abordamos anteriormente.

Ainda, graças ao Projeto RITA/PB, em 1966, ano da implantação do curso de Engenharia Mecânica, alguns professores americanos vieram lecionar na Escola, associados em sua grande maioria aos professores brasileiros, a exemplo de:

¹²⁵ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 02.

¹²⁶ Para uma melhor observação da grade curricular do Mestrado em Engenharia Elétrica ver o livro: Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba: Ofícios Expedidos de 1973, p. 403-407.

¹²⁷ Para uma melhor observação da grade curricular do Mestrado em Engenharia Civil ver o livro: Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba: Ofícios Expedidos de 1973. p. 408-412.

George E. Mann, professor de Engenharia Mecânica no Califórnia State – College at Los Angeles. 1965/1966 lecionado ao lado do professor Antônio Ildfonso de A. Melo, a disciplina de Termodinâmica; Mack M. Gilkeson Ph. D. Chemical Engineering Harvey Mudd College, Claremont Califórnia, lecionou Mecânica dos Fluidos, associado com o engenheiro Hamilton Ferreira; William Cope professor de Engenharia Mecânica do Califórnia State Colleg at Los Angeles, lecionou Máquinas Térmicas, associado ao Engenheiro Célio Valle¹²⁸.

Nos anos sessenta, Lynaldo Cavalcanti, já objetivando implantar a pós-graduação, iniciava os contatos com o governo da França, na tentativa de estabelecer uma cooperação técnico-científica na área de Engenharia Elétrica, tendo como referência a Universidade de Toulouse.

Depois da implantação da pós-graduação, entre as principais dificuldades encontradas estava a falta de professores especializados para ministrar as disciplinas do programa. Para tal situação, uma das soluções encontradas foi recorrer a essa e outras cooperações, visando em um curto período suprir essa carência da Escola.

Prosseguiu com muito proveito para a Escola à participação de professores visitantes através da Cooperação Técnica Francesa. Para substituir os professores Alain de Cacqueray e Michel Josué, que regressaram à França, recebemos os professores Claude Allasia e Bernard Gerardin. Posteriormente, dentro ainda da Cooperação com a Universidade de Toulouse, recebemos o engenheiro Jacques Pouplard, para cooperar no Departamento de Engenharia Civil, na área de Hidráulica¹²⁹.

Como podemos perceber, de acordo com informações presentes nesse relatório, a cooperação francesa apresentou como um dos pontos mais positivos a participação na formação do corpo docente dos primeiros anos dos programas de mestrados da Escola. Enquanto os professores franceses ministravam aulas no mestrado, assim também o faziam na graduação. Essa cooperação permitia que

¹²⁸ Relatório do Diretor referente de 1963 - 1970, p. 64.

¹²⁹ Relatório do Diretor de 1963 - 1970, p. 05.

professores da Escola Politécnica fossem enviados para fazer uma pós-graduação em universidades desse país, a exemplo dos professores,

Evandro Emílio Mariano da Rocha de Sousa Lima e Edson Roberto Cabral da Silva, continuam em 1970, seus cursos de pós-graduação, em Toulouse-França, visando à obtenção do grau de Docteur-Ingenier. O professor Evandro já se encontra com sua tese sendo desenvolvida, devendo regressar até junho de 1971. O professor Edson Roberto, já iniciou sua tese devendo retornar no início de 1972¹³⁰.

Além da atuação da cooperação francesa, principalmente no tocante aos aspectos relacionados ao melhoramento do quadro docente, outra cooperação que teve um papel significativo foi a estabelecida com o governo canadense. Nesta ocasião, estava sendo representado pela Universidade de Waterloo, envolvendo um grande montante de recursos financeiros para serem gastos com formação do pessoal e aquisição de equipamentos, tão necessários para as atividades pedagógicas da Escola Politécnica.

Essa cooperação foi de grande porte e bastante significativa, principalmente no aspecto da formação de professores da Escola Politécnica em universidades canadenses, pois de acordo com Pereira, "só na área de Engenharia Elétrica, foram enviados 10 docentes. Do mesmo modo, 14 cooperantes atuaram no curso de Engenharia Elétrica". (1985, p. 93). Esse convênio possibilitou ainda a aquisição de um grande número de equipamentos para os laboratórios dessa instituição, bem como um diversificado material bibliográfico, presente na biblioteca ainda hoje.

A cooperação inglesa também foi de grande proveito para a Escola Politécnica, uma vez que possibilitou um relacionamento com a universidade de Kent, onde professores da Politécnica foram se especializar na Inglaterra.

No entanto, apesar da importância da especialização do corpo docente, o ponto mais positivo dessa cooperação foi a doação de equipamento de alta tensão, pois de acordo com Pereira, "foi a pedra fundamental para a implantação

¹³⁰ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 16.

do laboratório de alta tensão [...], considerado na época um dos mais versáteis do Brasil, nessa área” (PEREIRA, 1985, p. 91).

Essa cooperação ainda teria doado um grande número de equipamentos também para outro importante Laboratório dessa instituição, a exemplo do Laboratório de Solos.

Ainda, de acordo com informações contidas nos relatórios dessa instituição, podemos perceber que essas cooperações internacionais eram frutos de uma política imprimida por Lynaldo Cavalcanti, que viajava anualmente para vários países da Europa e da América do Norte, buscando encontrar cada vez mais apoio externo para esse projeto. A cada ano as ajudas tornavam-se mais presentes, de modo que em 1973, entre as principais colaborações técnicas que a Escola recebia, estavam:

Conselho britânico, Agência dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA), Canadian International Development Agency (CIDA), do Canadá, Cooperação japonesa (O. T. C. A), francesa, holandesa, Cusoswash (Universidades de UTHA, Colorado e Califórnia), dos Estados Unidos, da alemã¹³¹.

Dentre os aspectos positivos dessas cooperações técnicas estrangeiras podemos enumerar três fatores preponderantes: a grande alocação de recursos financeiros; a aquisição de equipamentos para os laboratórios e material bibliográfico, e a qualificação dos professores. Foi graças a essas cooperações que a Escola chegou a obter em pouco tempo duas pós-graduações.

No entanto, apesar dessas cooperações terem sido importantíssimas para a construção de um ensino de excelência, nas várias especificidades dos cursos de engenharia, a Politécnica não se restringia apenas a essas, pois, concomitantes a essas cooperações, estabeleceu também uma série de relações com várias instituições nacionais.

Eram convênios que se davam cada vez mais no intuito de ampliar os horizontes da Politécnica, principalmente no período em que Lynaldo Cavalcanti era diretor, pois durante esse período foram estabelecidos diversos convênios

¹³¹ Livro de Offícios Expedidos da Escola Politécnica referente ao ano letivo de 1973. P. 123.

com instituições nacionais. Entre estes convênios, os mais importantes eram os tinham o objetivo de melhorar o quadro docente dessa instituição, como foi o caso da parceria com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que em 1969, possibilitou a vinda dos professores Paulo Vitória Caetano Lobo e Rodolfo Vilhena de Moraes, que ministraram cursos de especialização para professores e alunos. Esse instituto também forneceu doações para o Laboratório de Física¹³² da Escola Politécnica.

Também foram selados convênios com outras instituições renomadas, a exemplo do intercâmbio técnico-científico entre a Escola Politécnica e a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo e com a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, que nessa ocasião, ajudou a Politécnica na preparação do programa de pós-graduação de Engenharia Elétrica¹³³.

Foi estabelecido, ainda, convênio com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), que passavam a aceitação múltipla de créditos dos programas de pós-graduação, e o intercâmbio de professores, sendo dada ênfase inicial ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica¹³⁴.

Ainda nesse mesmo ano, a Escola estabelecia convênios com o SENAI, no sentido de possibilitar a utilização das oficinas mecânicas daquela instituição por alunos e professores do curso de Engenharia Mecânica desta Escola. Também foram firmados convênios com o Governo do Estado (DER e SUPLAN), para a construção pela Escola Politécnica de aparelhos transceptores SSB para atendimento do Plano de Telecomunicações do Estado da Paraíba¹³⁵.

Esses convênios e cooperações deram à Politécnica, com a criação e ampliação de seus laboratórios, condições de estabelecer um diálogo constante com a sociedade campinense, Estado e Região. Como veremos a seguir.

¹³² Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 110.

¹³³ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 110.

¹³⁴ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 47.

¹³⁵ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 110.

3.4 - Os Laboratórios da Escola Politécnica e o diálogo com a cidade

Como já foi mostrado nos capítulos anteriores, desde os seus primórdios, a Escola Politécnica buscou associar o ensino teórico com o prático e para que isso viesse a acontecer, seria necessária a implantação dos laboratórios. Mas, nos primeiros anos de existência, isso não foi possível, uma vez que dependia de grandes repasses de verbas do poder público. O primeiro diretor, o professor Antônio da Silva Moraes, para suprir essa carência, recorria aos laboratórios de órgãos federais presentes na cidade, a exemplo do Laboratório de Solos e Concreto do DNOCS, dentre outros. Sem falar ainda que nos dois primeiros locais onde a Escola Politécnica esteve sediada não era permitida a criação de laboratórios, por questões referentes ao espaço físico.

O primeiro Laboratório da Escola Politécnica foi criado em 1964 e um dos principais motivos que levaram à sua criação foi suprir uma necessidade dos exportadores de minérios da região, que estavam encontrando dificuldades para o escoamento da produção. Para realizar as exportações, os minérios tinham que passar por uma análise em um laboratório no Rio de Janeiro, como podemos ver em depoimento de Zezé Marques:

O Laboratório de Química da Produção Mineral depois de um certo tempo resolveram desativar [...]. Aí Lynaldo Cavalcanti, que nessa época já era o diretor da Escola Politécnica, mandou me chamar e disse: [Lynaldo] olha, o pessoal que fazia as análises dos minérios daqui está com problemas, pois estão sentindo dificuldades para exportar o minério, porque têm que mandar uma amostra para o Rio de Janeiro, e daqui que venha o resultado, eles têm um prejuízo enorme, o que fazer para acabar com isso se o Laboratório está fechado? Eu disse: criar outro Laboratório aqui. Aí fiz o projeto do Laboratório de Análise Mineral, com o número de analistas e com o material necessário para o funcionamento. Depois do projeto pronto Lynaldo disse: agora arrume dinheiro. Com esse projeto fui ao Ministério de Minas e Energia, pedi uma audiência, e disse que queria todo o equipamento para o Laboratório de Análise [...]. Deram todo o equipamento: balança, cadinho de platina, e outras coisas mais. O Laboratório mesmo situado na Escola Politécnica funcionava como órgão do Ministério de Minas e Energia. A análise daqui tinha validade para exportação e funcionou durante muito tempo sob o meu comando. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 22-23).

Tendo como referência esse depoimento, podemos observar que o Laboratório da Politécnica era convertido em um espaço privilegiado de diálogo entre a Escola e a sociedade. A atuação desse Laboratório representaria um grande ganho de tempo e dinheiro por parte dos exportadores, visto que não eram mais obrigados a enviar as amostras de metais para o Rio de Janeiro.

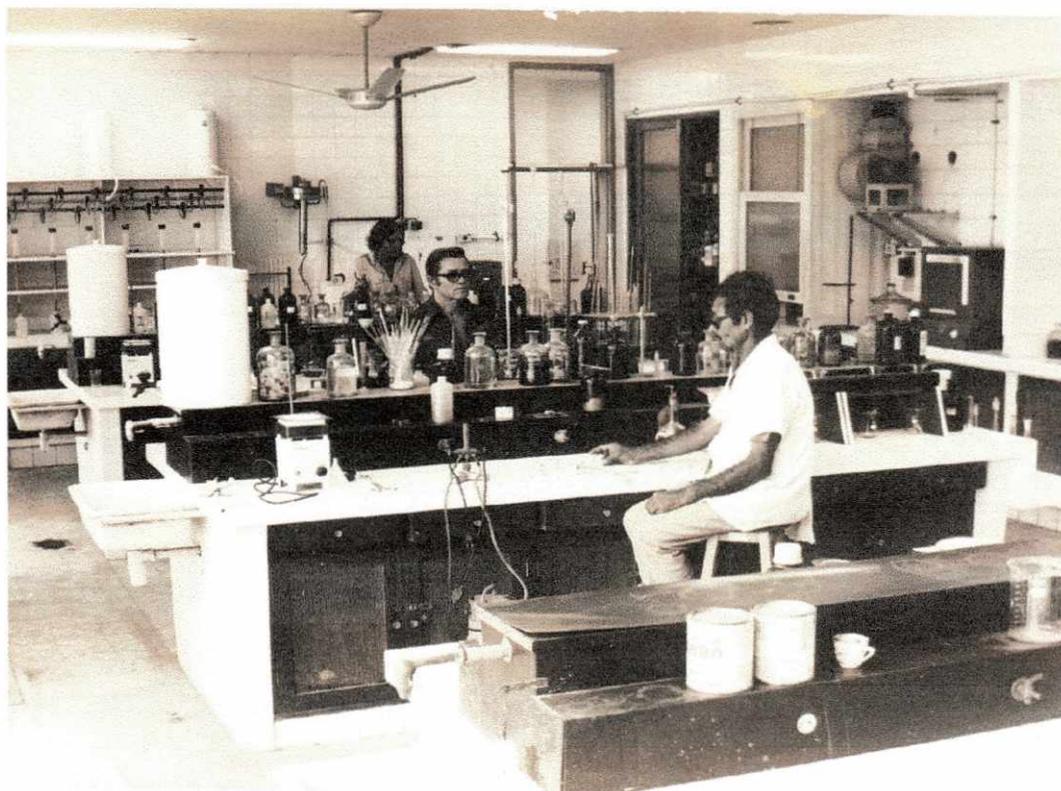


Fig. 09 Laboratório de Química

No entanto, é importante enfatizar que as análises desses minerais não se restringiam apenas a Campina Grande e cidades vizinhas, pois além do Estado da Paraíba, estados como Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte também recorriam a esses serviços.

Ao fazer as análises dos vários tipos de minérios existentes na região, esse Laboratório possibilitava que a Escola Politécnica estabelecesse uma relação de proximidade com os problemas da sociedade local, não ficando fechada em seus muros. Essas ações que estavam sendo implementadas responderiam ainda a um

dos principais objetivos que perpassava sua existência, que era de produzir um conhecimento científico que tivesse funcionalidade, que auxiliasse no desenvolvimento dessa região.

Outra especificidade desse Laboratório, que não poderia ser deixada de mencionar, era o fato de suas análises terem o respaldo legal do governo federal, pois depois dos minérios passarem pelo seu aval, estavam prontos para ser exportados, sem perigo de ocorrer nenhum problema com as Alfândegas dos portos dessa região. Assim, esse Laboratório já nascia gozando de grande credibilidade junto à iniciativa privada e ao poder público em seus vários níveis. Tal situação não aconteceu em outros estabelecimentos de ensino superior, a exemplo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, que nos seus primórdios, os responsáveis pela empresa Light, não confiavam nas análises realizadas no Laboratório de Ensaio de Materiais, que só depois de muito tempo, começavam a se utilizar desses serviços¹³⁶.

Apesar de ter sido criado no intuito de responder a um demanda dos serviços de análise de minérios dessa região, o Laboratório de Química, no decorrer dos anos, passava a ampliar cada vez mais seu espaço de atuação, o que reforçava ainda mais seu entrosamento com as empresas de modo que já em 1966 atendiam às seguintes solicitações:

36 solicitações particulares para identificações de produtos naturais; o projeto RITA recorreu a 12 análises; foi realizado ainda o trabalho experimental sobre "zincagem", serviço solicitado por uma indústria metalúrgica desta cidade - trabalho feito por professores e alunos¹³⁷.

O Laboratório de Química, além de prestar serviços para empresas privadas existentes na cidade e região, possibilitava ainda que os alunos, ao entrarem em contato com as atividades desenvolvidas no laboratório, melhorassem sua qualificação profissional, não se restringindo apenas ao campo teórico, pois o método experimental ou acompanhamento de certas pesquisas

¹³⁶ SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola Politécnica e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado defendida na PUC/SP, 2006, p. 166.

¹³⁷ Relatório do diretor de 1963 – 1970, p. 244.

poderia motivar a curiosidade desse aluno no sentido de resolver algum problema da cidade.

Outra preocupação por parte dessa diretoria era sempre estar investindo no sentido de melhorar a estrutura dos laboratórios, tanto desse, como de outros que estavam sendo criados, seja comprando equipamentos, quando se dispunha de recursos, ou recorrendo a ajudas externas, que sempre eram atendidas.

Graças ao apoio e ao interesse do ilustre engenheiro Albert Talboys, do setor de abastecimento d'água, da USAID/Nordeste, nossa Escola foi incluída juntamente com a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco e Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, entre as beneficiárias, com a doação de equipamentos para o Laboratório de Química, especialmente no que se refere à análise de água. [...] Devemos receber no início do próximo ano, os seguintes equipamentos, que serão de grande valia, no sentido prático da disciplina de Tratamento D'água e Esgotos, do curso de Engenharia Civil. Entre estes: Agitador múltiplo com velocidade variável; iluminador de floco com lâmpada fluorescente; unidade de análise bacteriológica de água; calorímetro HACH leitura direta operada a bateria; tubos para centrifugador; medidor de PH elétrico operado a bateria, com eletrodos, baterias, solução padrão; conversor para bateria de automóveis; centrifugador internacional, modelo clínico, elétrico capacidade 4 tubos; pacotes – latas de culturas coliformas SABRO; dissecadores de vidro plano; conjuntos – pesos da balança; balança analítica com 200 gramas de capacidade e 0,2 de sensibilidade com 10 mg de leitura; incubador – FISHER ISOTEMP SENIOR MODEL; mufla elétrica com tipo caixa LINDBERG, com pirômetro e controlador de 230 volts e corrente alternada; microscópio AO SPENCER com série MICROSTAR I; caixa – funis – SEDGEWICK RAFTER; tubos para centrifugador polyotileno, com fundo cônico¹³⁸.

As doações feitas para o Laboratório de Química possibilitariam um melhor desenvolvimento dos seus serviços, seja para os clientes da iniciativa privada, como também para os próprios órgãos públicos presentes nessa cidade. Um bom exemplo é a empresa de saneamento de Campina Grande (SANESA), que sempre recorria às suas análises e que também, de acordo com relatórios anuais, retribuía com doações de vários equipamentos para esse Laboratório.

¹³⁸ Relatório do diretor de 1963 – 1970, p. 242-243.

Além da atuação do Laboratório de Química, a Escola Politécnica criou outros laboratórios em um curto período de tempo, a exemplo do Laboratório de Solos. Isso permitia que o ensino prático fosse dado quase por completo, pois em 1965, as disciplinas de Mecânicas dos Solos e Fundações, Rodovias – Superestruturas e Materiais de Construção foram ministradas nesse Laboratório.

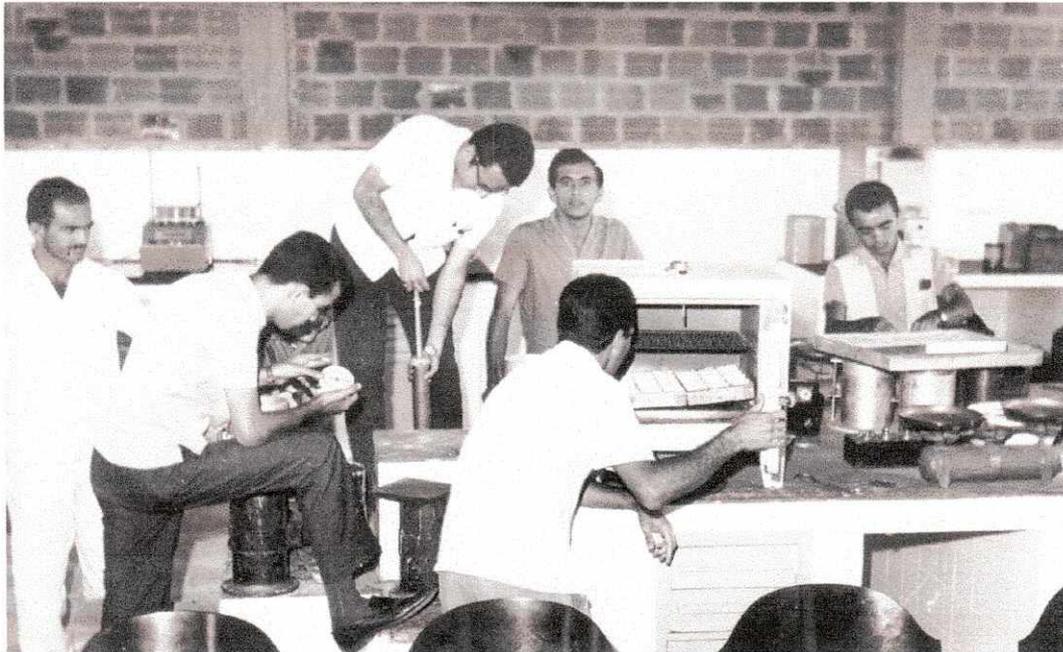


Fig. 10 - Laboratório de Solos

Mas se poderia questionar como foi possível em curto período de tempo a Escola criar outro laboratório? Todavia há de se enfatizar que a montagem desse laboratório só foi possível graças a uma grande doação por parte do DNOCS, de boa parte dos equipamentos do extinto Laboratório de Solos e Concreto, que havia nessa cidade e que foi tão necessário para os primeiros anos de ensino dessa Escola. Entre as doações se encontravam os seguintes equipamentos:

Termômetro graduado de 250°; cápsula de porcelana; caçarola de porcelana; agitador elétrico para peneiras; jogos de peneiras; extensômetros tipo japonês; aparelho para extração de betume; molde; espaçador; disco 5 libras de sobrecarga; frasco plástico com funil; bandejas quadradas de alumínio; cilindro para ensaio de Marshall, soquete para ensaio de Marshall; penetrômetro

betuminoso; agulha de pente; pratos perfurados; cilindro comparação para plasticidades, viscosímetro saybolt e furol; tripés; cilindros completo; jogos de peneira; picnômetro; cápsula de porcelana; medidor de fluência; termômetro graduado; relógio de alarme para intervalo de tempo, aparelhos para corpos de provas de asfalto; béquer de alumínio; cápsula metálica, pá de mão de forma arredondada; frasco de vidro resistente a calor; colhe de metal; recipiente de aço estampado; extrator de corpo de prova; espátula de aço, balança de dois pratos; conjunto de recipiente; cápsula de contração metálica e régua de aço¹³⁹.

Com o Laboratório de Solos em pleno funcionamento, foi solicitada, ainda em 1966, a prestação de diversos serviços por empresas privadas e órgãos públicos presentes nessa cidade, como podemos ver nas informações contidas no relatório do diretor em exercício do referido ano.

A construtora Edson de Sousa do Ó, G.Gioia e DNER – solicitaram o estudo de tensão de ruptura a compreensão simples em corpos de provas de concreto (15 x 30), chegando o número de ensaios a 106; já o engenheiro Haroudo G. Moutinho solicitou o ensaio não destrutivo para determinação da resistência média e compressão em obras de concreto; O engenheiro Raimundo Adolfo do (DER-Pb), solicitou estudo na área de Compactação, obtendo 14 ensaios; na área de Granulometria, tendo sido realizado 8 ensaios; Limite de Liquidez, 8 ensaios; Plasticidade, 8 ensaios; para o trecho Alagoa Grande – Bananeiras – Rua, 38 ensaios; para o DNER entre o trecho Santa Luzia – Junco, 8 ensaios de Compactação, Granulometria; Limite de Liquidez e Limite de Plasticidade¹⁴⁰.

Então, se o Laboratório de Química tinha a responsabilidade de dar o aval de toda a produção mineral dessa região, o Laboratório de Solos passava a ser o responsável pela qualidade das construções que estavam sendo realizadas tanto na cidade como em outras localidades. Para que as obras tivessem segurança, seria necessário que determinados materiais fossem analisados previamente. No caso da compactação do solo, era praticamente impossível obter as propriedades nos diferentes momentos da construção, e por isso, tornava-se necessário que fossem efetuados constantes ensaios.

¹³⁹ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 338.

¹⁴⁰ Relatório do Diretor de 1963 - 1970, p. 27-28.

Em 1968, com a estrutura desse laboratório, que além de colaborar com o ensino prático das disciplinas, como a de Mecânica dos Solos e Barragens de Terra, vinculadas ao curso de Engenharia Civil, possibilitou ainda que fossem realizados nessa Escola, dois importantes cursos extracurriculares, como o "I Curso de Especialização em Pavimentação Rodoviária", em nível de pós-graduação e o 'III Curso para Laboratorista e Fiscais de Pavimentação', ambos com o patrocínio da SUDENE e da USAID. Além disso, foram prestados serviços de Controle de Concreto, Sondagens de Fundações e de Solos. Como já vinham sendo feitas em anos anteriores, essas análises davam apoio técnico a grandes obras que estavam sendo desenvolvidas nesse Estado, tendo realizado, ainda nesse ano, 27 aulas práticas.

Preparação de amostras para ensaio de caracterização; limite de liquidez; limite de plasticidade; fatores de contração; granulometria por peneiramento; granulometria por sedimentação; compactação; índice suporte Califórnia; densidade real dos solos; determinação da unidade pelo SPEEDY, determinação da unidade pelo álcool; massa específica aparente do solo; análise granulométrica do agregado; densidade real do agregado miúdo; mistura de agregados; ensaio de consistência e finura; início e fim de pega de cimento; densidade real, densidade aparente e de vazios do agregado graúdo; densidade das partículas secas; densidade do material impermeável das partículas, dosagem racional do concreto, dentre outras¹⁴¹.

Ao lado do Laboratório de Química e o de Solos, foi concluída, em 1966, a construção da parte física do Laboratório de Hidráulica, que passava a compor uma área de 400 metros quadrados, compreendendo os reservatórios subterrâneos de 80.000 litros, conjunto elevatório, reservatório metálico, bacia de tranquilização, canal experimental, bacia e canal de retorno, adulas, toda tubulação necessária, dentre outros equipamentos.

¹⁴¹ Relatório do diretor de 1963 – 1970, p. 246-247.



Fig. 11 - Laboratório de Hidráulica

Na ocasião em que estava sendo equipado o Laboratório de Hidráulica, a Escola Politécnica recebia doações de importantes instituições nacionais,

Recebeu do Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica de São Paulo a doação de duas pontes linimétricas, 1 visualizador de correntes, 1 droiafragma; da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo a doação de um tubo de PITOT; da Cia Hansen Industrial doou 50 metros de tubo; a Brasilit doou um mostruário diverso; Luborba doou 9 registros; Fundação Tupy doação de vários mostruários; Conexões de Ferro Foz doação de mostruários e conexões; ajudas diversas das firmas Nordeste Engenharia e Comércio e Construtora Edson de Souza do Ó¹⁴².

Assim como acontecia com os demais laboratórios, a criação desse só foi possível graças às colaborações que a Escola Politécnica recebia das instituições nacionais, que nunca tardaram em responder às solicitações da direção dessa

¹⁴² Relatório do Diretor de 1963 - 1970. p.240.

Escola, ajudas que cada vez mais aumentavam. Além disso, houve a regulamentação dos serviços prestados por esses laboratórios, pois isso não se restringia apenas a um fim didático, mas também para as pesquisas industriais, sejam elas de empresas públicas ou privadas, que procuravam suas análises.

No entanto, apesar das ajudas internas que a Escola recebia para a equipagem de seus laboratórios, que vinham através de várias instituições, a Politécnica ganharia um Laboratório de Alta Tensão, que foi importantíssimo para o curso de graduação e mestrado de Engenharia Elétrica. Esta contribuição foi fruto da cooperação estabelecida entre a Escola e o governo inglês.

Lynaldo Cavalcanti fez um convênio com o governo britânico, e esteve aqui em Campina Grande o Dr. João Ernesto Jones, que era especialista em alta tensão e sugeriu para Lynaldo a criação de um Laboratório de Alta Tensão. Lynaldo me chamou e perguntou se eu gostaria de participar dessa equipe. Concordei em participar. O governo inglês doou para a Escola Politécnica o Laboratório com um gerador de tensão de impulso de 600 mil voltes, uma fonte DC de 300 mil voltes. Tive que ir a Inglaterra em 1963 para apreender a manusear esse equipamento, onde estive na fábrica da Ferrante que fabricante desse equipamento em Massachusetts. Montamos o Laboratório de Alta Tensão e colocamos para funcionar. (NETO, 2005, p.27).

Com a criação desse Laboratório, a Escola passaria a contar com os Laboratórios de Química, o Laboratório de Solos, o de Física, o de Máquinas Eletrônico e o de Hidráulica. Enfim, a Politécnica ampliava ainda mais sua atuação através das parcerias feitas com a iniciativa pública e privada, bem como permitia aos alunos mais contato com as aulas práticas ministradas nesses espaços.

Apesar dos vários tipos de ajudas que a Escola recebia referente aos seus laboratórios, bem como os recursos que eram conseguidos com a prestação de serviços, a manutenção dos mesmos não era uma tarefa fácil para a diretoria. Grande parte dos equipamentos era importada, e a falta de um deles, poderia comprometer a qualidade das análises, sendo muito comum a solicitação de ajuda para a compra de equipamentos a reitoria da UFPB.

O Laboratório de Eletrônica da Escola Politécnica, para que seu

funcionamento não sofra descontinuidade, precisa urgentemente adquirir pequenas ferramentas especiais, que nos poderão ser fornecidas pela JENSEN Tools, dos Estados Unidos. De acordo com o comunicado 347 da CACEX, tal importação, por ser inferior a US\$ 300.00, está isenta de guia de importação. Todavia, a referida firma só fornecerá a mercadoria mediante o envio cheque pagável nos E.U.A. Tendo em vista estes fatos, vimos solicitar-lhes uma concessão especial, no sentido de nos fornecer um cheque de US\$ 297.53 (duzentos e noventa dólares e cinquenta e três centavos) em nome da JENSEN Tools and Alloys. Para tanto, a Escola Politécnica se compromete a apresentar-lhes posteriormente a fatura do material adquirido. Em anexo, apresentando a relação do material que estamos solicitando e o catálogo da referida firma¹⁴³.

Ao fazer a solicitação, o diretor da Escola, através desse ofício se comprometia em mostrar toda a relação dos equipamentos adquiridos, sendo uma forma de confirmar a lisura daquele processo, pois essa era uma das saídas encontradas para evitar os vetos por parte daquela reitoria, uma vez que, era corriqueiro o reitor Guilardo Martins deixar os equipamentos que vinham para os laboratórios da Escola Politécnica passar dias e até mesmo meses presos no Porto de Cabedelo, esperando apenas uma liberalização por parte do reitor.

A preocupação em agilizar o mais rápido possível a compra dos equipamentos se dava também pelo fato de que a Escola Politécnica, através de seus laboratórios, estava desenvolvendo algumas pesquisas encomendadas por órgãos governamentais. Como exemplo, temos uma solicitação do departamento de transporte da SUDENE de uma “pesquisa de tráfego no Nordeste”, a CAGEPA havia também encomendado um estudo das bacias dos “rios do município de João Pessoa”¹⁴⁴, onde se procurava resolver os problemas de abastecimento d’água de João Pessoa e cidade vizinhas como Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e dentre outras solicitações que necessitavam dos laboratórios bem equipados.

¹⁴³ Livro Ofícios Expedidos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, p. 388.

¹⁴⁴ Livro Ofícios Expedidos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, p. 194.



Fig. 12 - Laboratório de Mecânica

Além da realização das pesquisas acima apresentadas, os laboratórios da Escola Politécnica, preencheriam ainda outra função: a de possibilitar que os cursos extracurriculares ministrados na Escola Politécnica se utilizassem dessa estrutura, como o Curso de Especialização de Mecânica dos Fluídos¹⁴⁵, ministrado pelo conceituado professor Ruy Camargo Vieira, da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo. Além deste, o Curso de Concreto Protegido, ministrado pelo professor da Escola de Engenharia de São Carlos, e ainda, o Curso de Transmissão de Calor ministrado pelo professor Antônio Maria Amazonas Macdowell, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Todos estes cursos foram realizados em 1967.

¹⁴⁵ Relatório do Diretor de 1963 – 1970, p. 257.

3.5- O projeto político da reforma cêntrica

Como podemos observar nos capítulos anteriores, ao longo de sua história, a Escola Politécnica passaria por algumas mudanças. A primeira seria aquela em que estava sob a tutela do governo do Estado da Paraíba, a segunda se daria com o processo de federalização, onde através da Lei nº 3835, de dezembro de 1960 passou a ser incorporada ao lado de onze unidades de ensino a Universidade Federal da Paraíba.

Passaria ainda no período de 1961/69 por significativas mudanças, entre estas se encontrava o desenvolvimento intensivo da departamentalização, principalmente a partir de 1968, sob a Lei federal 5540/68.

O ano de 1973 marcaria a terceira e última fase da Escola Politécnica, onde através da implantação da reforma universitária institucionalizada pelos Decretos Federais 73.095, de 06 de novembro de 1973 e 73.701, de 28 de fevereiro de 1974, ela deixava de existir, passando a se transformar em CCT (Centro de Ciência e Tecnologia) da Universidade Federal da Paraíba.

Pelo exposto, tornam-se inevitáveis algumas perguntas. Nesses vinte e um anos de existência qual foi o saldo que a Escola Politécnica deixou para a UFPB? Quais os avanços? O que os professores pensavam da reforma cêntrica?

Todavia, ainda nos referindo à reforma cêntrica, os professores por nós entrevistados, entre estes, alguns alunos que se tornariam depois professores, não viam com bons olhos aquela mudança. Mesmo a Universidade passando a crescer de forma muito rápida com o fim da Politécnica, a Escola tinha se transformado praticamente no Departamento de Engenharia Civil, o que segundo Edson Pereira, aluno e mais tarde professor, a Escola, "não [tinha] mais aquele papel proeminente que tinha antes, como o dínamo do desenvolvimento tecnológico de Campina Grande" (PEREIRA, 2004, p. 15).

Corroborando com Edson Pereira, Adalberto M. Moita também não concordava com o fim da Escola Politécnica.

Lamento muito terem acabado com a Escola Politécnica, acredito

que foi um momento crucial, até porque a Politécnica foi substituída por uma coisa que deixa muito a desejar, a tal reforma cêntrica, que transformou a Escola Politécnica em Centro de Ciência e Tecnologia. Esse CCT embora conte com um maior montante de recursos, teria muito que apreender com a saudosa Escola Politécnica, mesmo porque foram os alunos da Escola Politécnica que ao terminar o curso, foram convidados a ensinar, como eu e alguns outros colegas. (MOITA, 2004, p. 07).

Percebemos em ambos os depoimentos, que mesmo o CCT vindo a contar com maior número de recursos, os professores não concordavam com tal mudança, pois era como se a instituição perdesse sua identidade e mesmo a Politécnica estando incorporada à Universidade Federal da Paraíba, como veremos no organograma abaixo, esses professores não se sentiam pertencentes a essa universidade. Era como se a antiga Poli tivesse tido vida própria, pois foi ela quem primeiro adquiriu projeção nacional. Quando do seu fim, a Politécnica apresentava a seguinte estrutura organizacional e administrativa:

01	Universidade Federal da Paraíba
02	Escola Politécnica
2.1	Congregação e Conselho Departamental
2.2	Diretoria e Vice-diretoria
2.3	Secretaria Geral
2.4	Coordenação de Pós-Graduação de Engenharia
2.5	Secretária de Pós-Graduação
2.6	Departamento Fundamental
2.7	Departamento de Engenharia Civil
2.8	Departamento de Engenharia Elétrica
2.9	Departamento de Sistema e Computação
2.10	Sub-Secretária de Departamento
2.11	Instituto Tecnológico
2.12	Biblioteca e Centro de Áudio – Visuais
2.13	Escritório Técnico Auxiliar

Tabela 12 - Estrutura organizacional e administrativa da Escola Politécnica em 1973

Desta feita, a Politécnica, se comparado ao seu começo, era uma instituição bem estruturada, havia crescido bastante, a ofertas de cursos tinha sido diversificada, tendo além de Engenharia Civil, Elétrica, criado também o curso de Meteorologia¹⁴⁶, apesar de ter sido desabilitado o de Mecânica¹⁴⁷. A Poli ofertava anualmente cento e cinquenta vagas, contando com 752 alunos de graduação¹⁴⁸ e tinha ainda concedido até 1973, um total de 380 diplomas de engenheiros que passaram a ocupar importantes postos em órgãos federais e estaduais, apesar de ser também comum alguns desses engenheiros terem se incorporado às atividades docentes da própria instituição.

Contava também com duas pós-graduações, uma em Engenharia Elétrica e a outra em Engenharia Civil, sendo ainda reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação como um centro de referência no ensino das engenharias. Só assim conseguiu o apoio das instituições financiadoras dos programas de pós-graduação.

Seu quadro docente, além de ter aumentado bastante, tinha passado também por grandes mudanças, pois se antes a maioria de seus professores eram egressos da Escola de Engenharia de Pernambuco, além de lecionarem desempenhavam também outras atividades, o que dificultava a produção de novos conhecimentos através de pesquisas. Estavam sendo contratados professores em tempo integral, a exemplos dos que vinham do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além dos

¹⁴⁶ Na ocasião da criação do curso de Meteorologia, consta em relatório, que foi uma solicitação da SUDENE e do D.A.U. (Departamento de Assuntos Universitários) e uma das justificativas para a criação deste se dava face às necessidades de recursos humanos nessa área, que era de fundamental importância para o desenvolvimento do Nordeste. EPUFP – Ofícios Expedidos – 1973, p. 211.

¹⁴⁷ Apesar de em seu depoimento Adalberto Machado Moita, nos dizer que: “foi o reitor Guilardo Martins que extinguiu o curso de Engenharia Mecânica, pois não queria ver a Escola Politécnica crescer” (MOITA, 2004, P.14), outros depoimentos, entre estes o do professor Bruno Pereira, nos informa que: “Lynaldo Cavalcanti e Guilardo Martins nunca se deram bem, mas nessa ocasião Lynaldo acertou com o reitor para transferir o curso de Mecânica para João Pessoa, em troca da Pós-graduação em Engenharia Elétrica. Posteriormente quando Lynaldo foi reitor criou o curso de Engenharia Mecânica em Campina Grande.” (QUEIROZ, 2004.p.12).

¹⁴⁸ EPUFP - Ofícios Expedidos em 1973, p. 164.

professores que vinham dos Estados Unidos, França, Inglaterra, dentre outros países, ou seja, a Politécnica dialogava com as melhores escolas de engenharia do Brasil e do mundo.

Em 1973, trabalhavam na Escola Politécnica, entre efetivos e em regime de tempo integral noventa e um professores, distribuídos nos respectivos departamentos, como podemos ver em tabela abaixo:

Departamento	Número de Professores
Departamento Fundamental	16
Departamento de Engenharia Civil	37
Departamento de Engenharia Elétrica	27
Departamento de Engenharia Industrial	11
Total	91

Tabela 13 – Relação dos professores distribuídos em seus respectivos departamentos.

Além do aumento do número de professores, houve também um substancial crescimento do número de funcionários que passaram a colaborar com a Politécnica. Em 1973, trabalhavam na Escola um total de cento e dez professores: trinta e um efetivos, trinta e sete em regime de CLT, e em regime de contrato se encontravam trinta e oito e ainda quatro eram do Estado e estavam à disposição da Escola.

Como já apresentado em tópicos anteriores, naqueles idos, a Escola contava também com um Centro de Processamento de Dados bem consolidado, que ao lado dos laboratórios de Química, Solos, Física, Eletrônica, Máquinas Elétricas e de Hidráulica, prestavam importantes serviços, intensificando cada vez mais o diálogo da Escola com as demandas locais e regionais.

Os cursos de graduação ministrados nessa instituição, principalmente o de Engenharia Civil e de Elétrica, eram muito bem conceituados, assim, as pessoas que saíam da Escola não tinham problemas com o mercado de trabalho, pois segundo Zezé Marques,

Imensurável. [era grande], o volume de Engenheiros de todas as áreas que saía daqui bons técnicos (...). As pessoas vinham procurar mão de obra especializada aqui. A politécnica exportou engenheiros civis, eletricitas, técnicos de toda qualidade para todo esse Nordeste, sem precisar importar do Sul, tudo gente boa. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 36).

A repercussão desses cursos era tanta que vários alunos chegavam de todas as localidades do Nordeste e de outras regiões do país para prestar vestibular na Escola Politécnica. Havia alunos do Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e também de outras cidades paraibanas, o que demonstra o respeito e credibilidade que a Escola Politécnica alcançou ao longo de sua história.

É possível observar com base nos discursos dos professores-fundadores, diretores e ex-alunos bem como nos discursos produzidos e veiculados pela/na mídia que a Escola Politécnica foi uma instituição que se diferenciava das demais escolas de engenharia, por sua vanguarda. Boa parte dos que faziam essa instituição sempre estava em busca de realizar algo novo no tocante ao ensino, seja na aquisição de equipamentos, como foi o caso da compra do primeiro computador em Campina Grande, o primeiro do Norte-Nordeste e um dos cinco primeiros do país, como foi citado anteriormente. Toda essa busca de inovação refletia na idéia de transformar essa instituição em uma nova referência regional no tocante ao ensino das engenharias.

CONCLUSÃO

O principal objetivo desse trabalho constituiu-se em estudar a história da Escola Politécnica de Campina Grande partindo da premissa de que o projeto de sua criação, desenvolvimento e consolidação contribuíram para tornar realidade aspectos antes “meramente” do universo imaginativo.

É corrente na historiografia campinense concordar que desde longas datas, as elites dessa cidade já expressavam a pretensão de nomear Campina como uma cidade civilizada, progressista e moderna. Eram discursos que buscavam construir um imaginário de um lugar onde o “progresso não parava de acontecer”, pois esse era “destino histórico”, estando a cidade destinada à prosperidade e ao futuro.

Vimos que, apesar desta idéia ser constante no imaginário em vários segmentos dessa cidade, ela passa a ser mobilizada e intensificada a partir dos anos cinqüenta, quando é realizado um conjunto de ações que também estavam se dando em âmbito nacional, onde se buscava viabilizar e dar materialidade ao desenvolvimento econômico. Entre estas ações, em nível local, podemos enumerar, entre outras, a criação de vários órgãos municipais voltados para essas realizações, a exemplo, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA), Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial (FAGRIN), e principalmente a Escola Politécnica.

É nesse cenário que ocorre a instalação, na cidade de Campina Grande, em 1952 da Escola Politécnica. Sua primeira instituição de ensino superior, que surgia, como observamos ao longo desse trabalho, como aquela instituição que auxiliaria o desenvolvimento via conhecimento na área de tecnologia na cidade e região. Esta idéia passa a ser exaustivamente divulgada e propagada pelo *Diário da Borborema*, pois de acordo com este,

A Escola Politécnica de Campina Grande representa no coração do próprio Nordeste, um passo a frente na direção daquele progresso, assegurando aos nordestinos a possibilidade de

conquistas técnicas novas e mais variadas. [...]. A sua finalidade significa, sobretudo, que chegou à hora de superar o atraso histórico da região e de marchar para nos aproximar cada dia mais, da posição de vanguarda do Sul do país¹⁴⁹.

Podemos afirmar, assim, que o *Diário*, através de suas matérias e editoriais, procurava fazer com que os leitores acreditassem na idéia de que essa Escola estava realmente contribuindo para o desenvolvimento não só de Campina Grande, mas de toda uma região. De acordo com esses discursos, a Politécnica só vinha a demonstrar mais uma vez o espírito de iniciativa dos campinenses e que deveria ser “a menina dos olhos do nosso aparelho de ensino superior”¹⁵⁰.

Assim sendo, observamos que esse jornal e seus articulistas contribuem na construção da imagem de uma instituição de referência, sempre dando ênfase ao seu pioneirismo e dinamismo. Desta feita, podemos afirmar que esse meio de comunicação contribuiu para que a instituição e a cidade fossem percebidas como lugar que estava viabilizando o progresso da ciência e da técnica.

Percebemos, ainda, que essa idéia de uma Escola de referência e que estava contribuindo para o desenvolvimento da cidade e região também está presente nos discursos dos professores e alunos daquela instituição, a exemplo, temos o depoimento do professor Edson Pereira que enfatiza a Politécnica como sendo o dínamo do desenvolvimento tecnológico de Campina Grande. Esta idéia também está presente em outros depoimentos.

No entanto, apesar de acreditarmos que esses discursos auxiliaram na construção do imaginário de desenvolvimento dessa cidade, percebemos que o papel exercido pela Escola Politécnica em relação a Campina Grande e região não ficaria apenas relegado ao campo das idéias, como os criados até então. Podemos afirmar que a Escola, ao iniciar a prestação dos serviços para a sociedade por meio dos seus laboratórios, passava a construir a cidade por meio de um instrumento tecnológico, expresso na implantação de novas tecnologias. Alguns exemplos: a construção de aparelhos transceptores SSB para atendimento do Plano de Telecomunicações do Estado da Paraíba; respondia ainda a

¹⁴⁹ Editorial de Lopes de Andrade publicado pelo *Diário da Borborema* em 20/12/1959

¹⁵⁰ Editorial de Lopes de Andrade publicado pelo *Diário da Borborema* em 13/12/1959.

solicitação do DNER do estudo de tensão, de ruptura à compreensão simples em corpos de provas de concreto, bem como os vários estudos de compactação de solos para a construção das rodovias estaduais; as análises da qualidade d'água que estava sendo consumida pela população campinense e de cidades vizinhas; bem como o desenvolvimento dos projetos de Desenvolvimento de Modelos para Cálculos Estruturais, para o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e o de Desenvolvimento de um Sistema Unificado de Controle de Clientes e Duplicatas, que fora solicitado e financiado pelas empresas WALLING e CANDE¹⁵¹.

Além desses serviços, a Escola ainda desenvolvia várias pesquisas para órgãos governamentais, a exemplo de uma solicitação pelo departamento de transporte da SUDENE, de uma "pesquisa de tráfego no Nordeste", a CAGEPA havia também encomendado um estudo das bacias dos "rios do município de João Pessoa"¹⁵², onde se procurava resolver os problemas de abastecimento d'água de João Pessoa e as cidade de Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e dentre outras solicitações.

É por tudo isso que uma escola de engenharia é a porta de entrada para múltiplas transformações de uma cidade, pela sua capacidade de resolver problemas ligados à sociedade. Mas isso só ocorre com a formação de engenheiros competentes aptos a proporem soluções para as mais variadas situações. Foi assim que se constituiu a Escola Politécnica que, por estar atenta aos problemas da cidade, contribuiria na construção do desenvolvimento científico de Campina Grande e região.

¹⁵¹ Livro de Ofícios Expedidos de 1973 da Escola Politécnica, p.194.

¹⁵² Livro Ofícios Expedidos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, p. 194.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscar F. **A urbes doente medicada: a higiene na construção de Campina (G)grande. 1877 A 1935.**ed. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

ARAÚJO, Fátima: **História e ideologia da imprensa na Paraíba**, João Pessoa: Ed. União, 1985.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A Ciranda da Política Campinense.** In: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande:** Ed. PMCG, 2000.

ACERVO de depoimentos do Projeto Memória – **Organização e Preservação da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (1952-2002).**

BARROS, José D'Assunção. **Clio Despedaçada.** In: **O campo da História.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Lucenildo da Silva. **Escola Politécnica: Interrogando suas memórias.** (Monografia em História). Campina Grande, UFCG, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento.** In: **O Brasil de JK**, (org) GOMES, Ângela de Castro. Rio de Janeiro: ed. FVG/CPDOC, 1991.

_____. **O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s.d.]

BORGES, José Elias; ALMEIDA, Humberto. **100 anos de Elpídio de Almeida**. Campina Grande: Epgraf, 1995.

BRUN, Argemiro J. **O desenvolvimentismo econômico brasileiro**. 20. ed. [S.l.]: Ed. Ijuí, 1999.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo/SP: Unesp, 1992.

_____. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOMENY, Helena. **Utopias de cidades**: as capitais do modernismo. In: **O Brasil de JK**, (org) GOMES, Ângela de Castro. Rio de Janeiro: ed. FVG/CPDOC, 1991.

BRUN, Argemiro J. **O desenvolvimentismo econômico brasileiro**. 20. ed. [S.l.]: Ed. Ijuí, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. 2. ed. Minas Gerais: UFMG, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. DIFEL, 1990.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Caravela, 1999.

CERTEAU, Michel de. **As invenções do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1992.

FARO, Clovis e SILVA, Salomão L. **Quadros da década de 50 e o programa de metas**. In: **O Brasil de JK**, (org) GOMES, Ângela de Castro. Rio de Janeiro: ed. FVG/CPDOC, 1991.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Ângela de Castro: **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GONÇALVES, Evaldo. Discurso pronunciado no Plenário da Assembléia Legislativa da Paraíba, 1984.

DELGADO, Lucia Neves. **História Oral** – memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Ó. Edvaldo de Sousa do. **História da Universidade Regional do Nordeste**. JÚNIOR Luiz José e CARTAXO, Marcos (org). Governo do Estado da Paraíba, 1994.

_____. **Politécnica** - Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande LTDA, [s.d.].

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1991.p.177.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2. ed., Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômica das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. Tese de Doutorado. CH/USP – São Paulo, 2004.

_____. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: Expansão e crise em Campina Grande**. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande:1996.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande: uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste**. Campina Grande: Editora Tecnal, [s.d].

_____. **Campina: Luzes e sombra**. Campina Grande: [s.n], 1989.

MELO, José Marques de. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes: 1994.

_____. **Jornalismo opinativo: gênero opinativos no jornalismo brasileiro/ 3. rev.** Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MONTENEGRO, Rosilene: **História política e imaginário de progresso em Campina Grande no anos 50**. In: **Saeculum**. Revista de História. Nº 10, Janeiro/Julho 2004 - João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MOTOYAMA, Shozo. **50 anos do CNPq**: contado pelos seus presidentes – FAPESP. Shozo Motoyama (org.) – São Paulo: FAPESP, 2002.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: Sociedade e cultura do Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, Jadilma. **Arquivos, Memórias e Fotografias**: fontes importantes na história da Escola Politécnica da Paraíba. Monografia em História, UFCG, 2007.

SANTOS, M.C.L. dos. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo**: 1894-1984. São Paulo: Reitoria da USP - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, 1985.

SILVA, Itan Pereira da. **UEPB: Uma universidade emergente**- Retalhos de uma história de 30 anos. Campina Grande: Departamento de Produção Gráfica da SEC-PB, 1996.

SILVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo**- fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964): Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

SILVA, Fábio Ronaldo da. **Falas ditas, falas (re)escritas**: os discursos de modernização em Campina Grande nos editoriais sobre a Escola Politécnica. (Monografia em História). UFCG, 2006.

SOUSA, Fábio Gutemberg Bezerra de. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, p. 61-92, 2003.

_____. **Territórios de Confrontos**: Campina Grande (1920-1945). Tese (doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2001.

SOUZA, Antônio Clarindo B. de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos.** Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 50 e 60. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2002.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola Politécnica e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo (1893-1933).** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo, 2006.

THOMPSON. Jorn B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão: revisão da tradução Leonardo Avritzer. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TORRES. José Valmi Oliveira. **A construção do imaginário de modernidade em Campina Grande nas matérias publicadas pelo Diário da Borborema.** (Monografia em História), UFCG, 2006.

Ó, Alarcon Agra do. **A Paraíba no Império e na República.** Estudos de história Social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. **Da cidade de pedra à cidade de papel:** projetos de Campina Grande (1959). Campina Grande: [s.n.], 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História e História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

_____. **O imaginário da Cidade:** visões literárias do Urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PEREIRA, Rosália Barros. **A presença Estrangeira no Ensino Superior Brasileiro:** O Caso da UFPB. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: [s.n.], 1985.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1989.

VERAS, Cassandra do Carmo. **O espelho de Narciso:** uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Monografia em História. [S. l.: s. n.], [s.d].

FONTES

1) Fontes Orais

ALMEIDA JUNIOR, José Marques de. 25 de junho de 2004.

MOITA, Adalberto Machado. 28 de abril de 2004.

MORAIS, Antônio da Silva. 18 de dezembro de 2004.

MELO, Antônio Ildfonso de Albuquerque. 01 de junho de 2004.

PEREIRA, Edson da Costa. 05 de outubro de 2004.

LOPES. José Stênio de Lucena. 28 de julho de 2004.

ALBUQUERQUE. Lynaldo Cavalcti. 17 de fevereiro concedida a Manuel Domingos.

ALBUQUERQUE. Lynaldo Cavalcti. 17 de fevereiro concedida a Shoso Motoyama.

2) Periódicos

Diário da Borborema. Acervo do Diário da Borborema.

Folha Acadêmica. Acervo do Museu Histórico

O Rebate. Acervo do Museu Histórico

3) Arquivo Central da UFCG

Relatório do Primeiro Semestre de 1954 da Escola Politécnica da Paraíba.

Relatório do Segundo Semestre de 1955.

Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade Paraíba, em Campina Grande – Estados da Paraíba – pelos inspetores – 1958.

Relatório do 1º e 2º Concurso de Habilitação de 1959.

Relatório do Diretor de 1963 – 1970.

Relatório do Diretor referente ao ano de 1964.

Relatório do Diretor de 1965.

Relatório anual referente ao exercício de 1967

Relatório Anual referente ao ano de 1963.

EPUP / Relatório Anual de 1960.

EPUP / Relatório Anual de 1961.

EPUP/ Relatório Anual de 1962

Livro de Atas referente ao ano de 1954.

Livro de 1955, referente ao funcionamento do primeiro semestre de 1954 da Escola Politécnica da Paraíba.

Livro de Ofícios Expedidos da Escola Politécnica referente ao ano letivo de 1973.

Livro de Ofícios Recebidos da Escola Politécnica referente ao ano letivo de 1973.

Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba: Ofícios Expedidos de 1973.